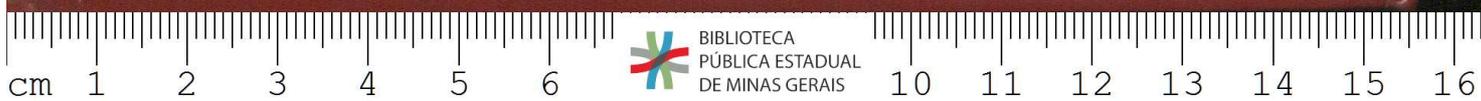


REVISTA DA
ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

VOLUME XXII
1959-1964

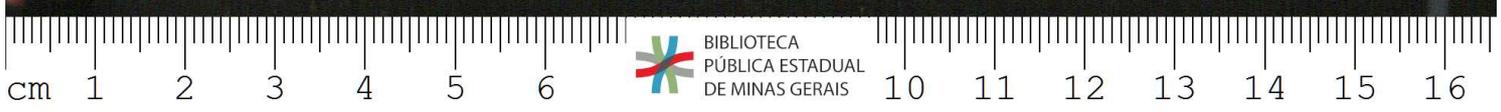


BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS - BRASIL



M
Per
B869
A1682
v. 22

REVISTA DA
ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS



LA ESCUELA
PARTES DE LA ESCUELA ANTERIOR



REVISTA DA
ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS



VOLUME XXII
1959-1964

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS - BRASIL

DIRETORIA
ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS
1965-1966

PRESIDENTE: *José Oswaldo de Araújo*

VICE-PRESIDENTE: *C. Martins de Oliveira*

1.º-SECRETÁRIO: *Vivaldi W. Moreira*

2.º-SECRETÁRIO: *Moacir Andrade*

TESOUREIRO: *Nelson de Faria*

BIBLIOTECÁRIO: *J. Etienne Filho*

COMISSÃO DE CONTAS E ORÇAMENTO:

Aires da Mata Machado Filho

Mário Matos

Djalma Andrade

COMISSÃO DA REVISTA:

Orlando M. Carvalho

Fábio Lucas

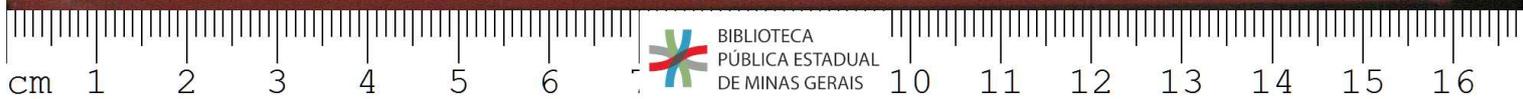
Cônego Bueno de Sequeira

Sede: Rua dos Carijós, 150 — 6.º andar
BELO HORIZONTE — BRASIL



ÍNDICE

	Págs.
<i>A correção na frase, por J. Oswaldo de Araujo</i>	7
<i>Problemas de arte pura e suas correlações, por Martins de Oliveira</i>	14
<i>O escritor e a língua, por Mário Matos</i>	28
<i>Euclides da Cunha no Cinquentenário, por Fábio Lucas . .</i>	43
<i>Sete romancistas mineiros, por Oiliam José</i>	61
<i>Louros ou negros? por Oscar Mendes</i>	82
<i>Uns versos de Guerra Junqueiro, por João Dornas Filho . .</i>	89
<i>Atividades da Academia Mineira de Letras de 1959 a 1964 . .</i>	99
<i>Notas Bibliográficas</i>	118
<i>Patronos, fundadores, sucessores e membros atuais da Academia Mineira de Letras</i>	123
<i>Quadro dos Acadêmicos por ordem de antiguidade</i>	129



BIBLIOTECA
PÚBLICA ESTADUAL
DE MINAS GERAIS

“A Correção na Frase”

J. Oswaldo de Araújo

Esquecido do sacrifício que, nos últimos tempos, representa sempre para mim o sair da sombra e do silêncio, foi com satisfação — quero confessar agora — que recebi a palavra do presidente da casa escalando-me para dizer do alvôço e do orgulho com que a Academia vê editado um nôvo livro de Aires da Mata Machado Filho.

Por que êsse contentamento? É que a ordem, disfarçada em convite, trazia o condão de levar-me de retôrno a um passado amável, pela fôrça da lembrança de ter sido eu quem — já lá se vão quase 30 anos — registrou na imprensa o aparecimento do livro de estréia do prosador. As linhas de então — penso eu — foram das primeiras, senão as primeiras expressões lançadas de público em louvor da sua inteligência de luminoso destino.

O ESCRITOR

Ora, nada mais grato do que recordar que, como o Simeão da Escritura, a gente pôs os olhos sôbre alguém que, obscuro ainda, mas predestinado a missão superior, viria a tornar-se, mais tarde, um artista, um pensador, um mestre, que, em cada um, quando cria ou ensina com alma, há muito do clarão de Deus.

Tendo saudado o escritor, quando surgia êle com a cabeça povoada de sonhos, mas já orientadas as tendências do espírito para emprêsas nobilitantes, — acompanhei-lhe a trajetória do talento com ternura e admiração. Com ter-

nura especialmente, porque a sua palavra e a sua pena se devotavam mais definitivamente àquelas atividades que muito diletas sempre me foram — a instrução e o jornalismo. E é de notar que, da imprensa, de que há anos me afastara, mais freqüentemente se servia êle, como ainda continua servindo-se, para ampliar o campo da sua missão, no anseio de completar o mister de professor, aquilo que, tendo eu sido por vocação, continuei sendo por amor.

Acompanhei-o com ternura e admiração, disse eu, consciente de que tanto a admiração como a ternura, eram mais do que naturais e justas. Ninguém poderia deixar de render homenagem a quem, na cátedra, no rádio, no periodismo, no livro, usava linguagem de timbre tão inconfundível: clara e disciplinada quando expunha; segura e despreziosa quando justificava opiniões ou defendia teses; penetrante e esclarecedora quando investigava para encontrar a verdade ou o caminho da verdade; sem rodeios supérfluos, direta e convincente, quando, respondendo a perguntas de discípulos e a consultas de curiosos, desfazia dúvidas, elucidava, em hipóteses fascinantes, questões gramaticais, e, sobretudo e invariavelmente, linguagem fluente, escorreita, modelar.

Dono de um estilo muito seu, pois que nêle se retratam as linhas nítidas e incisivas do feitio moral, — colocou, preferencialmente, êsse estilo, com o virtuosismo temperamental, ao serviço de problemas e assuntos de fundamentos e aspectos nobres, como fôsem a língua, a história, o folclore. Voltou-se, com mais afinco e coração, para a língua, no afã de vê-la aprimorada. Atento aos imperativos vocacionais, exercitou-a com vigilância e enlêvo, e, em função didática, tudo fêz e vem fazendo por discipliná-la dentro das condições essenciais à boa escrita, isto é, pugnando por que seja observada no que toca à propriedade das palavras, respeitada nos postulados da gramática e obedecida no referente à justa disposição da frase. Dentro de análoga orientação de estudos, inclinou-se para a história, desejoso de recolher-lhe os episódios ao pé da fonte originária, onde a

verdade borbulha, ou na corrente mais límpida. Só assim poderia apresentar os acontecimentos da Pátria como lição e como estímulo. Os estudos da língua e da história conduzi-lo-iam fatalmente ao folclore. Aí se encontram as raízes da cultura popular, a verônica sentimental da massa inculta, já que, no espelho dos seus motivos variados e caudalosos, podem ser distinguidas as origens de certo linguajar, a razão de acontecimentos de ordem econômica, política e social, a característica mais impressiva, enfim, do gênio do povo. Através do fenômeno folclórico, surpreendido na intimidade das suas passadas obscuras e indecisas no confuso do caldeamento das raças e na marcha do tempo decantador, é que se compraz melhor o espírito, se sincero na sua brasilidade, quando porfia em conhecer o que em realidade existe de mais radicado aos sentimentos nativistas, que são os estruturais de um povo, porque, triunfantes no refterver do embate, guardam aquela constante que nem o tempo nem as vicissitudes deformam ou anulam.

UM PUBLICISTA AUTÊNTICO

Em uma terra, onde, na maioria dos casos, o escritor não se dá por inteiro ao serviço das letras, onde, por isso mesmo, quase sempre não obedece a produção a planos nem se subordina a métodos de trabalho, resultando mais de injunções esporádicas da vida profissional — única suficientemente lucrativa — ou a imposição amável do círculo social, — a obra tem que ser, por decorrência natural, intermitente, ressentida de unidade, escassa e sem substância e consistência bastante para atravessar o tempo. Assim, quando se projeta na esfera das letras um publicista do tomo de Aires da Mata Machado Filho, com produção multiforme e sistematizada, sobreleva-se logo como singularidade, quase uma exceção. A sua obra revela realmente o trabalhador infatigável que distingue aonde deseja chegar e chega sempre com galhardia aonde colocou a mira de seus propósitos. Daí a bibliografia que, como autor, já

apresenta, tão inconfundível pelo número como pela unidade e valimento.

Sem afronta à verdade nem diminuição de quem quer que seja, poder-se-ia afirmar que, nesta comunidade, ninguém lhe leva a palma no trabalho sistematizado, na perseverança do esforço, fato que se me afigura surpreendente, tratando-se de intelectual que prefere arrotear o campo da sementeira positiva a plainar nos domínios da ficção, lá onde os horizontes se oferecem infinitos aos vãos da imaginação. Mesmo em períodos da vida, nos quais a função de professor, responsável, então, só ela, pelos encargos da manutenção da família, lhe absorvia inteiras as horas do dia, muitas vêzes, entrado noite adentro, — nunca se percebeu mais lento o ritmo de seu labor intelectual marcado através da produção inserta em jornais ou enfeixada em volumes. Para criaturas como Aires da Mata Machado Filho, cônscias das obrigações que lhes competem e dotadas de miraculoso poder de vontade, o tempo se desdobra: as horas multiplicam-se, encurtam-se os lazeres e acompridam-se as vigílias. A vocação torna-lhes as tarefas aprazíveis; o senso de responsabilidade mantém-lhes acordada e incansável a ânsia, a necessidade de realizar. Para elas, nunca redundam em sacrifício ou amargura, nem o privar-se de uma palestra nem o não-comparecimento a uma tertúlia gentil ou a qualquer diversão: constrangimento seria deixar inacabado o trabalho, penoso o não corresponder a um compromisso assumido.

Eis a razão porque, dispondo ainda de copiosíssimo material que, por sem dúvida, acabará sendo recortado do quotidiano das gazetas, para, aproveitado, fixar-se na vida longa do livro, — já é hoje das mais opulentas a bagagem de suas obras originais editadas, sem se falar em traduções atestadoras de capacidade e competência.

O LIVRO

O volume que acaba de lançar ao público — “A Correção na Frase” — é um passo a mais na caminhada que

encetou, há anos, com “Escrever certo”, série resultante da colheita de lições transmitidas por via da imprensa e de estações emissoras, atendendo consultantes sôbre — questões gramaticais. Com essa série emparelham, por guardarem uniformidade de intuítos e idênticas preocupações de ensino, outros livros vindos a lume anteriormente, como “Problema da Língua”, “Em Busca do Têrmo Próprio” e, finalmente, “Português e Literatura”.

O tomo presente, como outros cujos títulos citei, significa contribuição do mais alto padrão, serviço meritório à nossa língua, certamente mais fácil de ser estudada nestes aparelhos úteis de aprendizado, nos quais diretamente se busca corrigir o errado corrente como certo, — do que mesmo nos compêndios colegiais onde, em geral, vem ensinado tudo que é certo, mas onde, dificilmente, se encontrará, sem estudo cabal, resposta ao que está errado. Livros de tais finalidades são preciosíssimos sempre aos estudiosos de tôdas as idades e condições. Basta lembrar que garantem permanência de um contato que, parecendo virtual, é bastante objetivo, do homem com a gramática, da qual, quase sempre, quando menino, se despediu sem saudade. A gramática, a nossa gramática, complicada como, no dizer de Duhamel, é a francesa e são as de todos os latinos, “hábeis gramáticos”, — a gramática afigurava-se ao estudante do curso secundário como a ponte perigosa que ajuda a passar nos exames, ou um instrumento para abrir picada na floresta intrincada da língua. Enquanto isto, o compêndio em que se corrigem erros e aponta-se o mais certo, e se solvem dúvidas freqüentes de linguagem, embora refletindo a gramática, oferece-se aos olhos do homem, seja êle amador ou estudioso da língua, não com a aparência de aridez, mas como conversa objetiva e preciosa, onde a cada passo se aprende para não mais esquecer.

“Correção na Frase” é lançado na “Coleção Rex”, numa sugestiva apresentação da “Organização Simões”, lembrando, pela feitura da capa, aquela “Coleção Austral”,

tão agradável por fora quanto valiosa por dentro, na generalidade de seus autores.

A matéria que o nôvo livro do acatado filólogo e vernaculista enfeixa, está contida em três partes: numa se trata da concordância, fixando aspectos da concordância nominal e da verbal; noutra, apreciam-se casos particulares de regência, matéria sempre difícil de lidar, tantos são sempre os entrechoques de opiniões, não raro abonadas, umas e outras, por exemplos clássicos, e, finalmente, na última parte, estão focalizadas várias questões de sintaxe, tôdas de vivo interêsse lingüístico.

Neste volume, Aires aparece, como sempre acontece nas suas produções, em corpo inteiro, com as suas marcantes e inconfundíveis qualidades de filólogo, de escritor e, notadamente, de professor, dono do segrêdo da exposição incisiva e compreensível. A leitura do livro é agradável: Aires nada tem do rebarbativo tão comum de encontrar-se na maioria daqueles que, manuseando e aplicando a gramática, passam a não mais perceber certo bolor característico em alguns clássicos. É um polígrafo que vê na linguagem a vestimenta das idéias e sabe que a endumentária varia com os tempos e o gôsto.

“A Correção na Frase” é mais um livro de Aires que vem enriquecer o patrimônio da nossa cultura. É mais um livro seu: está dito tudo.

Estará dito até que a Academia se acha em festas. Em festas porque cada nova obra do notável acadêmico corresponde a um nôvo triunfo: o triunfo vertical de uma inteligência muito alta e honesta, a dominar no primado da sabedoria e do bom-gôsto, de um dos mais ricos e admiráveis valores, em suma, das letras em Minas e no Brasil.

A nossa casa vive destas vitórias. Delas é que jorra perene o clarão de glórias que não a deixa morrer, clarão em que vibra sempre, também, muito da luz imortal de estrêlas que morreram.

OS BENS INALIENÁVEIS

George Duhamel, a quem já me referi no curso desta conversa, escreve, numa das páginas de "Chronique des Saisons amères", que "um povo desgraçado, um povo inseguro de seu porvir deve fazer, cada dia, com paciência e fervor, o recenseamento de seus bens inalienáveis. Acrescenta que, na primeira categoria desses bens, é preciso colocar a linguagem, que representa, sem dúvida, o melhor laço entre aquêles que procuram ajuntar os membros dispersos da herança comum; um instrumento incomparável de comunicação e de edificação; a chave de uma imensa literatura cujas obras se espalham pelas bibliotecas do mundo; um princípio de fé, de confiança e de esperança. Porque a linguagem, se bem feita, tem uma longa história: cada uma de suas palavras nos diz alguma cousa de nós, de nossa pátria e até de um futuro por vêzes cheio de sombras.

Assim sendo, quando um dia o Brasil, não diante da realidade da ameaça de um infortúnio (Que Deus afaste de nós maiores infortúnios!), mas pela consciência da instabilidade em que, no mundo atual, vivem todos os povos, — quiser avaliar o acervo dos seus bens inalienáveis, sabendo destacar, como primeiro, a linguagem que nos legaram portugueses e prolongamos enriquecida e cheia de cambiantes, — nesse dia, sentirá o Brasil, mais vivamente, quanto foi preciosa a tarefa de um artífice mineiro que consagrou as fôrças do coração e os milagres do talento à obra de disciplinar, aprimorar e aformosear a linguagem. Então, como se agigantará a figura do Mestre e do confrade que, com admiração, respeito e carinho, saudamos com palmas na pacatez desta sessão de rotina!

Problemas de Arte Pura e suas Correlações

Martins de Oliveira

PROÊMIO

Sem nenhuma irreverência às Escrituras Sagradas, antes na base de puro recurso de imagem, para o desenvolvimento da tese, convida-se o leitor a uma exposição exordial, seguida de duas afirmações e uma pergunta. *No princípio era a Beleza, e a Beleza estava com o Absoluto, e a Beleza era o Absoluto.* Com o desenvolvimento do gênero humano, vencida a fase pré-lógica da mentalidade, segundo a exposição de consumado mestre de nosso tempo, verificou-se o fenômeno da participação do Absoluto nas atividades do homem em todos os graus da experiência, e o resultado foi o que se depreende da primeira afirmação correlata: a Beleza, que se achava com o Absoluto, e era o Absoluto, se fez Arte. Teria esta, como teve, o seu esplendor, dentro do símbolo do jardim das delícias. Momento houve, porém, de exaltação do orgulho. Como se quisera superar-se, e superar o Absoluto, o homem arremeter-se-ia a audácias, de que nos dá notícia a lenda de Prometeu: arrebatou a chama eterna e, assim, conhecer os segredos do Absoluto em tôda a sua plenitude. Diria o homem: elevemos a Arte até o Infinito, e façamos grande o nosso nome em tôda a Terra. Aconteceu que o Absoluto castigou o homem com a tremenda confusão de rumos, e de tal maneira o fez que a Arte se multiplicou, dividindo-se e subdividindo-se no tempo e no espaço, em babelização total. Frag-

mentada ao extremo de concepções, procuraria o homem a volta à unidade milenária, ao paraíso perdido, à noção suprema da Arte em suas formas puras, em seus lineamentos fundamentais. E essa volta estaria contida na pergunta: poderá a Arte universalizar-se dentro de padrão eterno? A inquirição exigiria considerações várias, entre as quais sempre se encontraria a tese de teor filosófico, ao lado de investigações sob aspectos vários. Mas a pergunta corresponderia, no fundo, a uma indagação alta: existe Arte universal, e, por isso mesmo, única, indivisível, perfeita, suprema, dentro de cânones fundamentais, intelegíveis ao entendimento humano?

Tente-se a réplica, segundo a proposição exposta.

I

TRIPLICE ASPECTO DO PROBLEMA

Valha, para a clareza do método de exposição, rápido esboço do tema, quer no campo sempre complexo da filosofia, quer na esfera da teoria, através de incursões científicas. E é claro que, como consequência das pesquisas, venham as observações marginais, indispensáveis em tudo quanto se refira ao mundo fáctico, ou, antes, ao campo da experiência, que não é senão a própria atividade do homem.

No campo filosófico, o tema estaria ligado, como sempre esteve, a conceitos do ser em si, através das concepções kantianas e neokantianas, que tudo poderiam explicar, dentro de terminologia própria, mas deixariam inevitavelmente o problema no mesmo pé, com a volta forçada às afirmações hegelianas. A noção da Beleza ficaria mergulhada em mistério, sem que fôsse possível a chave suprema, dentro das próprias concepções, *verbi gratia*, do filósofo admirável, que foi Benedetto Croce. A pesquisa ontológica da Arte, dentro do conceito de Beleza, encontraria terreno movediço do conhecimento. Não se acharia, jamais, a resposta às per-

guntas: Por que existe a Arte? Se existe, quais os fundamentos de sua existência?

Na esfera da teoria, o problema torna-se menos árido e mais acessível ao entendimento, muito embora as doutrinas estejam em conflito aberto no ponto em que se procura, não a razão da existência da Arte, mas a sua finalidade, mormente dentro dos problemas de estética.

Em relação ao mundo fático, à esfera da experiência do homem, o tema vai a reduções mínimas, impostas pelas exigências da própria vida. Enseja-se o largo plano, em que a Arte passa ao terreno da valoração, ou, em termos eminentemente jurídicos, é submetida a teor de competições que lhe asseguram uma escala de valores. É a grande, terrível prova dos próprios artistas.

De tudo quanto se diz bem se vê logo que a três ordens de orientação está ligada a tese: 1.º) a Arte no plano filosófico; 2.º) a Arte no plano teórico; e 3.º) a Arte no mundo da experiência. A primeira é eminentemente ontológica, segundo foi exposto. A segunda fixa-se nos planos de condensação de cânones ou regramentos, ou, segundo certa expressão, aplicável ao caso, ao que seria gramática artística, para obtenção de resultado ético. A terceira não poderá fugir às imposições da prática, dentro do sentido de câmbio ou valorização, atinente à própria vida do artista ou profissional.

Releve-se o sentido iterativo da exposição. Coloque-se, ainda, em linhas mais diretas o problema. Os pintores de paredes, que abrem recipientes de tintas, os oleiros, que moldam no aparelho as peças de greda, os profissionais anônimos, em suma, que elaboram o material que se diria cotidiano, estariam na ordem prática, arte elementar, rotineira. De escala em escala, atingir-se-ia, em classificação cuidadosa, a esfera artística propriamente dita. Obedeceria tudo a maneiras, a receitas, enquadráveis em *modus faciendi* ou *modus operandi*. As experiências seriam a base de observações mais altas, de indagações sérias, a respeito

do *quo modo*. Entraria nessa esfera o vasto teor de experiências e cotra-experiências, com o subsídio das ciências. Um ponto a mais, superando a tôdas as indagações e afirmações, viria o problema na sua altitude máxima, através do *cur*. Estaria o problema no campo das especulações filosóficas.

II

TEMÁTICAS UNIVERSAIS

Subsidiariamente, invoquem-se as temáticas universais, que oferecem, para a solução do problema, alguns elementos, através dos quais se descobrem similitudes ou aproximações irrepelíveis. Se se toma a entidade *Justiça*, surge uma ordem de conhecimento, que se liga ao Direito. Se se diz Caridade, irresistivelmente implanta-se outra ordem de indagações, ligadas à Religião. As duas temáticas são muito significativas, para o esboço ontológico a respeito do conceito — Beleza, em relação à Arte. Se para o Direito, a noção de Justiça está situada em plano altíssimo, previsto por mestres antigos, como entidade misteriosa, inespacial e intemporal; se para a Religião a fôrça entrelaçadora ou congregadora de elemento que lhe dá base, Caridade, há que buscar a causa, pela qual se possa, não apenas definir o em que consiste a entidade abstrata, que é a Beleza, mas descobrir-lhe por igual a sua posição como condicionadora existencial da Arte. É necessário se descubra o *prius* a respeito do tema, para a demonstração de que a Beleza não é a finalidade, o objetivo da Arte. Aqui se insere a grave afirmação do que seria o mundo misterioso das formas nas quais estaria a entidade, e, porque a entidade se encontra intimamente nelas, é o homem levado a admitir o *a priori* condicionador da existência da Arte. Foge-se aqui, está claro, da fórmula hegeliana, para intromissão franca da metafísica, em noção das anterioridades, ou da anterioridade suprema. Leibniz daria solução. Ainda que se incorra no risco de dar relêvo às concepções do filósofo e seus se-

guidores, bem é de notar que a construção de seu edifício filosófico está balizada em antigas e antiqüíssimas afirmações, às quais não seria estranho o maior dos estetas latinos, infatigável devorador da sabedoria grega: Cícero. Seria inútil, por ocioso e incomportável nos limites da tese, a exposição histórica do pensamento grego-latino, de que Dilthey oferece esbôço largo e profundo. Em resumo, para a clareza do pensamento filosófico a respeito do *a priori*, que seria a sua essência, bem justificável será que se tente, como fizera Dilthey, uma concepção do mundo. Produto de afirmações antigas, veneráveis, se tem algum laivo leibniziano, não deixa de conter o que há de mais alto e mais profundo nas concepções de Platão, ainda insolapáveis, indenes, em que pese à confusão dos debates entre tôdas as correntes filosóficas de nosso tempo, com Bertrand Russell à frente.

III

MUNDO, FUNÇÃO DE ÓRGÃO IGNORADO

Venham teóricos e pensadores de tôdas as castas e todos os matizes, e nunca poderão negar que o mundo é uma função de órgão ignorado. Buscam os filósofos, desesperadamente, descobrir no próprio homem alguma razão pela qual se explique a sua presença na terra. Ensaiam a redução dos debates a dois temas — *matéria e espírito*, e forcejam por sustentar que ambas têm origem comum, que seria, pela doutrina Russelliana, substância-neutral. Se se busca inquirir que substância é esta, assim tão misteriosa, que daria causa a dois enigmas insondáveis, os mestres neo-realistas americanos, em guerra contra os condutistas, ficam silenciosos, como se quisessem repetir melancolicamente o *ignorarabimus* leibniziano. Em paródia a Galileu, possível é se diga sempre: *E o mundo funciona*. Se funciona, isto é, se não é uma ilusão a nossos olhos, a missão é descobrir, pelos efeitos, a máquina, o organismo. Se a noção da imensidade ou da eternidade da função se nos apresenta

pela probabilidade mais direta, sobrevém a nosso pensamento de que o órgão é eterno. Daí, a velha afirmação que Cícero foi colhêr nos estudos do extraordinário grego, e legou à posteridade: “Assim, pois, foi formado (o mundo) segundo o modelo compreensível pela razão e pela sabedoria e que se contém na imutável eternidade. Segue-se daí que o mundo que nós vemos é necessariamente cópia do mundo eterno.” O grande filósofo teria ouvido muita coisa a Sócrates, e possível é que a doutrina seja, por isso mesmo, rigorosamente socrática. Heráclito, por outra forma, diria que a harmonia invisível é superior à harmonia visível. Essa concepção encontraria, sob forma diversa, através do princípio da causalidade, a chancela das letras paulinas.

Partindo do conceito de Platão, que atravessaria séculos, para se fixar, em parte, na doutrina leibniziana, possível foi a ampliação do tema nas seguintes linhas: “Ainda que se aceite o mundo visível com tôdas as suas fôrças ou energias, com que se apresenta, desafiando a argúcia das investigações mais audazes, não na sua materialidade, mas como representação de nossa mente, na condição de *globus intellectualis*, quer dentro da atividade pessoal do homem, quer dos grupos, estará, como sempre estêve, sujeito à anterioridade misteriosa, que pode ter todos os nomes, mas não deixa de ser, através da alegoria, o *coelum intellectualis*, designação simbólica para uma sede — fôrças ou energias. Diga-se numenidade, em suma. *Coelum intellectualis* e *globus intellectualis* não poderiam achar-se em paralelismo como duas fôrças iguais. O *globus intellectualis* seria a imagem, perfeita ou imperfeita, do *coelum intellectualis*, segundo a versão dos antigos.

IV

O MISTÉRIO DA INTUIÇÃO

O *globus intellectualis* corresponde ao célebre *mens agit molem*, afirmação de Virgílio em verso famoso. É a humanidade que se agita em vínculos, através de repre-

sentações coletivas ou realidades, entre as quais aparecem a Religião, o Direito, a Arte. Dessas realidades — escrevemos algures — teve compreensão alta Santo Tomás de Aquino, através de conceitos de Aristóteles, através de vínculos, que se assemelham a correntes, as quais por sua vez se subdividem em numerosas correntes. A interação de tôdas as correntes e subcorrentes, ou soma inumerável de elos, constituiria um todo profundamente complexo. Mas, nas correntes e subcorrentes, estaria necessariamente o homem e, com êle, todo o mistério do seu *eu*. Individualmente, por força de sua atividade psíquica, através do subterrâneo de sua atividade anímica, seria, como sempre foi, depositário contínuo de experiências anteriores. Partindo da mentalidade pré-lógica, através dos séculos, para acumular, na profundidade do seu ser, o resultado de tôdas as pesquisas, teria, entretanto, no fundo do seu ser, no escaninho misterioso de seu mundo psíquico, as raízes de noções *a priori*, sejam originários de sua própria formação anímica, acumulados pela tradição invariável dos antepassados, ou arquétipos, segundo a designação de modernos psicanalistas, hauridas em mestres antigos. Para o domínio ou govêrno dessas noções que se não perdem nunca e são a própria razão de ser da personalidade anímica, prepondera a faculdade da intuição, não negada por cérebros poderosos do tipo de Enstein, de Bergson, Maritain e outros. Benedetto Croce condiciona a intuição à imaginação, e entende que a esta tudo se deve. Já é bastante que se dê dependência da faculdade à que sempre foi reconhecida na condição de essencialidade do ser psíquico.

Que faculdade estranha será a intuição? Será a de criar, ou descobrir, ou reconhecer ou adivinhar? Miguel Ângelo dizia que pintava, não com as mãos, mas com o cérebro, e com isso revelara que o quadro já se achava imaginado em tôdas as linhas e matizes na sua cabeça. O problema seria dar-lhe forma externa, ou, antes, cópia do que se achava na sua imaginação. Beethoven trazia mentalmente registradas tôdas as suas sinfonias. O ofício seria

trasladá-las para o papel. Se se fôra admitir que a doutrina de Benedetto Croce é perfeita, no ponto em que o poder criador do artista está na imaginação e sòmente nela, certo em grande parte ou na totalidade estariam alterados os lineamentos pelos quais se descobre um pouco, ou alguma coisa do misterioso mundo psíquico. E isso, na atualidade dos conhecimentos, não parece admissível. A intuição transcende a própria imaginação, superando-a, através de três faculdades que se conjugam em sintonia perfeita. Delas é necessário se esboce ràpidamente ligeira notícia.

V

TRIANGULO MENTAL

Três são as faculdades do espírito: inteligência, vontade e imaginação. Figuradas geomètricamente no triângulo, perfeito, por exemplo, daria o equilíbrio das três faculdades, pelos quais se apuraria a mentalidade do *homo medius*. Seria a fórmula razoável, pela qual se conhecem as mentalidades comuns, típica ou aparentemente equilibradas, sujeitas a processo de desenvolvimento.

Se a formação psíquica é de tal ordem que um dos lados do triângulo apresente considerável extensão com a tendência para a absorção sempre em parte de outro lado, surgem as variações chamadas mentais. Se a inteligência é predominante, com a associação em parte da vontade, aparecem as chamadas *altas cerebrações*, para o campo especulativo. Se a vontade é predominante, abarcando a totalidade do lado com absorção do campo da inteligência, viriam as formações que se diriam voluntariosas, os chamados *homens de ferro*, destinados a funções de comando, tipicamente na liderança de massas ou govêrno de povos, ou direção de lutas, entre planos estratégicos. Se a imaginação domina todo o triângulo, e parte da inteligência, surgiriam os homens destinados a planos de contemplação, que se objetiva, quando a imaginação atinge o lado da vontade.

A tábua de valores é imensa ou infinita, derivada de um sem número de influências de faculdades, umas sôbre as outras. Nem seriam omitidas as chamadas dismorfias mentais, características de insanidade, no ponto em que uma das faculdades desaparece totalmente quase. Estaria o leitor no mundo misterioso da psiquiatria, para o estudo dos abúlicos, dos inertes, dos carentes de inteligência.

Expostas as linhas sucintas no tocante ao jôgo das faculdades, na infinita variedade de combinações, há que formular as bases da intuição, as quais teriam uma espécie de índice, pelo qual se estabelecessem escala de *intuições*, desde a forma primária, extremamente reduzida, situada na esfera da mentalidade pré-lógica até às supremas formas de mentalidade lógica. O ápice da escala estaria ocupado pelo que se considera *gênio*, que seria exceção monstruosa da natureza, segundo a elegante expressão de escritor luso. A intuição oferece a chave suprema para os grandes descobrimentos, ou grandes invenções, ou concepções, ou planos de extrema diversidade. Daria o *herói*, o *santo*, ou o *gênio*, designação dos homens que traçam roteiros, não porque o queiram, mas porque estão na linha admirável dos muitos que são chamados e dos poucos que são escolhidos. Na escala ou tábua de valores, sempre ficaria o lugar supremo ocupado, segundo a fórmula de Benedikt, por Cristo.

VI

VARIEDADE INFINITA DE ESCALAS

Se, como foi exposto, o homem está situado no *globus intellectualis* em posição, que varia ao infinito, assim nas relações com o próximo, das quais nasce o Direito, que se condiciona pelo equilíbrio possível, dado pela noção de Justiça; se, por outro lado, nessa relação com o próximo, está sujeito a deveres amplos que se situam no plano misterioso da Caridade, base dos vínculos religiosos, para a grandeza da Paz; bem é de se notar que nas manifestações

simbólicas da alegria ou da dor, da felicidade ou da desgraça, buscaria as fórmulas representativas de um ideal que se acha submerso no fundo misterioso de seu ser psíquico. Como instrumento de comunicação e de expressão, pelo sentido de *presença*, tem o homem o poder da palavra. Esta, entretanto, embora guarde o fundo comum do *logismo*, que está no íntimo do ser, como forma de raciocínio, diversifica-se extremamente no mundo externo ou mundo das relações. Daí a imensa colcha de retalhos da linguagem, que não possibilita a unificação em idioma universal, generosa tentativa de Zamenhoff. A babelização da linguagem é fenômeno que se esconde admiravelmente no símbolo bíblico, constituindo na ordem prática, no mundo fáctico, o que seria fato sem contestação. *Simile modo*, configura-se a Arte.

VII

IMPOSSIBILIDADE DE UNIFICAÇÃO

Não poderá o homem jamais conseguir por si a unificação das manifestações coletivas, quer no campo do Direito, quer no campo da Arte, quer no campo da Religião. Nem por igual conseguirá impor a sua vontade, ou a sua imaginação, ou a sua inteligência, para a deturpação completa das manifestações que existem no mundo fáctico. Assim, se não há possibilidade humana de que o Direito se torne livre, como apregoam inútilmente alguns pensadores modernos da linha existencialista; se, por outro lado, não há possibilidade de se fabricar religião, como quiserem, um dia, mentalidades extremadas; se, por fim, não há possibilidade de se destruir o que existe, como formas objetivas de elaboração impostas pela experiência e atestadas pela História, tomadas dentro das linhas altas de verificação que se prolonga no tempo e no espaço, — não será erro proclamar-se que também a Arte, diversificada ao extremo de concepções, através do tempo e do espaço, não poderá unificar-se para apresentar corpo inteiriço, padronizado, — em

sentido universal. O que em verdade existe, e poderá sempre existir, como de fato sempre existiu, seria a formulação de princípios universais, que teriam o seu âmbito na esfera filosófica. Assim, nessa ordem de considerações, os próprios princípios universais estariam realizando o retôrno às fontes fundamentais.

VIII

O SÍMBOLO ETERNO DE ISAÍAS

Reliquiae convertentur, reliquiae inquam Jacob ad Deum fortem. Há na humanidade *globus intellectualis*, o que seria a *arena maris*, de que fala Isaías. Babelizada a linguagem, babelizadas as representações coletivas, tôdas tendem ao estuário comum, à fonte geradora eterna. O homem sente a saudade do que perdeu, na origem fundamental de suas faculdades psíquicas. Sente o *desidério*, de que fala o extraordinário profeta: *nomen tuum, et memoriale tuum in desiderio animae*. Busca, desesperadamente, recordar-se da fonte primeira, e porque não a encontra, senão escondida nas profundezas do próprio ser, busca repeti-la nas manifestações objetivas, no mundo fáctico, procurando recordar aquilo que perdeu, olhos voltados para os escaninhos da alma. Miguel Ângelo não pinta pròpria-mente com o cérebro, mas olha para a tela do Absoluto, trasladando, pela intuição, aquilo a que seu gênio privilegiado foi dado ver. Beethoven, surdo, não escreve com o cérebro as suas sinfonias, mas repete no papel, em forma suprema, que os materiais lhe permitem, a harmonia suprema que ouviu, intimamente, um dia. São Francisco de Assis não prega a Caridade por si próprio, mas repete o supremo sentimento do Amor que descobre nas raízes de seu ser. Há no mundo a plena intuição de que se perdeu a esfera maravilhosa em que ficam os vergéis das delícias supremas. O homem, como pensador de Rodin, vive em permanente recordação, não de si mesmo, mas da situação que tivera nos mistérios do Absoluto.

IX

Através de generalizações, com alguma incursão pelos conceitos puros, poder-se-ia admitir o que seria *arte pura*, na esfera das formas abstratas, sem ingredientes materiais, oriundos da percepção dos sentidos, arte que se implantaria acima e além de nós mesmos. Esse reino encantado de formas seria habitação dos que se armam de dons inatos. Pouco importaria, para elucidação do problema, o debate de sua finalidade, que exigiria setor de informação diversa, desde as especulações dos mestres gregos até os nossos dias, segundo se nota de um excelente estudo de escritor contemporâneo. Se se buscam afirmações fundamentais, há que reivindicar o primado do espírito e com êle o mistério de sua própria origem.

X

ARTE, CONCEITO OBJETIVO

Diz-se comumente que a Arte não tem pátria e, por isso mesmo, não tem escolas. Mas é preciso se estabeleça a distinção a respeito de Arte, no tríplice aspecto sob que se apresentou no exórdio destes estudos. A Arte pura é incaptável, porque está situada em plano inalcançável. A Arte em sentido objetivo, como representação coletiva, essa rigorosamente tem pátria, ou as suas pátrias, quando se toma o tema dentro do aspecto espacial e temporal; tem a sua época, ou as suas épocas, se o tema é levado para o sentido de duração. Consulte-se à História, e tudo se esclarecerá.

XI

EXISTE ARTE UNIVERSAL?

A resposta é negativa, colocada a discussão no terreno filosófico. Não há Arte Universal, isto é, dentro do do-

mínio do *globus intellectualis*. Já na esfera transcendental do *coelum intellectualis*, a Arte se confunde com o Absoluto. O que existe no *globus intellectualis* é a perene tentativa de cópia, como recordação da Beleza que se perdeu e se procura obstinadamente, através de representações coletivas.

CONCLUSÕES

Exposta a matéria resumidamente, admissível é se procure a fórmula espinosiana para a afirmação de princípios. Seria uma audácia o plano de linhas matemáticas, ou geométricas, ou de metafísica sutil. Apesar de tudo, apresentariam os princípios resposta, que, embora não seja solução, tem a força de sugestão humilde.

Primeira conclusão:

Arte, em sentido amplo, é conceito preterlógico, alcançando o campo filosófico como entidade "a priori", intemporal e inespacial.

Primeiro corolário:

Está acima da realidade do mundo moral em dimensões que se não podem calcular, como base da Beleza no Absoluto.

Segundo corolário:

Sua presença na entidade psíquica é total, na condição do reflexo do Absoluto.

Segunda conclusão:

A Arte, em sentido restrito, é conceito teleológico, alcançando o mundo fáctico, na condição de entidade fragmentária, espacial e temporal.

Primeiro corolário:

Está ínsita na realidade do mundo fáctico em dimensões que se podem calcular, como base do gôzo ético, em contemplação da Beleza relativa.

Segundo corolário:

Sua presença é objetiva e fragmentária na pessoa, na condição de dádiva do Absoluto.

Terceira conclusão:

A Arte, em sentido restritíssimo, é atividade axiológica, que alcança o mundo das relações, na condição de grangeadora de meios vitais.

Primeiro corolário:

A Arte despoja-se de representação coletiva, para ingressar no mundo das relações como força criadora de riqueza.

Tese apresentada ao Congresso de
Letras e Artes, de Porto Alegre,
em 1957

O Escritor e a Língua

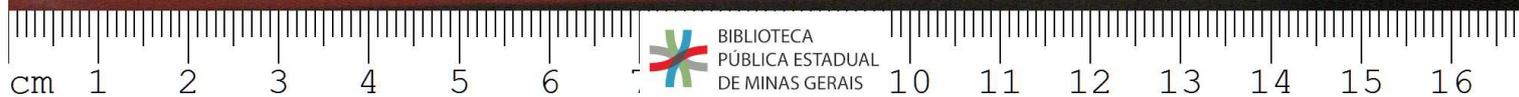
Mário Matos

A palavra escrita provém do latim: *scriptor* e, segundo os dicionários, significa autor de obras literárias ou de outras de vária natureza. Vamos tratar do escritor sob o ponto de vista literário e, ainda, em relação com a língua, veículo da manifestação de seus pensamentos e emoções.

Que é que caracteriza o escritor? Como se sabe, ao certo, se um môço será ou não escritor? A nosso ver, o que extrema o escritor é a idéia fixa, a incapacidade de fazer outra coisa, numa palavra, a vocação. Isto quer dizer que a pessoa possuidora de tal tendência pode exercer qualquer função mas, ao exercê-la se sente, consciente ou inconscientemente, fintada na sua destinação natural. Executando outro trabalho que não seja os de ler ou escrever, experimenta sensação aflitiva pelo fato de estar fazendo uma coisa que a aborrece ou contraria. É o mesmo que aconteceria com a abelha, se fôsse proibida de fabricar o mel.

Quando alguém nasceu com êste signo artístico, êle mesmo, através de tateios e dificuldades, encontra o seu caminho e saberá, pela palavra, pelo pincel, pelo escopro ou pela nota musical, comover e edificar os semelhantes, ainda que seja a mais humilde criatura dêste mundo. Vemos o exemplo de nosso patrício — o Aleijadinho, possuindo só um tôco de mão, um pedaço de mão, e que, vencendo os obstáculos da doença, conseguiu estampar, no corpo e na fisionomia de suas figuras, a majestade da vida.

Dentre cem moços que tenham a propensão ou o gôsto da literatura, quanto mais dentre seiscentos, que são



os que têm a bondade de me ouvir nesta sala, é muito provável que surjam um punhado dêles que, amanhã, hão de engrandecer, pelo verbo, o Brasil. Saúdo, entre os senhores, êstes poetas ou escritores escondidos do futuro, aos quais nós vamos tentando transmitir o privilégio e a magia da arte, na lição precária de nossos pobres ensinamentos.

Pela importância social e unificadora da arte, deduz-se logo que exige de quem a pratique o espírito de sacerdócio. Não admite o diletantismo, isto é, que seja exercida como fuga ou divertimento. Entende com aquilo que o homem possui de mais elevado, que é a sua alma e sua inteligência.

O escritor, como qualquer artista, constitui um dos centros de gravidade humana, e é necessário, assim, que compreenda a sua missão. Deve viver como impõe o trabalho específico. A grandeza dêle não se reveste nem de aparato nem de representações. Ocupa a mais saliente categoria em que Schopenhauer dividiu os homens. Êstes valem, disse êle, pelo que são, pelo que possuem e pelo que representam. O valor da riqueza, mesmo como resultado do labor, desde que não se objetive em criações ou realizações, é aleatório, não traz o sêlo da individualidade. E tem a maldição de empobrecer o seu detentor, em muitos casos. Já um filósofo acentuou que alguns ricos só possuem de sua fortuna o mêdo de perdê-la. Os cargos, as altas posições pertencem às instituições políticas, administrativas e outras, e o cidadão que os exerça perde a importância, quando os abandona.

O valor intrínseco o indivíduo carrega-o consigo: beneficia-o como também ao próximo. É o do homem de ciência, o do santo e o do artista. Os três podem falar: *onemia mea mecum ponto*, tendo o que é meu carregado comigo. Tal valor é como da luz: clareia o mundo.

Se é dessa natureza a função do escritor, claro que lhe cumpre adquirir fôrças ou virtudes capazes de pô-lo na condição de desempenhá-la bem. Cumpre-lhe manter ou

conquistar saúde física, moral e intelectual para produzir com euforia. Para isso, deve combater nêle a vaidade, o orgulho, o egocentrismo, a inquietação, a preguiça, a maldicência, o pessimismo etc. Os sentimentos inferiores são tão maléficos ao espírito como a erva de passarinho para a vitalidade das árvores: secam-no e atrofiam-no continuamente.

O artista não pode deixar de ser calmo ou fleugmático. São Francisco de Sales, neste particular, recomenda não se apressar, ter doçura consigo mesmo e fazer uma coisa só vagorosamente, isto porque a fôrça mental é inseparável da calma da inteligência.

Aqui, os senhores têm o direito de perguntar: — mas como é que um sujeito instável ou nervoso pode ser tranqüilo? Pode. Pode sim. Sua intranqüilidade ou vem de doença ou de falta de reeducação. No primeiro caso, a solução depende da medicina. No segundo, êle se transformará, não pela educação da vontade como quase todo mundo julga, mas pela educação da imaginação. Êle se modificará pela lei de Emílio Coué, que é a aplicação do método experimental no domínio do espírito. Hoje, está cientificamente provado que a vontade humana não vale nada. Não se educa. Educa-se a imaginação. Tôda vez que a vontade entra em cena a imaginação surge em sentido contrário. Estabelece-se a luta entre as duas e, neste dissídio, sempre a imaginação sai vitoriosa. Esta lei se chama do esforço convertido. COUÉ deu muitos exemplos de sua verificação mas basta só um. Se pusermos uma tábua cumprida ao longo dêste salão, sôbre o assoalho, com 25 centímetros de largura, qualquer um dos senhores caminha em cima dela do comêço até o fim. Se colocarmos a mesma tábua sôbre a tórre de duas igrejas, no ar, ninguém é capaz de atravessá-la. E quanto mais vontade tiver de caminhar em cima dela, mais depressa cairá. A imagem da queda domina a mais forte vontade. No entanto, disciplinando-se a imaginação, os artistas de circo realizam o milagre brincando.

Da mesma maneira, obtém-se o que se quer, espiritualmente, reeducando-se a imaginação, sem fazer apêlo à vontade.

É uma questão de auto-sugestão positiva, pela qual se combate qualquer defeito moral ou intelectual. Demanda paciência, crença e tempo. Realiza-se por um apêlo feito ao inconsciente, porque êste é que nos governa sem o sabermos.

Quem quiser ser calmo ou seguro de si mesmo é pensar sempre que o é e dizê-lo mecânicamente a si próprio. Os senhores devem ler Freud e ficarão a par de tais assuntos ou, então, o que ainda é muito melhor, a *Imitação de Cristo*, que ensina a fôrça da fé e das sugestões eufóricas.

Importa ao escritor viver com o espírito de pobreza, com o sentimento de ternura e com a ingenuidade da alegria. O espírito de pobreza, deve-se explicar, é o do cristianismo, é uma disposição voluntária, a simplicidade que se nota nas coisas belas e naturais, como a flor ou a criança. Isto porque a pobreza revoltada ou involuntária é um pecado ou uma insuficiência moral. Aldous Huxley sentenciou avisadamente, ao dizer que é mais fácil um camelo passar no buraco de uma agulha que um homem involuntariamente pobre entrar no céu. A simplicidade de que se fala aqui é a de Sócrates, o qual, ao ver numa exposição muitos objetos de luxo, exclamou: "Quantas coisas existem de que não preciso."

Quando se discorre sôbre a necessidade da vida tranqüila para o escritor, a exigência abrange também a agitação externa. A mania de freqüentar cafés, sair à rua, movimentar-se à toa equivale a um desperdício de energias inútil. O homem, assim procedendo, parece-se com as formigas que sobem e descem no tronco das árvores sem motivo algum, senão o da sua cansativa movimentação.

Portanto, adotar calma interna e externa. Desejamos frisar neste ponto que tal atributo é indispensável para o escritor, porém muito melhor para a escritora. A mulher serena aumenta a magia de sua sedução, exerce misteriosa

atração sôbre o homem. Geralmente casa antes dos vinte e cinco anos. É um alcapão de primeira ordem. Às vêzes, apanha dois passarinhos de uma vez.

De mais a mais, a pressa, a inquietação, no ato de escrever, é um elemento muito cansativo. Quem escreve depressa cansa-se depressa. É bom imitar essas velhinhas que, num canto da casa, com a língua de fora, fazem o seu *tricot* horas e horas, ausentes das dores do mundo.

Mas — e aqui é que está o *busilis* — como se deve escrever? É uma pergunta ou um problema cheio de mistério e dificuldades profundas. Quem escreve por nós é o nosso temperamento, é a nossa cultura, a nossa sensibilidade, o nosso subconsciente, em resumo, nossa personalidade ou nosso caráter. Nossa escrita é o espelho vivo do nosso eu interior, alma e espírito. O estilo é a projeção artística do homem que escreve, com seus defeitos e virtudes.

Encerra também um efeito fisiológico. Seu ritmo acha-se adstrito ou condicionado ao aparelho respiratório. O povo, que intui as verdades secretas, costuma falar: *escritor de fôlego, escritor de fôlego curto*. Exprime assim uma lei que regula o estilo. A extensão menor ou maior da oração ou período é determinada pela duração do respiratório. Só podemos pensar no intervalo de tempo que fica entre a inspiração e a expiração. Quando enchemos os pulmões de ar ou os esvasiamos, não nos é dado pensar. Sòmente podemos falar, durante o instante em que expiramos isto é, durante o espaço de tempo em que expelimos o ar do pulmão. Pode-se pois concluir que cada escritor tem período curto ou longo de acôrdo com o seu aparelho respiratório. Escritor de período curto possui nariz entupido, sofre de hipertrofia dos cornêtos ou de *adenóides*. É um caso operatório. Rui Barbosa, possuidor de um dos maiores pulmões e de uma das fossas nasais mais largas do Brasil — escrevia com períodos imensamente longos, como acontecia também com *Tolstoi*, na Rússia.

Verificam os senhores a importância evidente que têm os exercícios respiratórios na higiene mental do escritor e na aquisição de pensamentos profundos. Facilita ainda a ordem natural da composição, o encadeamento das idéias — requisito indispensável de toda obra literária.

Por outro lado, quem fala ou escreve — orador ou escritor — precisa manejar com agilidade e mestria o instrumento de que se serve, precisa conhecer bem a língua. Deve dominá-la como os pelotiqueiros jogam com as suas bolas, atirando-as ao ar de muitas maneiras, até mesmo de olhos fechados, e apanhando-as com as mãos. Tal domínio será tão abrangente quanto possível, de modo que seja inconsciente ou automático.

Sendo a univocidade o gênio da língua, a regra do emprêgo das palavras é a especificidade. Vamos, explicar: unicamente se usará o termo específico, o termo insubstituível, quer se trate de verbo, substantivo, adjetivo ou advérbio. Tal especificidade não é simplesmente quanto à significação do termo, mas sim, ainda quanto a seu lugar no discurso ou na oração. E assim se procede para dar organicidade ao período, que é como um organismo vivo. Uma palavra fora de seu lugar, ou uma palavra imprópria na escrita é como nota desafinada em um trecho de música: fere os ouvidos e a sensibilidade artística. Eis a lei: *emprêgo do termo próprio em seu próprio lugar*.

Em relação com a propriedade verbal, o Professor *Alain* aconselhava que a expressão fôsse *encontrada*, porém não *procurada*. O aviso pretende acautelar ou evitar o preciosismo, a mania excessiva da forma.

A palavra é movimento e, por isso, deve ser prestadia ou usual, tendo a significação conhecida de todo mundo mais ou menos culto. O termo inusitado ou desusado interrompe o fio do discurso e o seu entendimento, e a leitura interrompida deixa de ser um prazer do leitor para se transformar em empecilho ou impaciência. Ninguém lê um prosador que o obriga a ir consultar de momento a momento o dicionário. Quando nos entregamos à atração da

leitura, irritam-nos a chegada de uma visita, a interrupção de qualquer pessoa da casa ou um chamado telefônico. Igual efeito produz o termo exótico ou desconhecido. Foi por isso que Carlos Drummond de Andrade disse preferir, à palavra bonita ou sonora, o termo pobre. Essa norma é tanto mais necessária quando, infringindo-a, desobedece-mos a lei da gravidade neste particular. O pensamento, a palavra vai mais depressa da cabeça do escritor ao papel do que do livro à cabeça do leitor. Precisamos portanto facilitar-lhe a compreensão do que escrevemos.

Outra coisa que facilita muito o entendimento do leitor é a imagem. A imagem, além de ser uma figura literária, está também em certas palavras, que a evocam. De algum modo nós pensamos por imagens. A palavra imaginífica, a palavra que contém imagens, encerra uma espécie de magia ou feitiço, que redundam em prazer. Incumbe escrever para os olhos da imaginação do leitor. Conseqüentemente, é um cânon, um preceito *humanizar* as coisas no ato da escrita. Vamos dar poucos exemplos: *a tarde se entristecia... Os galhos pensativos dos salgueiros... As palmeiras moviam brandamente seus leques no ar.*

Como tôdas as coisas do mundo objetivo, a palavra tem pêso, parece que tem pêso. Nelas há um tanto de inércia ou quietude. Para abalar êsse sossêgo da palavra, Homero preconizava o uso de termos *alados* ou que tenham asas. O conceito, se adotado, torna a escrita fluida ou leve, como notas suaves de música. É por esta razão que muitos leitores acham alguns escritores *pesados*, porque desobedecem a esta regra.

Outro postulado é de que o prosador deve estar atento, não só, à propriedade verbal, como ainda, à das idéias dos pensamentos e das emoções. Não convém exagêro em nada disso, para aumentar o poder de comunicabilidade com o leitor.

Entretanto, no comêço de uma crônica, de um conto ou de um artigo, a nota de surpresa é atrativa, despertando a curiosidade da leitura. Outro dia, ao ler uma crônica de

Rubem Braga, vi que êle a começava assim: — “Estão me matando devagar pela tabela Price.” Êsses truques serão usados com a discrição do bom gôsto, temperado pela prevenção contra a frase feita.

A particularidade, porém, é como adôrno; o que importa, no estilo, é o tom geral e cada um de nós tem o seu. É a soma de atributos componentes da personalidade — temperamento, sensibilidade, imaginação, tendências espirituais etc. O estilo é um capítulo de psicologia diferencial. Assim como em regra, conhecemos logo, mais ou menos uma pessoa, ao ouvirmos sua conversa durante algum tempo, do mesmo modo, pela mesma razão, a discernimos, ao lermos o que ela escreve. É verdade que a palavra falada é um espelho mais fiel da pessoa, porque não é disciplinada nem coordenada como a escrita. Mas ambas, é certo que retratam psicológicamente a personalidade.

A corrente literária modernista introduziu rumos novos na estilística e, no nosso entendimento, o mais apreciável foi êste do tom. Aproximou a palavra falada da escrita, e isto deu credibilidade, vivacidade e humanidade ao estilo. Afinal de contas que diferença substancial existe entre uma e outra? Certamente nenhuma, uma vez que a linguagem é biológica e social, nasce das profundezas secretas da vida e é o meio de os sêres pensantes se intercomunicarem. Quando ela falta, como se dá com os mudos, tem que ser substituída, por necessidade invencível, pela linguagem mímica. Sem a palavra o homem viveria na solidão moral, sentimental e intelectual.

Assim, um dos traços predominantes do estilo é a oralidade, emprestando à palavra escrita, que é de algum modo uma palavra morta, o sôpro e o movimento da vida. E é vivendo que se aprende inconscientemente. Foi em tal sentido, no sentido de que acumulamos em nós a sabedoria de gerações imemoriais, que Sócrates provou que aprender é recordar. Argüido inteligentemente, cada um de nós sabe de coisas que supunha ignorar.

Por outro lado, a arte de escrever requer também, salientou Nietzsche, o equivalente dos meios de expressão que estão ao alcance de quem fala: — os gestos, o acento, o tom e o olhar. Eis porque o estilo escrito é bem mais difícil por causa de tal insuficiência. Visa, com meios restritos, a equiparar-se à copiosidade expressional da palavra falada.

Pode-se, no entanto, superar essas deficiências. Há determinadas expressões que indicam gestos, tom de voz, atitudes e modos de olhar. Quando se escreve, por exemplo: “Fulano ficou até aqui com Sicrano”, o leitor logo imagina o gesto que não existe na frase.

A gesticulação, a vocalização, a expressividade do olhar, as atitudes devem ser traduzidas na escrita pelo modo sintomático ou elucidativo da palavra empregada, se esta apanha bem as situações psicológicas evidenciadas pelas posições dos órgãos e do corpo humano. O leitor as evoca porque são inseparáveis de tais movimentos físicos, como no caso em que acabamos de citar.

Muitos escritores têm também o costume de descrever, o que contravém a finalidade do estilo. Era a vez do naturalismo, conforme se vê em *Salambo* de Flaubert, o mais cansativo dos romances. Descrição não é fotografia. Na escolha das circunstâncias, ligadas emocionalmente ao homem, se evidencia a lei da descrição. Mas a emoção despertada pelo mundo exterior pertence à espécie e não ao indivíduo que escreve. O autor não aparece, é um criador oculto, como se vê nas peças teatrais. Cumpre acentuar que a ordem do espírito, nesses postos, corresponderá à das coisas ou do mundo. Ela se faz sentir pelo encadeamento lógico ou sincrônico. O que prescreve a logicidade ou sincronia abandona-se, como o uso dos parênteses. Logicidade aqui é posta como sinônimo de naturalidade, isto é, conseqüência da arte convertida em hábito.

O autor de um romance, de uma novela ou de um conto, por isso que cria e movimentava personagens, tem necessidade, em certos passos, de estabelecer o diálogo. A

graça do diálogo é a familiaridade, e cada personagem falará de acôrdo com o seu caráter ou temperamento. Por meio dêle, acentuamos a vitalidade das situações e das pessoas, inserindo-as no ritmo da vida. Obedece o diálogo a duas leis, além da apontada: a da credibilidade e a da perspectiva, isto é, será virtual e de duração apropriada. Cada diálogo na trama do discurso, tem a duração que merece.

Nas demais partes de seu trabalho, — conto, novela ou romance, — quem escreve não é nem predicador nem propagandista. Quando tem que dizê-la, o escritor dirá a verdade sem argumentação, fiado simplesmente em sua fôrça difusora. A prédica, o argumento e a propaganda são atributos da oratória, da conferência ou do sermão.

Outro escolho de que se deve precaver é a mania corrente de ostentar sentimentos elevados porque aí aparecem os sinais da vaidade. Um conselho bom foi dado pelo panfletário Antônio Torres, ao dizer: “Nunca minto de caso pensado nem me disfarço quando escrevo.” Quem quer parecer o que não é, no ato de escrever, desperta logo incredulidade. No escritor, o que nos interessa não é o autor, é o homem. Bem entendido, o homem interno. Por isso afirma Dimnet com bastante acerto que só deviam escrever os que o fazem com alegria. Se escrevemos com raiva, o estilo será raivoso. Com ódio, odioso. Com preguiça, preguiçoso. Com manhas, manhoso. E assim por diante. E aqui me lembra uma palavra boa de Ruskin, frisando ser o característico dos grandes escritores uma ternura profunda pelas coisas e pelos homens. Assim, podemos adiantar ou indicar dois obstáculos para sermos nós mesmos no ato de escrever, no ato de escrever ou em qualquer ato: a insinceridade, que é comediante, e a desconfiança de nós mesmos, o complexo de inferioridade chamada, que paralisa, torna o escritor gaguejante.

Encarado o problema por outro aspeto, há uma impressão que domina qualquer leitor, ao travar conhecimento com um escritor de nomeada. Notamos logo que é vigo-

roso ou perfeito, tem pujança ou perfeição como característica principal. É dionisiaco e apolíneo. É a divisão dada por Guilherme Terrero na questão de estilo. Eis dois exemplos culminantes, entre nós: Euclides da Cunha, que se fazia notar pela pujança verbal e Machado de Assis, pela perfeição estilística.

Não nos devemos esquecer porém que a língua é uma coação social: ela escreve por nós em grande parte, como observou Xavier Marques. Os costumes, os fatos políticos, econômicos, morais, sentimentais, o meio social enfim influencia ou determina a nossa linguagem. Vem até do leite materno e foi em tal sentido que o velho Anatole France assegurou que nós *mamamos* a nossa língua. Uma de suas contingências fatais é a temporalidade, sem a qual não pode ser entendida. Se hoje falássemos ou escrevêssemos como os primeiros clássicos, correríamos o risco de não sermos entendidos ou de passarmos como loucos. Despertaríamos a mesma impressão de um sujeito que aparecesse na rua de cartola alta, colête de veludo e sobrecasaca. Se essa temporalidade da linguagem é transitória, por outro lado concorre para arejar e fluidificar a linguagem no que encerra de permanente na linha de seu gênio evolutivo. Por isso, os grandes escritores são contemporâneos de tôdas as idades ou etapas. Quando lemos hoje, por exemplo, um dos sonetos célebres de Camões, sentimos que foi escrito ontem e poderia ser assinado, com glória, por qualquer dos maiores poetas da atualidade. E essa fôrça intrínseca é maior do que as coisas imperecíveis. Há um dito que dá impressão real de tal potencialidade: — não é o mármore que se perpetua, é a estátua.

E de onde vem essa majestade empolgante? Em boa parte, advém da harmonia do conjunto, da unidade composta que acorda em nós a sensação de paz, euforia e mortalidade, dêsse sossêgo, que não é morte, nas promessas de pacificação eterna dentro da agitação do mundo.

Percebemos portanto que todo assunto, todo tema é uno, dotado de um conjunto de linhas sem marca de transição. O estilo será então fluência do ritmo, tanto das idéias e das emoções quanto no seu encadeiamento imperceptível da maneira de escrever.

Dêsse modo, uma boa transição no ato de compor deve levar sua discrição até se fazer esquecer. Sua finalidade de agente de ligação exige naturalidade, lógica e variedade. Vamos forçar o caso: o estilo deve ser fisiológico na fixação e desenvolvimento do tema. Nada de cortar o fio de pensamento do leitor com transições chocantes. Isto denuncia ignorância da matéria de que se discorre e ainda, como conseqüência, instabilidade nervosa. Elemento integrante da natureza, o homem, em sua atuação, de qualquer feição que seja, não pode deixar de operar senão em conformidade com o seu modo de atuar: calmo, rítmico e profundo. Eis a razão por que o escritor é dotado do espírito de firmeza, ao contrário do espírito geométrico, para falarmos segundo a divisão do espírito feita por Pascal. Os geométricos são os cientistas, os matemáticos, os quais raciocinam em termos de dois e dois são quatro. O artista, não. Tem penetração e firmeza. Mesmo aplicando leis, descubra-lhes as conseqüências e as correlações profundas. Outro dia, Oscar Mendes, com tôda razão, criticou e mostrou aos senhores o absurdo em que redundou a chamada poesia científica. Percebemos que até mesmo os escritores aforísticos, os que têm o vêzo, a mania de encadear pensamentos, os escritores, dogmáticos ou frasistas dão sensação que contravém a arte de escrever! Não conhecemos nada mais ilegível do que meu livro de pensamentos ou aforismos. Fazem apêlo unicamente à sabedoria sêca e despojada de emoção.

Pela mesma razão, não toleramos, na vida prática, a criatura que tem costume de dar conselhos e disseminar princípios rígidos.

Os filhos, em regra, não toleram pais e mães que encham a bôca de sabedoria, conselhos e axiomas. Conselhos não se dão, pedem-se.

Os que aqui estou lhes dando é por dever de ofício e lição, que me foram fornecidos pela experiência de leitura e por esta coisa cacête e incômoda que se chama velhice. Quase todo velho é *chato*.

E, afinal, lhes indico um modo mais ou menos prático de escrever a respeito de qualquer assunto. As operações que precedem a composição literária são estas: 1) compreensão da matéria pelo seu estudo; 2) pesquisas das idéias e teorias a respeito; 3) anotação delas; 4) anotação das mesmas; 5) sem plano ou disposição hierárquica.

O principal é o conhecimento profundo da língua e, depois disso se aprende a escrever, escrevendo. É também importante aprender a aprender, uma vez que é indispensável a técnica da aprendizagem.

Mas como se hierarquizam os conhecimentos obtidos sobre qualquer assunto?

Há um processo mecânico pelo qual obtemos tal resultado sem esforço. Quando terminamos o estudo, o tema já se acha disposto hierarquicamente. É só pôr mãos à obra e escrevê-lo.

É o seguinte:

Todo assunto é uno, como se fôsse, por exemplo, uma árvore: tem raízes, tronco, galhos, ramos e fruto, que é a sua finalidade. Assim, apanharemos uma quantidade suficiente de pedaços de papel. Poremos em cada um dêles uma letra: a, b, c, d etc. Quando estivermos estudando a matéria, tôda observação que colhermos na leitura, anotaremos em cada fôlha, segundo a sua natureza. Se é uma observação que entende com a origem do tema poremos na fôlha *a*. Uma observação para cada fôlha. Se fôr a respeito do desenvolvimento, da divisão ou do fim do problema, fixaremos nas fôlhas que tenham as outras letras.

Quando terminarmos o trabalho, o tema já está todo ordenado. Só o que temos a fazer então é seriar os apontamentos de cada letra, isto é, os apontamentos atinentes à origem, ao desenvolvimento, à divisão e à finalidade da matéria. Por último, colocaremos, uns sôbre os outros, os punhados de papel pela seriação alfabética. A última etapa é trabalhar, é escrever pela seriação mecânica que ficou automaticamente feita no curso do estudo.

— E no meio disso tudo, o que se põe? perguntarão os senhores.

— Ah! No meio só se põe talento, é o que tenho a dizer.

Entretanto, a exigência precípua é de ordem geral. É o amor e o estudo de nossa língua, que não se aprende, senhores, na fantasia, senão vendo, lutando e pelejando. Para amar e entender a língua é indispensável conhecê-la em sua origem, evolução, transformação e finalidade.

É uma língua bonita e marulhosa como água que vem cantando de muito longe e carrega, através do curso sinuoso, a alegria, os céus e as imagens que espelham pelo caminho. Devem bem conhecê-la para amá-la bem.

Um orador eloqüente, que fazia os seus discursos em verso, Olavo Bilac, exaltou-a dêste modo:

“Última flor do Lácio, inculta e bela,
és, a um tempo, esplendor e sepultura,
ouro nativo que na ganga impura
a bruta mina entre os cascalhos vela...

Amo-te assim, desconhecida e obscura,
tuba de alto clangor, lira singela
que tens o trom e o silvo da procela
e o arrôlo da saudade e da ternura.

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
de virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma.

em que da voz materna ouvi: "meu filho"!
e em que Camões chorou, no exílio amargo,
o gênio sem ventura e o amor sem brilho."

Euclides da Cunha Cinquentenário

Fábio Lucas

1 — *O drama da crítica*

Na função de desvendar as significações da obra é lícito à crítica literária o emprêgo de todos os meios a seu alcance. A multivocidade da obra de arte parece induzir um método polivalente para sua clarificação. Por isso mesmo, não pode o crítico desprezar recursos esclarecedores por meros preconceitos doutrinários. A solar evidência dêesses juízos tem levado alguns mestres da teoria literária a substituir a análise estilística, ainda em franca expansão no mundo ocidental, pela chamada crítica integral, de que a estilística seria um dos processos auxiliares.

A nosso entender, deve o crítico experimentar todos os instrumentos aptos à revelação da natureza e importância da obra. Em algumas ocasiões, o método predominante é determinado pela própria obra: dá-se isso quando as intenções do autor são transparentes. Intenções políticas, estilísticas etc. Normalmente, a boa crítica é consequência, não pode ser causa. Se o fôsse, voltaríamos ao apriorismo artístico, ao baixo impressionismo, método de análise que se inicia e encerra no analista, tem o dom de completar-se sem atingir a obra que, em última instância, permanece intacta. A faixa de opções do crítico deve ser demarcada pela obra. Ser dogmático nesse terreno é desejar submeter o trabalho artístico à ciência do analista, adaptar a obra às deficiências do apreciador. Brutalizações dessa ordem têm concorrido para o desprestígio do ofício através dos tempos.

Se a crítica é determinada pela obra, a metodologia crítica e a estética literária são condicionadas pelos níveis culturais da época. Não se trocam métodos de análise como se cambiam produtos acabados no comércio internacional; na troca de modelos ideológicos, uma das partes fatalmente renuncia ao direito de pensar por conta própria. Deixa de ser matriz de um pensamento para transformar-se em caixa de ressonância apenas. Franklin de Oliveira abordou o assunto com pertinência: "Importará sempre num equívoco a transplantação pura e simples dos métodos de historiografia e crítica literárias se em vez de significar uma incorporação de valores indicar apenas o uso mecânico de processos importados. A aplicação, entre nós, dos processos antropológicos de Josef Nadler, e George Thomson, da hermenêutica psicanalista de Walter Musch, do formalismo russo, ou do *new-criticism*, qualquer que seja a sua corrente, não atenderá às exigências de clarificação dos nossos problemas. A crítica literária, como a historiografia, há de ser tão enraizadamente nacional como específica de cada nação é a própria literatura. (*A fantasia exata*, Rio, Zahar, 1959, pág. 218).

Um livro como *Os Sertões* desafia problemas dessa natureza. Como será analisado? A crítica intrínseca jamais lhe esgotaria o significado. Ao contrário, deixaria de lado a parte mais importante da obra: sua natureza. Sim, porque *Os Sertões* entraram na literatura por acidente. A intenção do autor, ao escrevê-los, foi dar corpo a um protesto. Fêz obra de inspiração política, quis realizar predominantemente a narrativa e o julgamento de um fato histórico. Por outro lado, os conhecimentos científicos do autor, mobilizados para a composição da obra, oferecem sugestão para o estudo do nível cultural prevalente à época em que ela foi escrita. Eis, portanto, remetido o analista a uma área externa à investigação estilística.

Ao avizinhar-se o cinquentenário de Euclides da Cunha e nas comemorações do ano passado, frutificaram

estudos sôbre *Os Sertões*, diante dos quais se pôde notar o número incrível de análises que a obra comporta. É que *Os Sertões* encampam preocupações culturais de incontáveis origens e o crítico, muitas vêzes, vê-se indeciso entre os diversos antecedentes técnicos, psicológicos e sociológicos da obra.

Um dêles, dos mais penetrantes, chegou a assinalar que quem procura *Os Sertões* "... com a idéia de frisar algum de seus múltiplos aspectos, repete quase sempre a atitude, já ridicularizada por um humorista inglês, de alguém que se aproximasse de uma cachoeira para tirar de lá sômente um copo de água..." (Eugênio Gomes, *Visões e Revisões*, Rio, Instituto Nacional do Livro, 1958, pág. 287).

Estamos, dêste modo, diante de uma obra que oferece superfície tanto à análise intrínseca quanto à análise extrínseca. Um dos melhores trabalhos realizados últimamente sôbre Euclides da Cunha ressent-se justamente de uma abordagem mais abrangente. Inquestionavelmente, constituirá estudo de consulta obrigatória a todos quantos pretenderem examinar a posição daquele escritor na literatura brasileira, mas deixará no leitor certa insatisfação, exatamente porque o crítico temeu, dentro do espírito do trabalho a que servia, dar a Euclides todo o estudo que sua obra pedia. Referimo-nos ao capítulo "Euclides da Cunha", escrito por Franklin de Oliveira para êste notável levantamento de nossa produção literária que é *A Literatura no Brasil*. O autor em aprêço levou a sério demais o compromisso com a análise estilística, esquecendo-se de que a medida da importância do escritor de *Contrastes e Confrontos* não pode confinar-se apenas na excelência de suas soluções verbais. Ora, todos calculamos quão proveitosa haveria de ser a aplicação, por parte de Franklin de Oliveira, da crítica integral à obra de Euclides. A êsse respeito, é bastante esclarecedor, em alguns pontos, o trabalho de Rui Facó, "A Evolução do Pensamento de Euclides da Cunha", inserto na revista "Estudos Sociais", n.º 6, embora nada contenha de crítica estilística. O leitor que percorrer a ambos os traba-

lhos — de Franklin de Oliveira e de Rui Facó — estará duplamente abastecido, vale dizer, mais bem informado. Cada análise como que preenche os claros da outra...

A “Revista do Livro”, em o número 15, dedicado a Euclides, reuniu dois estudos de orientações igualmente diferentes. Enquanto no de Olímpio de Souza Andrade tenta-se evidenciar apenas os recursos lingüísticos de que se armou o autor de *Os Sertões* para executar essa obra admirável, no de Nelson Werneck Sodré o que se procura é situar Euclides da Cunha nos quadros sociais, políticos e culturais que permitiram a realização de proeza literária de tantos méritos. Investigação textualística e análise genética... Em ambas, indiscutivelmente, há abundante explicação da obra, compreensão de seu significado, estudo de suas qualidades...

A crítica, em suma, não subsiste em grau de autonomia absoluta. Freqüentemente, tem de adaptar-se às exigências da obra. No caso de *Os Sertões*, o exemplo é patente.

2 — *Duplicidade de Euclides da Cunha*

A muitos tem espantado certas contradições entre uma fase e outra de Euclides, entre as teorias científicas que alardeava e as conclusões que retirava dos fatos, entre o absoluto que buscou e a relatividade que defendeu. A crítica aponta algumas dessas contradições, não sem assinalar que, para resolvê-las, Euclides saía pelo melhor caminho, vencendo os dogmatismos de que se imbuíra nos primeiros estudos. Calejado de superar-se, pôde, a certa altura, assumir posição mais humilde diante da realidade analisável. Está em sua prova escrita de maio de 1909 o seguinte: “Em tôda a parte tôdas as noções se alteram porque a verdade é móvel, é, como a vida, um fato complexo que continua...” A verdade é móvel... Esse talvez não fôsse o pensamento do jovem que, em São Paulo, longe do teatro das operações, referindo-se a Canudos (“A nossa Vendêa”), terminava assim, em março de 1897, o primeiro artigo: “A República

sairá triunfante desta última prova.” Que são, afinal, *Os Sertões*? Um formidável libelo contra a República!

Mas, a própria obra-prima de Euclides encerra algumas contradições. A miscigenação, por exemplo, é condenada por enfraquecer as raças. Euclides, em seus estudos predispunha-se a conhecer apenas dois tipos de raças: as fortes e as fracas. O homem do sertão brasileiro, subalimentado, enfrentando uma natureza hostil, trazendo no sangue o resultado de caldeamentos incontáveis só poderia incluir-se no rol das raças fracas. O mestiço instável, tenderia a regressar às raças matrizes. Era a teoria. Lê-se em *Os Sertões*: “Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso.” Mais adiante: “... o desequilíbrio nervoso, em tal caso, é incurável...” (*Os Sertões*, Rio, Liv. Francisco Alves, 1950, pág. 1.008).

O mestiço é ainda tachado de “decaído”, portador de “hibridez moral” etc. Era a teoria... No final do livro, depois de um relato empolgante de heroísmo de lado a lado na luta de mestiços, o leitor é levado, num roldão de entusiasmos, a render-se, com espanto e admiração, à evidência suprema: o sertanejo é antes de tudo um forte. Não houve rendição em Canudos. A covardia não encontrou abrigo num só casebre dos 5 mil que compunham o reduto rebelde. O **hibridismo moral** não se manifestou na situação extrema...

A pretensa objetividade de Euclides contrastava com sua intuição artística, sua observação dos fatos. Rui Facó, no artigo mencionado, assinala que Euclides da Cunha “... embora situando-se em posições filosóficas errôneas, acertou muitas vezes contra as próprias concepções que adotara.” Acrescenta mais adiante: “... o fato altamente positivo é que, mesmo imbuído de falsas teorias antropológicas, de conceitos reacionários, apesar disso, foi um homem de pensamento avançado, um dos vanguardeiros das idéias progressistas do Brasil em seu tempo.” E Gilberto Freire,

em conferência que data de 1940, já mencionava essa duplicidade do autor de *Os Sertões*: "... Euclides da Cunha se viu às vêzes arrastado pelo que considerava a antropologia científica na sua expressão única e definitiva, a acreditar na incapacidade do mestiço: incapacidade biológica, fatal. Mas o certo é que não se extremou em místico de qualquer teoria de superioridade de raça. O perfil que traça do sertanejo não é de um devoto absoluto de tal superioridade." (*Atualidade de Euclides da Cunha*, Rio, C.E.B., 1943, pág. 17).

Também na teoria literária ficou Euclides entre situações opostas. Eugênio Gomes aponta nêle a influência do parnasianismo, "ao qual rendeu (...) não pequeno tributo." (ob. cit., pág. 303). Pois bem: em plena vigência daquela escola literária, que se caracterizou por uma atitude aristocrática na escolha dos assuntos, isenta na filosofia de vida e fria na realização técnica da obra, Euclides soube ser um deslumbrado diante do mundo, um participante de dramas humanos, um escritor eloqüente na defesa de suas idéias. Franklin de Oliveira chega a atribuir sua permanência à sua consciência social "... a consciência ética que levou Euclides a banir da literatura seu sentido diletante, para à literatura dar espírito de missão." (*A Literatura no Brasil*, vol. III, tomo I, pág. 304).

Como explicar essa oposição do teórico ao prático, da cultura à ação, do homem em si ao homem em situação?

3 — *Alienação científica e pensamento situado*

Não houve desdobramento de uma personalidade, mas condicionamentos diferentes. De um lado, a sociedade, que hauria fórmulas e conhecimentos transplantados do estrangeiro, sem passá-los por uma adaptação e submetê-los às necessidades do pensamento inferido da realidade brasileira, transmitia-lhe mecânicamente um sistema de idéias oracular, diante do qual — presumia-se — só era possível ao aprendiz crer e admirar; de outro lado, o teatro dos aconte-

tecimentos mostrava-se infenso aos apriorismos que lhe foram ministrados, o que o obrigava a buscar interpretações mais consentâneas com a natureza dos fatos.

Em Euclides da Cunha, uma coisa é o homem de gabinete, impregnado de falsa cultura e fervoroso adepto de um suposto objetivismo; outra coisa é o trabalhador de campo, provado nas lides da vida social, em que os múltiplos jogos de interesses baralhavam as linhas inflexíveis do dogmatismo. Rui Facó logrou, no artigo mencionado, captar êsse bifrontismo na vida e na obra de Euclides da Cunha, quando assinala: “Em Euclides da Cunha travava-se uma luta constante entre o homem que procedia das classes dominantes — com tôdas as suas opiniões preconcebidas, falsos conceitos de raça e meio geográfico — e o estudioso atento e honesto da realidade brasileira em contato direto com o povo. Entre a massa camponesa não surpreendeu, como uma aspiração imediata e clara, a exigência da posse da terra, uma aspiração consciente de livrar-se da escravidão do latifúndio. Tampouco a jovem burguesia brasileira, no seu estágio de atraso, subordinada politicamente aos latifundiários e já sofrendo as conseqüências da penetração do capital estrangeiro no País, tampouco ela reclamava uma mudança radical da estrutura agrária.”

Já dissemos que *Os Sertões* situam-se ao nível cultural da época. Euclides, como homem de erudição, estava a par das correntes de pensamento dominantes e serviu-se do acervo de informações culturais para programar e executar sua obra-prima. É bem verdade que apenas seu instrumental científico não daria para realizar o que nos deixou. Sua intuição penetrante, quer no campo da psicologia, quer nos domínios dos problemas sociais, é que o fizeram superar os instrumentos de que dispunha. Assim, os preconceitos das raças fortes foram caindo à medida que, em trabalho de campo, ia verificando que as chamadas “raças inferiores” eram capazes de cometimentos muito mais altos do que

faziam esperar as lições que, a respeito delas, auferia no recesso dos gabinetes.

Se refletisse sôbre isso, teria sido mais fecundo ainda o seu trabalho, pois ser-lhe-ia permitido elaborar nôvo sistema de idéias, que englobasse outros ingredientes condicionadores do comportamento humano. Faltou-lhe sistematizar as contradições com que defrontou e que foram traduzidas magistralmente em sua obra-prima. Se os fatos superavam sua ciência, seria justo que êle procurasse as causas dêsse desajuste. Nesse trabalho de investigação, teria encontrado os novos caminhos para as ciências sociais, então já palmilhadas por outros estudiosos em diversos países.

A intuição de Euclides, portanto, foi, por assim dizer, mais forte que sua formação cultural. A completar sua obra, restaram as magistrais soluções literárias, que consolidaram sua permanência na área de curiosidade da crítica. A ciência, apenas, talvez o tivesse matado, para o gôsto do público e dos setores especializados, no limiar da geração seguinte. Faria dêle figura secundária.

Assim sendo, Euclides, não tendo reformado as ciências sociais de que era conhecedor — porque não analisou especificamente as contradições e as deficiências encontradas ao longo de sua aplicação —, projetou sôbre o século a fôrça de sua intuição revisionista e até mesmo reformadora, manifestação primária mas, no caso, excepcionalmente robusta, de um prógno incontestado. Ao mesmo tempo, senhor de uma sensibilidade literária fora do comum, criou um estilo, resolveu os problemas formais com extrema originalidade, assegurando assim seu lugar na literatura brasileira.

Tanto havia de convencional em sua posição científica quanto nada possuía de factício seu apêgo generoso às causas políticas com que defrontara. Sob êsse aspecto, Euclides era um homem disponível. Não tentou conduzir os acontecimentos para pô-los de acôrdo com idéias preestabelecidas; antes, deixou-se levar por êles. Pode-se observar até que, à medida que envelhecia, ia perdendo o aprêço pela

ciência em que tão confiadamente acreditou e mais se agarra-
rava à dialética dos fatos. A certa altura, conforme vimos,
já admitia que a verdade fôsse móvel.

No célebre concurso que disputou com Farias Brito, desfechou crítica fulminante contra os filósofos que mais entusiasmassem a inteligência brasileira de então: "Kant, sobretudo, — dirá em carta a Oliveira Lima — assombra-me não já pela incoerência (porque é o exemplo mais escandaloso de um filósofo a destruir o seu próprio sistema) senão pelos exagêros apriorísticos que o reduzem. A minha opinião de hoje é esta: o famoso solitário de Koenigsberg, diante do qual, ainda hoje se ajoelha a metade da Europa pensante, é apenas um Aristóteles estragado. Comte (que eu só conhecia e admirava através da matemática) revelou-se-me, no agitar idéias preconcebidas e prenoções, e princípios, um ideólogo, capaz de emparceirar-se ao mais vesânico dos escolásticos, sem distinção de nuances, em tôda a linha agitada que vai de Roscelino a S. Tomás de Aquino. E quanto a Espinosa, surpreende-me que durante tanto tempo a humanidade tomasse ao sério um sujeito que arranjou artes de ser doido com regra e método, pondo a alucinação em silogismo!"

4 — *A arte como redutora da ciência*

Ao dar cunho artístico à sua obra, parece que Euclides era mais sentimento que memória cultural. A geometria inabalável de seus preceitos científicos teve de amoldar-se às surpresas da vida e o homem genial pôde, sem erros graves, manejar instrumentos impróprios na defesa de uma tese procedente. De posse de um modelo cultural importado, tentou, dentro do esquema do pensamento colonial, interpretar a realidade indígena. Na justa posição dessas quantidades heterogêneas, manifestou-se, aos seus olhos argutos, um sério conflito. Para casar os fatos decorrentes de nossa estrutura social com a ciência interpretativa gerada pelos fatos sociais de outra estrutura, teria apenas duas alternativas: ou adaptava os fatos da vida brasileira

aos métodos de interpretação importados, critério normalmente pôsto em prática pelos estudiosos de seu tempo, ou submetia o instrumental de apreciação histórica às exigências de novos tipos de relações. Em suma, ou violentava os fatos ou brutalizava a ciência. Optou pela segunda forma, o que fêz seu livro mais próximo da realidade nacional. Poderia ter ido além, se tentasse sistematizar, em termos de ciência, as conclusões a que chegou na investigação dos fatos. Teria realizado uma ciência autóctone, inferida, abandonando o apriorismo científico de que se contaminara em seus estudos iniciais.

Psicológicamente, Euclides da Cunha tendia à valorização do que presenciava. Um de seus tropos literários era êsse, conforme o demonstra concludentemente Olímpio de Souza Andrade ("Linguagem, poesia e imaginação na história sem fronteiras", em "Revista do Livro", n.º 15, set/1959). Sílvio Rabelo anteriormente já havia chamado atenção para seus "superlativos sinceros". Essa disposição do espírito, impregnada de lirismo, possibilitou a Euclides a reformulação de várias de suas teses. Sua ciência dizia que a mestiçagem enfraquecia a raça; mas seu contato com os jagunços de Canudos veio demonstrar o contrário; sua obra é a epopéia dos heróis miseráveis, dos gigantes da bravura que não conheceram a rendição. Em São Paulo, escrevia, de acôrdo com o pensamento oficial, que a República estava ameaçada com as excentricidades do Conselho; na Bahia já proclamava o fanatismo bifronte, a injustiça que se cometia para com os infelizes combatentes de Canudos.

Temos, portanto, que contrapor em Euclides o homem de gabinete e o trabalhador de campo; o estudioso que tudo absorvia e o escritor que tudo dramatizava. Augusto Meyer apreende bem êsse aspecto, ao confrontar o objetivismo científico desejado por Euclides e o "frêmito da frase nervosa", traço marcante de seu estilo: "O que logo ressalta, no estilo de *Os Sertões*, é certa dissociação entre os propósitos de objetividade científica e a crispatura, o ardor, o

frêmito da frase nervosa, a intumescência lírica do período, em contraste com a atitude que o autor pretende manter, de médico-sociólogo, a examinar com a maior exaço um determinado problema de quadro clínico: o paciente, neste caso, é a República e a doença é o fanatismo de Canudos." (*Prêto e Branco*, Rio, Instituto Nacional do Livro, Rio, 1956, págs. 183-184).

Ainda em Augusto Meyer vamos encontrar o seguinte: "Sob o Euclides engenheiro, impregnado do espírito positivo da sua época, transparece o Euclides poeta, isto é, um homem de aguda sensibilidade, insaciado e inquieto, sofrendo as cousas na sua carne, com uma vocação insopitável para traduzir em transfiguração superior de vida poética o espetáculo da natureza, da paisagem humana, da visão histórica." (ob. cit., págs. 185-186). Mais adiante, vamos encontrar o seguinte: "Como explicar o sortilégio dessa prosa tão complicada, de leitura bem difícil para o modesto leitor médio? É que êle dramatiza tudo, a tudo consegue transmitir um frêmito de vida e um sabor patético." (Ob. cit., pág. 188).

A obra de Euclides, sob o aspecto puramente literária, talvez fizesse fortuna a uma crítica do tipo de Spitzer e da corrente estilística para a qual o estilo é uma decorrência dos diversos estados emocionais, vale dizer, resultado das vivências psicológicas do escritor.

Todo o rompante verbal de Euclides, a sonora orquestração sintática, denuncia uma psicologia voltada para os grandes temas e as grandes elocuçoes. Franklin de Oliveira explora magnificamente o significado do monumental no autor de *Os Sertões*. Refere-se às "grandes massas sonoras", à "progressão imaginativa", à "intensidade do pormenor" e ao "amor do monolítico"; fala-nos também na obsessão da palavra pela palavra, na vocação de ficcionista em Euclides da Cunha, a manifestar-se em sua capacidade para "*movimentar* massas, jogá-las sinfonicamente, larga e numerosamente", em sua "concepção mítica do universo", na "tendência constante para a antropomorfização"; e

quando diz da “árdua procura da observação direta” (ob. cit., pág. 296) deixa uma dúvida no leitor, quando é sabido que Euclides, para dramatizar, para valorizar o que presenciava, muitas vezes obscurecia o lado meramente documental da narrativa a fim de explorar o conteúdo emocional, as surpresas do estilo, a expectativa do leitor. Eugênio Gomes registra êsses aspectos com grande acêrto, comparando versões diferentes de Euclides para os mesmos fatos. A razão, no caso, poderia estar com Franklin de Oliveira se estivesse referindo-se à suplantação dos prejuízos científicos pela observação frontal dos fatos. Isso, conforme já vimos, define o contraditório no autor de *Peru versus Bolívia*, os dilemas gerados no entroncamento da cultura e da ação.

Como quer que seja, a estrutura psicológica do escritor em Euclides neutralizava e corrigia freqüentemente as prenoções científicas, conduzindo-o a uma perspectiva mais acertada com os fatos históricos. O lirismo, a dramaticidade e a eloquência da prosa, atributos firmados na parte sentimental do espírito, amenizaram e valorizaram sua “prosa científica” e a rigidez parnasiana para a qual propendia. Nelson Werneck Sodré, a propósito, soube compreender bem o valor da veemência emocional do autor de *Os Sertões*: “A um Euclides amador de teorias originadas de uma ideologia anti-nacional, a do colonialismo, Roquette Pinto opunha, assim, o Euclides formidável dos depoimentos exaustivos, dos testemunhos concludentes, da prática honesta. E aí está, sem a menor dúvida, a sua atenuante fundamental. Vendo o drama de uma gente cuja culpa estava ancorada no regime feudal, a que vivia jungida há séculos, e que apenas se rebelava para viver, e nem sendo primeiro no protesto, levantara um libelo grandioso.” (“Revisão de Euclides da Cunha”, em “Revista do Livro”, n.º 15, set/1959).

A disponibilidade que assinalamos em Euclides da Cunha, somada à sua natureza participante e às qualidades líricas de seu temperamento deram-lhe alicerce para superar o enquadramento cultural em que, durante algum tempo, se viu preso. Retomando surrada imagem a respeito

de seu estilo, que o apresenta apoiando-se em frases curtas para desenvolver-se depois nos períodos longos e sonoros, assim como certos pássaros firmam-se em troncos mais baixos para desfechar os largos vôos, poderíamos definir as idéias científicas que êle utilizava como seu passo inicial para a fulgurante retórica a serviço das grandes causas, a que o levaram os vôos generosos de sua solidariedade humana.

5 — *Percalços do automatismo científico*

Embora servido de intuição admirável, de penetrante senso de observação e poder verbal fora do comum, Euclides da Cunha crivou sua obra de falsas interpretações dos fatos sociais, de meias verdades e de análises se não deformadoras pelo menos restritivas dos acontecimentos a que foi levado a interpretar.

O problema social do sertão mereceu dêle apenas uma explicação vamos dizer geográfica. Procurou lançar em evidência o desnível entre a faixa litorânea do Brasil, em contacto direto com o exterior e portadora de condições econômicas bem mais avançadas, e o sertão, insulado em nossa vastidão territorial, a conservar inútilmente um atraso centenário. É o que se lê em *Os Sertões*, pág. 205: "Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chôfre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um têrço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos..." Em outra oportuni-

dade, Euclides vai mais além, pois atribui às expedições republicanas e legalistas a condição de estrangeiros no solo sertanejo e, portanto, de invasores daquela região: "Viam-se (os expedicionários) em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pitoresca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa". (pág. 521). Sua defesa do jagunço, por isso mesmo, é feita em termos eloqüentes: "Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fêz — bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cêrca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhes o brilho da civilização através do clarão de descarga." (pág. 363) Euclides da Cunha, então, não deixa passar a oportunidade sem inquinar as tropas republicanas dos mesmos estigmas que marcavam os jagunços e em nome dos quais eram êstes combatidos. Por isso, refere-se ao fanatismo bifrontal, que havia tomado a uns e a outros. Quando historia o envio das primeiras tropas a Canudos, consigna em nota ao pé da página: "Pormenor curioso: a fôrça seguiu a 12, ao anoitecer, para não seguir a 13, dia aziago. E ia combater o fanatismo... (pág. 228) Ao narrar os feitos da Quarta Expedição, faz interessante paralelo entre os dois lados combatentes, mostrando-os sob os mesmos erros e exageros: "Há nas sociedades retrocessos atávicos notáveis; e entre nós os dias revoltos da República tinham imprimido, sobretudo na mocidade militar, um lirismo patriótico que lhe desequilibrara todo o estado emocional, desvairando-a e arrebatando-a em idealizações de iluminados. A luta pela República, e contra os seus imaginários inimigos, era uma cruzada. Os modernos templários, se não envergavam a armadura debaixo do hábito e não levavam a cruz aberta nos copos da espada, combatiam com a mesma fé inamolgável. Os que daquele modo se abatiam à entrada de Canudos tinham todos, sem excetuar um único, colgada ao peito esquerdo em medalhas de bronze, a efígie do Marechal Floriano Peixoto e, morrendo, sauda-

vam a sua memória — com o mesmo entusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma aberração fanática, com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus misericordioso e milagreiro...” (pág. 467).

Euclides da Cunha, contudo, não foi mais além na sua crítica. O fator geográfico era importante, mas refletia outro fator, êste, sim, fundamental. Deixou de analisar as relações de produção e observar que a sociedade capitalista do litoral constituía um avanço em relação à sociedade latifundiária e escravocrata do sertão. A contradição geográfica — litoral/sertão — subalterniza-se em confronto com as contradições geradas em torno dos meios de apropriação e utilização da riqueza. O atraso do sertanejo decorria, em essência, dos métodos de exploração a que estava sujeito.

Rui Facó, no artigo citado, aborda por alto o problema agrário em Euclides da Cunha. Da mesma forma o faz Franklin de Oliveira, que assim se pronuncia: “... não surpreende que, embora em estado informe, Canudos apresentasse características ou, pelo menos, traços, laivos de revolta agrária.” (ob. cit., pág. 305). Anteriormente, o autor de *A fantasia exata* já havia denunciado a ausência de explicação econômica para o movimento encabeçado por Antônio Conselheiro: “Euclides não chegou a dar importância devida aos fatores econômicos na exegese de Canudos. Quando saiu da área da interpretação geográfica e racial foi cair na explicação psiquiátrica, apoiado no maranhense Nina Rodrigues.” (ob. cit., pág. 304).

O certo é que Euclides, aferrado a etnologia à antropologia e ao estudo do meio geográfico, limitou por demais seus horizontes de observação do fato social, procurando tirar da diferença das raças e da diversidade do solo e do clima tôdas as razões que faziam diferir os padrões de vida do litoral e do sertão brasileiros.

Interessante observar que Euclides estuda o fenômeno que chamaríamos de sedentarização do jagunço em Canudos,

operada em razão de uma fixação mítica. Justamente o inverso do que viria a realizar o genial Guimarães Rosa, que explorou o nomadismo do mesmo grupo humano.

6 — *Notas sôbre o escritor e sua permanência*

A crítica não se cansa de apontar os vários modismos com que Euclides da Cunha se desincumbia de seus problemas lingüísticos. Franklin de Oliveira aponta para sua prosa as seguintes características: o emprêgo da reduplicação vocabular; o apêlo à hipérbole, ao paradoxo, ao eximoro; “Sobretudo, à sua tendência incoercível para jogar com os adjetivos ou transformar quase tudo em adjetivo, ou a quase tudo dar função qualificativa.” (ob. cit., pág. 300).

Gilberto Amado, em depoimento num dos seus livros de memórias, satiriza um pouco o linguajar de Euclides: “Sabe-se muito bem que êle traçava a princípio suas notas em português comezinho, natural, direto e que ia depois arrevesando os períodos, substituindo palavra por palavra, verbo simples, comum, como, por exemplo, mostrar, por estadear; o epíteto desprezioso e neutro pelo panachudo e retumbante, a sílaba calada pelo atrôo.” (*Minha Formação no Recife*, Rio, José Olímpio, 1955, pág. 91). Mais adiante, porém, faz a apologia de seu gênio: “... nada pode com a força do gênio, mesmo o seu maior inimigo, a falta de simplicidade de expressão. Era tal a capacidade de ver, tão intenso o olhar de Euclides, tal o relêvo com que as coisas se refletiam no seu espírito que êle não pôde ser esmagado por seu estilo, arruinado por seu artifício.” (ob. cit., pág. 92).

O ritmo da frase em Euclides e seu aprêço pelo adjetivo podem ser exemplificados no seguinte trecho: “Subjugavam o ânimo dos combatentes, caminhando em silêncio, o império *angustioso* do inimigo *impalpável* e a expectativa *torturante* do sassaltos *imprevistos*.” (*Os Sertões*, pág. 242). E a volúpia da construção campanuda e grandiosa, bem como a preferência por vocábulos e neologismos formados por prefixação observam-se no trecho seguinte: “*Transverbe-*

rando nas rochas expostas, refletindo nas chapadas nuas, repellido pelo solo recrestado e duro, todo o calor emitido para a terra *reflui, tresdobrado*, para o espaço, nas colunas ascencionais dos ares irrespiráveis e candentes.” (ob. cit., pág. 595).

Ao mesmo tempo, colhem-se em Euclides da Cunha sínteses de grande expressividade. Capistrano de Abreu, em carta a João Lúcio de Azevedo, refere-se a isso: “Euclides e Pompéia são para mim os dois primeiros escritores do Brasil moderno. Prefiro Pompéia, mas em certas coisas Euclides é superior. Com duas, três linhas rasga às vezes perspectivas admiráveis.” (*Correspondência de Capistrano de Abreu*, Rio, Instituto Nacional do Livro, Rio, 1954, vol. II, pág. 82).

O poder de influência de Euclides foi e continua sendo muito grande. Basta assinalar a retomada do tema de Canudos nos últimos tempos, para seu aproveitamento na ficção. Tivemos, assim, editado pela *Agir*, o *João Abade*, de autoria de João Felício dos Santos. No ano passado, Paulo Dantas brindou-nos com *O Capitão Jagunço*, novela cuja inspiração é ainda a epopéia de Canudos e cuja influência literária é inquestionavelmente *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa. Trata-se da empresa mais séria na carreira literária de Paulo Dantas, embora não tenha sido a mais bem sucedida. Não conseguiu livrar a novela de certa monotonia, conduzida pelo monocórdio do capitão Jagunço. Em compensação, nota-se nesse último livro uma árdua tarefa artesanal, uma preocupação muito séria de acertar, de fazer literatura responsável, uma nova atitude perante a criação artística. Seus princípios lingüísticos podem ser definidos pela fala do capitão Jagunço: “É melhor uma prosa bem puxada do que uma muito esticada.” (*O capitão Jagunço*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1959, pág. 15). A posição diante da luta de Canudos é a mesma assumida por Euclides. Define-se, também, na fala do Capitão: “A guerra deixou amarguras tantas, e em nada ajudou a desentortar a ignorância dessa gente.” (Ob. cit., pág. 29).

O cinquentenário da morte de Euclides da Cunha propiciou ainda uma reedição de grande importância para a compreensão dos aspectos militares da campanha: *A Guerra de Canudos*, de Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares, edição da Biblioteca do Exército.

A prosa de Euclides é tão insinuante que encontra meios de influenciar até mesmo seus inimigos e os que mal compreenderam *Os Sertões*. É o que se nota em *A Verdade sobre Os Sertões (Análise Reivindicatória da Campanha de Canudos)*, Dante Mello, epígono sem vez e escritor sem sutileza. Com o propósito de dar a dimensão do livro e indicar a natureza dos argumentos desse autor, vejamos sua réplica a Euclides da Cunha no que tange as torturas:

“Não se deteve, porém, na observação de que os soldados degolaram-nos vivos e provocados por eles; os quais tiveram a prioridade na barbárie e praticaram-na em feição repugnante demais, para que fôsse possível igualar aos primeiros.”

“Porque eles, os bandidos, degolaram cadáveres... e cadáveres de heróis!” (*A Verdade...*, Biblioteca do Exército Editôra, 1958, pág. 254).

Tivemos o cuidado de observar, na transcrição, até a divisão dos parágrafos, para que se possa ter o “estilo” do escritor. E os argumentos? Primeiro, a degola de seres vivos é mais suave e menos cruel do que a degola de mortos; segundo, os soldados do exército, ao morrer, tinham a placa de heróis colada ao peito...

Eis, portanto, em suma, os aspectos, que mais nos impressionaram, da obra de Euclides da Cunha, de sua influência em nossa literatura e da crítica que inspirou nas comemorações do cinquentenário de sua morte.

Sete Romancistas Mineiros

Oiliam José

Um morto — João de Minas, pseudônimo de Ariosto Palombo — e seis vivos — Armando Pardini, Orlando de Souza, Ivan Vasconcelos, Vinícius de Carvalho, Soares de Faria e Benedicto Valladares — formam o grupo de romancistas mineiros que irá ocupar nossa atenção, na aula desta noite, através da qual nos é dada a alegria de entrar em contacto convosco, jovens que realizais o atual Curso de Literatura, promovido pela operosidade de Oscar Mendes e animado pelo zêlo de Martins de Oliveira, nosso Presidente e um dos mais altos valores da cultura mineira.

Nesse encontro de um romancista que já transpôs os umbrais da Eternidade com seis romancistas que ainda estruturam sua obra literária, vemos a imagem da própria realidade informadora do mundo do romance, em que os caminhos da Vida se cruzam com os caminhos da Morte. E não poderia ser outra a perspectiva fundamental do mundo arquitetado pelos cultores desse gênero, a mais atualizada das formas de expressão literária, aquela que, através de sua breve história, sempre dominou os homens de tôdas as idades e latitudes. É que o autêntico romance, mesmo quando levado a considerar o quimérico e o fantástico, não consegue desprender-se da humanidade contingente, das reações do autor, que são, em última análise, as reações do ser humano em face dos mistérios e valores da Vida, convergindo todos para as fronteiras da Morte.

Em face dessa comum destinação, cremos ser-nos lícito afirmar que linhas fundamentais unem as obras dos roman-

cistas ora estudados. São aquelas que os aproximam como analistas da alma humana e das coisas que se postam a serviço dela, tanto para informarem como para lhe exteriorizarem as operações. Nisso, êles se identificam, quer perante si mesmos, quer perante os leitores. E talvez esteja aí o que de mais atraente se pode distinguir na obra de qualquer romancista. Realmente, o romance que não traduz a Vida, que a não interpreta, que a não eleva, acaba deformando as personagens e os ambientes, os ideais e os sofrimentos e alegrias que moram com as sociedades humanas. Dir-se-á que os erros, as perversões e até os apelos fesceninos compõem também a vida de não poucos homens. Concordamos. Mas acrescentamos que êsses aspectos negativos revelam apenas a corrupção dos personagens e ambientes, dos ideais e sofrimentos e alegrias humanas, e, como tal, se tidos como aceitáveis, acabam por mergulhar o leitor na antítese da própria Vida, que é produto de afirmação e nunca de negação.

Sem o querer, fomos, nessas considerações iniciais, fixando as linhas dorsais das obras dos romancistas que ora estudamos. É que êles, como veros analistas da gente e das coisas de Minas se voltaram decididamente para o fiel exame e a nítida configuração dos sentimentos, virtudes, emoções, angústias e fraquezas das personagens. Não que seja vedado aos romancistas mineiros altear a posição das coisas. Podem êles fazê-lo. Contudo, sòmente serão romancistas de Minas se se voltarem de preferência para o mundo interior das criaturas, o único realmente digno de valorização. As coisas e os sêres terrenos não humanos devem ser tratados e engrandecidos apenas na medida em que contribuirão para a realização dos nobres desígnios humanos. Acalentar diferente hierarquia de valores no romance é fugir do real, é subverter a natureza das coisas, é sobrepor o que parece ao que ficará para todo o sempre.

Os romancistas que vimos estudar, repetimos, mostraram-se, em sua quase totalidade e com medidas várias, fiéis a essa fundamentação. Falaram prevalentemente do homem, analisaram-lhe os sentimentos, fixaram-lhe as virtudes e os na-

turais defeitos, sentiram-lhe as torturas dalma, acompanharam-nos em suas grandezas e quedas. São analistas da alma, devassadores de seus escrínios. Falam a língua e vivem as tendências do mineiro. E, assim, polarizam as atenções do leitor de Minas.

Poderíamos, tendo em vista as qualidades essenciais de cada romancista dêsses, filiá-los às correntes universais do romance e dizer até que ponto elas influíram sôbre êles. Preferimos, contudo, não fazê-lo. Com exceção de um, todos ainda prosseguem escrevendo e bastaria isso, se outros motivos não houvesse, para levar-nos a não adotar solução diversa. Mas ninguém perderá com isso, porque as classificações raramente expressam a realidade dos fenômenos. No terreno das literaturas então, essa fragilidade roça os limites do impossível.

Dispusésemos de maior tempo, e realizaríamos estudo mais demorado das produções literárias de cada um, no gênero. Presos, porém, aos limites de poucas dezenas de minutos, dividiremos nossa aula, de modo a dedicar a cada romancista em aprêço o estritamente necessário para situá-lo em nossa História Literária e para medir-lhe o valor de sua contribuição à vida cultural mineira. Cinquenta minutos não são suficientes sequer para analisar bem a obra de um dêles. Além disso, à exceção de um, todos, pela graça de Deus, ainda vivem, o que é, por si só, impedimento para a avaliação definitiva do legado dêles. Na vida literária, como em História, só a morte dispõe do dom de fixar o verdadeiro perfil dos homens. Sòmente ela os despe do efêmero e lhes assenta graniticamente as obras. Julgar vivos assemelha-se a tentar medir a distância a ser percorrida por veículos em movimento, passíveis sempre de retardamento, detenção ou aceleramento na trajetória.

Ariosto Palombo

É o mais antigo dos sete. Viveu há anos e aqui, em Belo Horizonte, foi outrora figura conhecidíssima. Possuía e esbanjava talento. Era singular nos modos de vestir,

falar e escrever. E também singular se mostraria como romancista... Até no título do romance que deixou, João de Minas, que outro não era, em carne e osso, senão Ariosto Palombo, quis chocar os leitores. Por isso, colocou solenemente na capa de seu livro: *Jantando um Defunto!*

O romance, pela carência de mérito, provocou vivos comentários à época de sua entrega ao público. E foi só. Pouco depois, desaparecia envolvido pelo esquecimento.

Armando Pardini

Está na meia idade e dirige, na Capital, a filial de laboratório de produtos farmacêuticos. Viajou muito pelo interior mineiro e conheceu as faces positivas e negativas de nosso vasto mundo provinciano. Aparenta timidez, mas conversa com desembaraço e sabe adquirir amigos. Possui muitos admiradores. Surgiu inesperadamente no cenário cultural de Minas, ao lançar, em abril de 1959, pela Livraria Minas Gerais, *Janela na Rua do Alecrim*. É romancista de mérito.

Pardini descreve, em seu romance, a vida de outrora de uma cidade mineira, apelidada Bom Jesus do Alto, com seu variado contingente de comerciantes, industriais, cultores das letras, professôres, costumes, tradições, choques de interêsses e superstições. Sua preocupação está voltada para a análise do homem médio interiorano, que não se precipita no vício mas não se eleva ao heroísmo, o homem vulgar das cidades mineiras que, vencendo sua natural timidez, fala de política, de religião e de vida alheia, o homem que se contenta em pôr sua felicidade nas coisas cotidianas, na pacatez das posições intermediárias. Por isso, as figuras características do romance, como D. Milu, a professôra, Sr. Gurjão, o comerciante, Padre Serafim, o vigário virtuoso, Dr. Juquinha, o médico e Nagib, o turco, existem vivos em qualquer parte do território mineiro. E em qualquer região

do Estado persiste, como em Bom Jesus do Alto, a crença nas almas penadas e o tradicional apêgo aos aforismos populares como êsses:

Neblina na serra,
Chuva na terra.

Neblina no chão,
Tempo "bão".

Pardini oferece, à pág. 94 de seu livro, uma síntese da vida na localidade focalizada e essa visão panorâmica ratifica tudo quanto acabamos de afirmar:

"A não ser nos domingos, quando aparecia mais gente nas ruas e os sinos da matriz badalavam um pouco mais, os demais dias eram todos monòtonamente iguais, nessa remota cidade do interior; o que variava era o tempo; mas êsse também não oferecia emoções novas... Ora, nessas velhas cidades, passa ano e entra ano sem acontecer nada. No Bom Jesus do Alto a população é constituída de antigas famílias, tôdas ligadas por laços de parentesco, ou velhas relações de amizade que vivem dentro dos moldes patriarcais de hábitos quase seculares: as visitas de aniversário, os velórios, as missas de domingo, as prédicas do "seu" Vigário, a prosinha de tôdas as tardes na farmácia do Cesarino, as eleições de quando em quando, as partidas de futebol do valoroso "Canarinho", clube local que ostenta a camisa de um amarelo vivo... e a famosa banda "Filarmonica Harmonia e Sentimento", regida magistralmente pelo Belarmino da Conceição... Afora isso, a intriga; essa, sim, junto à maledicência prudente, bem sussurrada, era o entretenimento preferido daquele povo pacato e bom, que habitava a tradicional Bom Jesus do Alto."

O romancista de *Janela na Rua do Alecrim* domina bem seus personagens e os conduz como quer, fazendo-os

vivos, sinceros e levemente irônicos, como o são os mineiros de boa cepa. Dialoga com parcimônia, como convém ao romance e aos leitores. Usa linguagem polida, não condescendendo com a chulice que estiola tantas obras de ficção de autores brasileiros, louvados por aquêles que empunham os livros à procura do termo chão, do dito picante, da vida ociosa, da face necrosada do existir dos homens e das mulheres. As personagens de Pardini não desconhecem o Mal, mas sentem que só o Bem possui o segredo de amenizar a vida. Não embalsama a virtude, repetimos, todos os figurantes do romance, mas nenhum dêles parece vangloriar-se conscientemente de suas mazelas. E nisso vai grande mérito, porque expor aos quatro ventos as faltas próprias é, muita vez, a mais lastimosa forma de perversidade.

Outra qualidade dêsse romance está em não se ocupar das malversões do amor, prato preferido pelos aventureiros que assaltam as letras com a mesma perversidade com que seriam capazes de eliminar um semelhante ou esvaziar os cofres recheados de um banco. De fato, o amor que se agita em boa parcela de romances de costumes pertence, infelizmente, ao rol das criações dessa abominável geração de corruptos, provém dos esterquilínios, desconhece que Deus fêz os corações para se unirem e não para alimentarem o escravismo sentimental.

O livro de Pardini tem, pois, auspiciosas claridades. Muitas são elas, em contraposição a poucos defeitos e imprecisões. Eis porque aceitamos que nesse Autor se revelou um romancista de saudáveis recursos, um romancista que poderá, ampliando sua produção e aperfeiçoando sua técnica, vir a ocupar saliente posição em nossa literatura regional.

Orlando de Souza

Nasceu e vive no interior mineiro êsse romancista. Foi tabelião em Alvinópolis e exerce, hoje, o cargo de Juiz

de Direito da Comarca de Jequeri, nas vizinhanças de Ponte Nova. É pai de onze filhos, para os quais vive e luta com denôdo. Não se abeberou nas ricas fontes da literatura clássica greco-romana, nem buscou apoio nos mestres de nosso passado literário. Mas, autodidata de poderosa fôrça de apreensão que é, adquiriu boa técnica de narrar e nos lofereceu, primeiramente, o romance *Terra das Palmeiras*, cujo valor foi devidamente apreciado pela crítica, que nêle viu uma estrêia digna de louvores, dentro da concepção de nosso romance de costumes regionais. Mais recentemente, publicou *São João do Paiol*, também ligado a essa corrente de valorização do homem e das coisas de Minas.

Como Pardini o faz em *Janela na Rua do Alecrim*, Orlando de Souza cuidou de fixar em *São João do Paiol*, sem a menor afetação, os aspectos curiosos do interior provinciano, tão ironizado pelos teóricos das capitais, mas tão rico de calor humano e de simplicidade repousante, dessa simplicidade que nos permite, a exemplo de Tágore, confessar que “entendemos a linguagem das estrêlas e compreendemos o silêncio das árvores.”

E, para realizar os planos de seu romance, o Autor sentiu primeiro as delícias da vida singela, pura, familiar, que traça em nitidez e espontaneidade em *São João do Paiol*. As personagens dêsse romance são, por isso, descritas com firmeza e naturalidade, mesmo aquêles que parecem secundários na trama da narração. Lídia, Coronel Albano Vieira, Amaro Vieira e Juvenal Batista são figuras de densa humanidade, principalmente o último, como boticário que vivia amenizando as dores corporais alheias e, depois, como padre virtuoso, que só sabia, a exemplo de tantos outros, servir e perdoar o próximo, lenindo as dores espirituais de grandes e pequenos. É realíssimo, por exemplo, o drama vivido pelo Coronel Albano Vieira, ao deixar a política e rememorar, mais tarde, com saudade os tempos em que dispunha do mando local e era bajulado pelos que só sabem viver à sombra dulçurosa mas estiolante do poder. O livro traz, assim, consigo o valor de bom documentário

sôbre as lutas políticas que se desenvolvem nas vilas e cidades de Minas, prendendo em suas malhas homens e mulheres, com seus namoros e casamentos, ódios de família e interêsses financeiros, vícios e virtudes e instituições religiosas, sociais e esportivas. Para chegar a tanto, o Autor evitou cuidadosamente o dramático, de que tantos abusam, mas aproveitou ao máximo, embora sem cair nos extremos do palavirão, a linguagem do mineiro que usa botina de atado e calça de brim cáqui, fala bem ou mal do govêrno, é trabalhador e honesto e cospe em redor do lugar onde se planta de cócoras para conversar, fumar, e tecer suas intriguinhas... Graças à fidelidade dos quadros revividos pelo romancista, sente-se até o vazio doutrinário que caracteriza as posições partidárias locais. O político interiorano, realmente, não se preocupa com programas. Pertence a êsse ou àquele partido, tendo em vista circunstâncias diversas de ordem pessoal ou coletiva. Contudo, e aqui está o admirável, não se vê impedido, por isso, de buscar a realização do bem-comum, quando o deseja. Experiência e intuição suprem as deficiências de sua natural improvisação.

Orlando de Souza se preocupou ainda com o fixar em seu romance o papel decisivo que certas figuras femininas exercem na sociedade interiorana. Conhecem elas a vida de todos, falam de tudo e de nada se ausentam. Não há empreendimento ou solenidade que se realize sem o apoio dessas mulheres marcantes. Por temor ou reverência alheios, acabam dominando até as autoridades. Todos se submetem, pelo menos, em aparência, a suas decisões ou caprichos. Quando querem, realizam o impossível, mas, quando resistem, impõem o malôgro até às iniciativas normais e perfeitamente possíveis. Tornam-se verdadeiros oráculos e são temidas, ainda quando virtuosas, porque desconhecem as conveniências e se sobrepõem à prudência que deve presidir as relações sociais. Vão essas criaturas a tais exageros que a morte delas ecoa na cidade como verdadeira libertação.

Orlando de Souza tem, pois, seu lugar no atual romance mineiro. E lugar que não fica entre os menores.

Ivan Vasconcelos

Está ainda em plena mocidade. É dos romancistas ora em estudo o mais jovem e o mais frágil fisicamente. Vive no Rio de Janeiro e ali pertence ao Departamento Jurídico da Caixa Econômica Federal e, de modo especial, a sua esposa e a seus dois filhos, descendentes de distintas famílias mineiras, a de Catulino Vasconcelos e a de Celso Machado. Apesar de afastado de nosso Estado, de sua terra natal, Argirita, no Município de Leopoldina, não se esquece de Minas. Os atrativos do Rio não o afastam do amor à sua província. E, por isso mesmo, porque tem Minas no coração, quis ingressar no ambiente literário, escrevendo um romance em que expressasse os dramas de um jovem mineiro mergulhado no agressivo e despersonalizante meio carioca. Foi assim que escreveu *A Passagem*, lançado, em 1959, pela Editôra Itatiaia, em tarde de autógrafos que congregou expoentes de nossa cultura, embora Ivan Vasconcelos fôsse, naquela época, um nome inteiramente nôvo para quase todos os presentes.

A Passagem é a história de um mineiro, Anderson, que busca o Rio de Janeiro para trabalhar e estudar. Ali padece não poucas decepções e dificuldades e, no terreno do amor, acaba incendiando o trevoso e sensual coração de Lília, que, desamparada da família e sem melhor formação moral e espiritual, como é comum entre as jovens das cidades cosmopolitas, termina desesperando-se com a repulsa de seu amado e aceitando o suicídio como ponto final a suas frustrações. Anderson, que ali desfruta a convivência de colegas de variada formação doutrinária, inclusive do comunista Davi, que vive sonhando com desumanas reformas sociais, sente-se chocado com a morte inglória de Lília, mas não vai ao ponto de ter como condenável sua contribuição ao desespêro dela. E parte para Minas, a fim de esquecer,

numa demonstração de explosivo egoísmo, as aventuras que tivera com a suicida, cujo sofrimento foi estéril porque não se sublimou pela aceitação cristã de sua finalidade.

Nesse romance de estréia, não há autobiografia. O que Ivan Vasconcelos narra nêle, com densidade e angústia, é o drama que cotidianamente enleia e devora jovens interioranos que, sem formação ou experiência, buscam as terras cariocas, seduzidos pela tropical luxúria de suas praias ou pela esperança de um futuro ao abrigo das incertezas econômicas. Ali, como se tivessem pôsto um sêlo final a sua humanidade interior, passam a viver em esfalfante tensão passional. Esquecem-se de que, sem o senso de eternidade, o amor perde sua destinação, pois deixa de conduzir ao amor supremo, que é Deus.

Para narrar essa história, insistimos, que é a de muitos mineiros da Zona da Mata, atraídos pela vida carioca, o Autor se vale de três centenas de páginas e as povoa de acumuladas operações de análise íntima. Com isso e sem se preocupar com a extensão do raciocínio e dos diálogos, revelou Ivan Vasconcelos, de maneira inconfundível, sua predileção pelos mergulhos no agitadíssimo e misterioso oceano da alma humana. E é pena que êsses mergulhos deixem algumas vêzes de revestir-se do desejado êxito. O Autor fala também da paisagem física, descreve com vivacidade os ambientes, registra o vaivém das criaturas, mas o que o empolga é o mundo interior das personagens, são as reações que lhes sacodem a alma. Ivan Vasconcelos tem o mérito de não ceder à tirania do mundo exterior.

Ao longo do romance, o Autor insiste em configurar suas criaturas e penetrar-lhes o âmago da alma. Daí a reiteração de suas observações, a extensão que dá aos diálogos e o valor que empresta às conversações pelo telefone, êsse tiranete tão do agrado dos jovens que se perdem nas aventuras amorosas, porque impede ao interlocutor conhecer as reações da pessoa que fala, ver seu olhar malicioso e zombeteiro. Aqui e ali, força seus personagens, empresta-lhe

como normais atitudes que só se justificam em casos excepcionais. É o caso da pressão que sacerdotes teriam exercido sôbre jovens para se confessarem. Lidamos há mais de trinta anos com padres dos mais diversos ministérios e formações e nada vimos que se assemelhasse a isso. Mas não serão essas imprecisões que hão de inutilizar o esforço perquiridor de Ivan Vasconcelos e tornar menos prometedora sua estréia.

Ivan Vasconcelos começou, pois, sua futura carreira literária, versando o mais difícil dos tipos de romance, o psicológico, aquêle que pode consagrar um escritor ou alijá-lo de vez dos planos do triunfo literário. A crítica literária nacional não perdeu de vista êsse aspecto da estréia do Autor e, pela bôca de Afrânio Coutinho, a saudou como uma das mais significativas do ano literário de 1959. Só à crítica mineira, permaneceu estranho o aparecimento literário de Ivan Vasconcelos. E não é de estranhar. O prazer dos mineiros está em sepultar mineiros!

Temos para nós, considerando o que está nos diálogos e descrições de *A Passagem*, que o romancista virá, em futuro próximo, com mais síntese e densidade, com maior perfeição no perfil das criaturas. Ivan Vasconcelos está no romance para triunfar. E triunfar com merecidos aplausos, na linha do romance intimista, que é a dos romancistas mineiros.

Vinicius de Carvalho

No rádio e na televisão, Vinicius de Carvalho faz desfilar os temas que tocam fâcilmente a sensibilidade e prendem aos receptores os ouvintes emocionáveis. E, assim, vai enchendo, com material menos apurado, sua "Garrafa do Diabo", à espera de que possa um dia ainda dar-lhe conteúdo de primeira. Daí o espanto com que o crítico toma o romance *Êsse meu Mundo Alheio*, em que dramas menos populares possíveis se desenrolam, dramas de consciência, vividos no silêncio da alma ou repartidos ape-

nas entre amigos, dramas que suspendem o espírito acima da terra sem, contudo, fixá-lo no céu.

O romance de Vinícius de Carvalho, pelo que se deduz logo, não é a consagração da simplicidade temática, do otimismo, da certeza na verdadeira finalidade dos seres e das coisas, na transcendência do sofrimento humano. Roberto de Andrade, ou simplesmente o *Rau*, é a figura central do livro e confessa-se, sem meios termos, indeciso, covarde, pregoeiro do suicídio, um vencido a final em face dos dilemas comuns da existência. Diz-se incapaz até de crer em Deus ou de duvidar de sua existência. Tem, portanto, dúvida da própria dúvida. E, em decorrência disso, sente que vai curtindo pela vida afora o terror dos que não sabem distinguir *o ser do não ser*.

Não consegue o Autor encobrir que buscou apaixonadamente fazer de Rau um inquieto. Embora isso atenuie de muito a natural humanidade da personagem, não se nega que o drama descrito em *Esse meu Mundo Alheio* é, por mais estranho a antinatural que pareça, o de muitos seres humanos. Gostariam eles de crer e de realizar, de ter fé e esperança, de conquistar e conduzir, mas, conformados com suas indecisões, acabam transformando-as em *modo de ser* e, desde então, já não sentem que negam a si mesmos e ao mundo que os envolve. Paradoxalmente, no entanto, continuam lutando contra si e os homens! Descansam na luta?!

Vinícius de Carvalho, que buscou retratar figuras excepcionais, escreveu um livro que, se não fôra romance, amargaria como fel, desorientaria como bússola não regulada, pesaria na alma como toneladas de angústia. O estilo do romance é vivo e correntio e a dramaticidade está presente em suas páginas. E, em nenhuma delas, o leitor escapa à tentação de perguntar se êsse torturadíssimo Rau não quer parecer, por exibicionismo, o mais contraditório e infeliz dos homens, se não é êle um candidato às clínicas nervosas. Pena é que êle não se realize, buscando humildemente os mananciais da Fé religiosa e concluindo que a

verdade existe, porque, não houvesse essa existência, a própria luz que ilumina as coisas chegaria aos olhos como expressão de negrura e cegueira. Pena é que Rau se veja obrigado a entoar, com Tágore, o canto dessa amarga confissão: "Privado da vista da tua face, meu coração não conhece repouso nem calma; e meu trabalho não é senão um sofrimento infinito em meio de um deserto ilimitado de sofrimento."

Ao distinguir *Êsse meu Mundo Alheio*, em 1960, com o prêmio "Othon Lynch Bezerra de Mello", a Academia Mineira de Letras consagrou os méritos do Autor. Reconheceu aquilo que se assinala em Vinícius de Carvalho: um romancista que põe a vibração em todos os gestos e emoções de suas personagens. E, certamente, quis dizer ao Autor que Rau vai viver ainda muito e que, em outras narrativas, sussurrará, com candura, que se encaminhou para as claridades da certeza e da esperança, que se iluminaram seus caminhos interiores.

Soares da Faria

Três volumes, dois dos quais lançados pela Editôra Itatiaia, formam a bagagem de romancista de Soares de Faria: *Dilema*, *Viagem Interplanetária* e *Salvador que não salvou*.

Soares de Faria, possuidor de volumosa obra literária abrangendo versos, contos, memórias e estudos, é médico e, como é óbvio, não permitiu que as realidades da decadência biológica de seus clientes, lhe inutilizasse o amor às letras. Pelo contrário, em seus mergulhos nos segredos do corpo, foi colhendo material para mais seguramente medir os homens e compreender o árduo mister de decifrar a esfinge que mora em cada um dêles.

Com *Dilema*, inicia sua carreira de romancista, revelando-se, desde logo, bom narrador e preocupado com descrever bem os ambientes e captar as reações dalma dos figurantes, ainda que não possa fixá-los sempre a contento.

Em *Viagem Interplanetária*, narra a história de um alemão, Karl Otto von Müller, que deixa a pátria e, sedento de paz, chega ao Brasil, que êle só conhecia através da narração quinhentista de Hans Staden. Aqui se fixa e busca lenitivo para um amor fracassado que o dominou na Alemanha. Conhece a carioca Luisinha, hábil e vulgaríssima namorada, dessas que povoam os bancos dos jardins e portões das residências, e se encanta passageiramente com ela. Há escândalo. Foge êle, porque só êle tem ainda reservas de pudor. Vai então para o Araguaia, de onde passa, juntamente com um inglês, ao vale amazônico, em busca de emoções e do conhecimento direto das lendárias amazonas. Depois de viver dias de júbilo em contacto com a exuberância das selvas brasileiras, lança-se em nova viagem fluvial e, transposto misterioso túnel de seis quilômetros de extensão, chega, juntamente com dois companheiros, ao fantástico e misterioso reino de Salôndia, onde há governo, fôrças armadas, igrejas, cinemas, observatórios astronômicos, gente que fala várias línguas inclusive a latina, alta cultura, silêncio absoluto até para as aeronaves em movimento e, sobretudo, paz, fraternidade, concórdia geral. A recepção que lhes é oferecida pelos habitantes do país impressiona pela delicadeza e prudência. Mas, de momento para outro, os salondianos sentem que os estrangeiros vieram perturbar-lhes a beatitude e, sem que êsses percebam, deixam o país e, voando em aeronaves poderosíssimas, emigram para Marte. Karl, refeito da surpresa resultante desse feito para êle surpreendente, decide voltar ao Rio de Janeiro, em busca de recursos para ocupar o abandonado reino, mas o alemão acaba morrendo entre os xavantes e, com êle, se extingue o conhecimento do caminho para a quimérica Salôndia.

A narrativa chega, em certos trechos, a empolgar, oferecendo então vivas descrições, nas quais naturalmente o fantástico e o inverossímil se fazem presentes. Os diálogos parecem, aqui e ali, forçados e há cenas que se seguem sem maior seqüência. Nesse plano, está a narração da

passagem de Karl e de seus acompanhantes, do mundo real para o país de Salóndia. A página, por sua importância, no conjunto do romance, merecia melhor tratamento ou, pelo menos, ser ampliada, pois é o ponto de interseção entre a realidade e aquilo que pertence ao reino da fantasia. Mas o romance, que está na linha do ficcionismo científico, tão rico de sugestões, porém tão pouco explorado pelos romancistas mineiros, se desenvolve com elevação e beleza, penumbra e lirismo, intensidade e vibração, não descabando para o rasteiro e o imoral, ainda quando o assunto é cru por natureza.

A milenária insatisfação do homem em face das realidades que o cercam na terra está expressa com felicidade nesse romance. Não fôra, aliás, essa infatisfação, e a ciência terrena ainda estaria cuidando de dominar os mistérios das coisas do planêta, ao invés de lançar-se nos espaços interplanetários, em busca de um domínio que, certamente, não fará mais feliz e terno o coração do homem.

Com *Salvador que não salvou*, Soares de Faria examina os problemas de amor e de política de uma cidadezinha do interior mineiro. Nesse entrelaçamento do amor com a política repousam, aliás, as estruturas de quase tôdas as localidades do Estado. Há no romance o casamento de Guimarães, o português, com Florzinha, a filha de um rábula e chefe político, há intrigas e traições, há ascensões e quedas de chefes políticos locais e, finalmente, ocorre a nomeação de Luciano para Secretário das Finanças de Minas. Ele, que prometia salvar as finanças do Estado, é, no entanto, exonerado ao cabo de três anos de administração, sem nada ter podido fazer pela normalização da economia pública mineira. Nesse "salvador que não salvou", Soares de Faria retrata políticos que, divorciados da honestidade ou despidos de experiência, idealizam quanto não podem e deixam de realizar até aquilo que devem e podem!

Sente-se nas cenas dêsse romance que o Autor conhece a vida política provinciana e que aceita ser a instabilidade a grande constante de nossas decisões político-parti-

dárias. De fato, no terreno político, o que agora é decidido, logo mais poderá estar no rol das coisas pretéritas. Que o digam os "heróis" de Itaoca, descritos pelo Autor, como Luís Simões, Bianchini, Padre Acácio e Luciano! Mas seria injustiça ter no nível de inferioridade, a que aludimos, todos ou maioria dos políticos mineiros. Há entre êles militantes que se votam de tal maneira ao bem comum que, no mister de administrar a coisa pública, esgotam a saúde, sacrificam a família e se despojam dos haveres que possuíam. Só não os conhece o grande público, porque dispõem de delicadeza e pudor e preferem, por isso, curtir silenciosamente as chagas que lhes advieram dos que se qualificavam seus amigos, os desenganos e traições do corpo eleitoral, mais volúvel que a volubilidade das correntes aéreas e o melhor exemplo da evanescência das coisas... Em política, bem mais cedo se espera, e mais que em outras atividades, o homem vê conduzido a sentir em sua própria natureza a inteira procedência do grito de Santo Agostinho: "Inquieto está o nosso coração, enquanto não descansa em Ti, ó Senhor!"

Benedicto Valladares

A política, meio normal para realização do govêrno da sociedade temporal, dividida em nações, estados e cidades, é imprescindível ao homem, quer a tenhamos como ciência, quer a distingamos apenas como arte. Mas, quando dissociada do ideal, afastada de suas autênticas finalidades e dirigida à mera consecução do poder, ela se transforma, como dissemos acima, numa das mais amargas e dissolventes atividades humanas.

Eis porque a vida do político não conhece, geralmente, o meio têrmo: ou é boa ou pouco vale. E, transportada para o romance, também gera personagens dignas ou figuras que melhor fôra não houvessem sido concebidas.

Decorre disso e em linha direta a severa responsabilidade que tem o analista decidido a reviver, no romance,

a vida política de qualquer agrupamento humano. Ou êle se mostra consciente dessa responsabilidade e faz bom romance ou, então, a desconhece e elabora apenas um simulacro de romance.

Benedicto Valladares conhece tudo isso de perto, pois foi, por anos, juntamente com Mário Mattos, professor no Instituto Lafayette, do Rio de Janeiro, é entusiasta leitor de bons autores franceses e, como deputado e interventor e governador de Minas durante 12 anos, e, afinal, senador da República, alcançou a teoria do romance e a teoria e prática das lutas político-partidárias. Daí o cuidado com que buscou idear e escrever *Esperidião*, o entusiasmo com que lia seus originais para Orozimbo Nonato, Mário Mattos, Moacyr Andrade, Romão Cortes de Lacerda e Celso Machado, a indecisão com que lançou o livro mais esperado na década dos 50 e mais apaixonadamente comentado então, tanto em Minas como fora dela.

Com *Esperidião*, Valladares, que tem sido alvo de críticas deprimentes dos que o não conhecem e de louvores dos que o acompanham ou com êle lidam, se revela, portanto, integrado na linha de políticos mineiros que, hábeis e seguros no manejo dos homens e das *verbas*, se mostram igualmente cautelosos manejadores das histórias humanas e dos *verbos*, devoradores de livros e conversadores sagazes, quando necessário, mas caladões e frios na maior parte do tempo.

Espiridião é, para muitos, a história da vida de conhecida figura de nossa política passada. Para outros, não é outra coisa senão um retrato fiel, mas impessoalizado, da vida política mineira em geral, que vigorou entre nós, antes de 1930, consagrando o voto a descoberto. O próprio Autor não respondeu a essas indagações e deixou que seu romance corresse mundo. Seria, por isso, lícito decidir com base em conjecturas aquilo que o Autor mantém em pendência, para o público? Nós não o tentaremos... Que outros o façam!

Realidade ou ficção, ou mistura de ambas, o romance começa narrando o namôro do Sr. Joaquim, português e carpinteiro, com a preta lavadeira que o via construir uma ponte em Sabará. Há o casamento de ambos e o nascimento de Espiridião, menino inteligente e amigo das "artes". Daí por diante, conta a vida do mulato Espiridião que, como "coroinha", faz travessuras das boas. No Caraça, para onde o enviam, agita os alunos e acaba passando a Ouro Preto, onde conclui os preparatórios. Em São Paulo, forma-se em direito e, já de volta a Minas, casa-se com Luisinha, sua namorada de há muito. Nomeam-no Promotor de sua terra natal e, no exercício do cargo, é gravemente insultado. Coronel Timóteo, chefe político local, que, inicialmente, não o estimava, salva-o nesse transe e o prestigia, obtendo-lhe até a nomeação para Juiz de Direito da Comarca. O Coronel e sua família servem, desde então, quanto podem, Espiridião e os seus. Mas êsse, vindo a Belo Horizonte, representar Coronel Timóteo, na solenidades da posse de um Presidente do Estado, aqui aceita as sugestões do Secretário do Interior, seu antigo colega de Faculdade, volta a Sabará e ali trai e derruba politicamente o chefe que tanto o ajudara. E, daí por diante, deixa o cargo de juiz, mergulha-se na política e faz carreira no mundo partidário.

Foi bom que Valladares só estresseasse no romance, quando já na maturidade e quando sua experiência dos homens o havia colocado entre os que mais fundamente penetraram nos escaninhos dessa arte que, em tese, é admirável, mas que, na prática, costuma ser tirânica e crestadora dos melhores ideais. Deu-nos, graças a isso, um depoimento calcado na observação direta dos homens e dos ambientes e redigido com apreciável domínio dos recursos oferecidos pelo romance, um depoimento em que a sabedoria política interiorana se expande em ditos sentenciosos como êsses:

"Promovamos nossos inimigos, mas fiquemos livres dêles."

“Não há meio de divulgação melhor para fatos políticos que o foguete.”

Valladares registra, num estilo sóbrio, com forte poder de síntese e apreciável porção de malícia e até certa dose de aspereza, o que são as boas qualidades ou os defeitos, a franqueza ou a manha estudada dos chefes políticos do interior, nulos quase sempre em cultura, infensos às considerações doutrinárias, incapazes de distinguir num mapa o Continente Africano do Continente Asiático, mas ricos no conhecimento dos homens semelhantes, dêsse conhecimento que só a intuição parece explicar. O ponto alto do livro está nos capítulos em que descreve a áspera luta partidária que, com ódio soturno, se travava entre o Coronel e o Bacharel pela posse do mando local, verdadeiro reino de miragens na dependência do calor proveniente do apoio do Palácio da Liberdade. Tem o leitor a impressão de que um quadro real e dêle conhecido se desenrola diante se seus olhos. É interessante que *Esperidião* consiga prender tanto, sem possuir a tecitura dos romances complexos, em que os golpes e contragolpes das personagens mantêm o leitor prêso ao texto, participando das incertezas dêsse jôgo que se desenvolve como elemento fundamental das obras de ficção. Talvez Valladares conquiste o leitor pela sobriedade no uso das imagens e pelo que sugere... E há muita sugestão, muito pensamento subtendido, nas poucas linhas e reticências de cada capítulo. Há no livro descrições magistrais como a das eleições feitas a bico de pena, com as amaldiçoadas atas falsas, realidades tão comuns no Brasil anterior a 1930. E as figuras retratadas, como Esperidião, Coronel Timóteo, Dr. Honorato e Dr. Armando, são tocadas de vigor realista e encontradas em qualquer cidade mineira, nos anos anteriores à Revolução de 1930, que disseram ter sido feita para dignificar o exercício do poder! Chega a ser comovente o episódio em que Valladares descreve a coragem do humilde porteiro Josué, quando êle, em meio ao endeusamento dos vencedores chefiados pelo Dr. Esperidião, retira do salão nobre da Câ-

mara Municipal e, por gratidão, o leva para expor em casa, o retrato do chefe caído, Cel. Timóteo, justamente porque fôra êsse quem eliminara o tifo na terra em que viviam. Pela bôca de um simples, falava o reconhecimento!

Outro mérito do Autor é o de ter lançado, com "*Espiridião*", a nova linha do romance político, logo retomada por "*Salvador que não salvou*", de Soares de Faria, "*Vila de Confins*", de Mário Palmério, "*São João do Paiol*", de Orlando de Souza e, fora de Minas, por "*Gabriela, Cravo e Canela*", de Jorge Amado. E não é só. Sob alguns aspectos, o livro de Valladares adianta-se aos dêsses romancistas e os ultrapassa!

No afã de ser realista, o Autor condescende passageiramente, com cenas de certa crueza, com passagens insignificantes e irreverentes. Mas ràpidamente as encerra e passa adiante, retornando ao tom sério da narrativa. Também, às vêzes, focaliza mais pesadamente pessoas e instituições, como no caso do Caraça. Ainda aqui o faz de relance apenas, talvez reconhecendo que se, em certo momento, falhas pesam sôbre os homens e as boas criações dêles, elas contribuem para realçar, pelo contraste, o bem de que são capazes.

Por tudo isso, "*Espiridião*" marcou época na literatura nacional e enriqueceu o romance das Gerais com o documentário vivo de um momento histórico que já se realizou, de um clima político encerrado nas arcas do passado. A figura é comum, mas tem fôrça para mostrar que o lançamento do livro superou as expectativas e polarizou as atenções dos leitores e da crítica. E seu êxito continua, apesar de esgotada a primeira edição.

São essas, pois, as considerações que nos sugeriram os romances mencionados, figuras de um romance maior e real, o romance mineiro.

Louros ou Negros?

Oscar Mendes

Teriam sido louros ou negros, os cabelos da formosa D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, que o desembargador quarentão Tomás Antônio Gonzaga imortalizou nas suas "liras" apaixonadas?

A questão, se não tem feito correr tanta tinta como a da autoria das "Cartas Chilenas" já agora, ao que parece, atribuídas a seu verdadeiro autor, o próprio Tomás Gonzaga, pelo menos tem deixado em dúvida muita gente que gosta, mesmo em poesia, das coisas nada dúbias e bem precisas.

Quem se der ao prazer de passar um domingo relendo as poesias amorosas de Tomás Gonzaga, deliciando-se com os arrulhos de Dirceu, entristecendo-se com os lamentos e saudades do prisioneiro da Ilha das Cobras, há de notar desde logo a aparente contradição nos versos do poeta. Ora vêmo-lo a chamar de fios de ouro os cabelos de sua amada, ora de negras tranças. Quando falava êle a verdade, quando era fiel o retrato que traçava da linda môça vila-riquense? Eram louros ou negros seus cabelos? Era a Marília de Dirceu um tipo de beleza européia, alourada, ou uma figura mais sulina, alva e de cabelos e olhos negros?

Se fôsse em nossos dias, não teríamos dor de cabeça para desvendar a aparente contradição. Sabemos como as mulheres mudam com facilidade de côr de cabelo, bastando uma visita ao cabelereiro mais próximo. Explicar-se-ia, pois, como dumas vêzes via o poeta louros os cabelos de sua

beldade, e de outras, negríssimos como as ruas da Vila Rica setecentista. Coisas da química. Mas naqueles tempos recuados, côr de cabelo era côr de cabelo mesmo e não metamorfose mágica, devida a ingredientes farmacêuticos.

À falta de documentação pictórica ou de testemunhos oculares, vamos ver se o poeta resolve o problema contraditório. Consultemos as suas "liras", na ordem numérica nova que lhe deu o erudito português Rodrigues Lapa, na mais recente edição crítica de obras de Tomás Gonzaga, a das "Obras Completas", da Companhia Editôra Nacional (1942). Na lira 58, em que canta a beleza física de Marília, diz êle:

"Papoila ou rosa delicada e fina
te cobre as faces, que são côr da neve.
Os teus cabelos são uns fios d'ouro;
teu lindo corpo bálsamos vapora.

Na lira 33, vem isto:

"Eu tenho as minhas mãos ao carro atadas
com duros ferros não, com fios d'ouro,
que são os teus cabelos".

E finalmente, na lira 40:

"Se mostro na face o gôsto,
ri-se Marília, contente;
se canto, canta comigo;
e apenas triste me sente,
limpa os olhos com as tranças
do fino cabelo d'ouro.
A minha Marília vale,
vale um imenso tesouro."

São estas três apenas as vêzes em que o poeta se refere a Marília como dona de cabelos louros. Vejamos agora os cabelos negros. Na lira 26:

“Os seus compridos cabelos,
que sôbre as costas ondeiam,
são que os de Apolo mais belos;
mas de loura côr não são.
Têm a côr da negra noite;
e com o branco do rosto
fazem, Marília um composto
da mais formosa união.”

Comparando os cabelos de sua amada com os de Apolo, aos quais os dela superam em beleza, apressa-se o poeta em esclarecer que, apesar de mais belos que os do deus grego, os de sua noiva não são da mesma côr, não são louros, mas negros da côr da noite. Ao pedir ao poeta Glauceste (Cláudio Manuel da Costa), na lira 55, que descreva em versos a beleza de sua amada Marília de Dirceu, aconselha:

“A pintar as negras tranças
peço que mais te desveles.”

Na lira 62, escrita na prisão, lamenta-se êle:

“Nesta cruel masmorra tenebrosa
ainda vendo estou teus olhos belos,
a testa formosa,
os dentes nevados,
os negros cabelos.”

Noutra lira, a 94, também da prisão, em que a saudade reaviva as côres da beleza da amada, compara os cabelos de

Marília a um trigal ondulante, mas apressa-se em dizer que não têm côr de trigo:

“Vasta campina
de trigo cheia
quando na sesta
c’o vento ondeia,
ao seu cabelo,
quando flutua,
não é igual.
Tem a côr negra,
mas quanto val!”

Não é dourado, diz êle, mas vale tanto quanto ouro. Na lira 21, ao descrever o museu de antigüidade do amor, e das beldades famosas de outrora, passa a pintar o retrato de Marília, para dá-lo como superior a tudo quanto ali se encontrava:

“Lisas faces côr de rosa,
brancos dentes, olhos belos,
lindos beiços encarnados,
pescoço e peitos nevados,
negros e finos cabelos.”

Mais probante que tudo talvez seja a lira 68, na qual, estando na prisão e querendo mandar notícias suas à amada, lá longe em Vila Rica, o poeta prisioneiro encarrega de fazê-lo a um passarinho. Como quem manda recado, tem obrigação de descrever com exatidão a pessoa procurada, para que o mensageiro não se possa enganar, a descrição que de Marília faz Gonzaga não poderia deixar de ser a mais autêntica:

“Para bem a conhecerdes,
eu te dou os sinais todos,
do seu gesto, do seu talhe,
das suas feições e modos.

O seu semblante é redondo,
sobrancelhas arqueadas,
negros e finos cabelos,
carnes de neve formadas.”

Diante desta prova numerosa, acrescentando a referência que o poeta faz, na lira 31, aos “negros olhos” de Marília, só podemos crer que a môça mineira era uma beleza mais para morena do que para loura, correndo aquelas alvuras de neve, com que lhe compara a côr da pele, mais aos arroubos poéticos do desembargador do que à realidade.

Mas os “fios d’ouro”, e o “fino cabelo louro” das outras três liras? Tomás Brandão, que era de família aparentada com a dos Seixas, a que pertencia Marília, no seu livro “Marília de Dirceu”, uma das melhores e das mais completas informações sôbre os amôres da mineirinha e do magistrado português, afirma, baseado em tradições familiares e nas próprias liras do poeta, que Marília tinha olhos e cabelos negros. Demonstra também que aquêles fios d’ouro não passavam de comparações encontradiças na poesia do tempo e significavam mais o valor, a preciosidade do cabelo, do que a sua côr, chegando a negar mesmo que a palavra “ouro” estivesse ali apenas por fôrça de rima. Aventa ainda a hipótese de que teria havido êrro de cópia, dada a impossibilidade de correção por parte de Gonzaga, na reprodução daquele verso, “o fino cabelo louro”, que deveria ser “o fino cabelo d’ouro”, naquele mesmo sentido de coisa preciosa e não de côr.

É acreditável a opinião de Tomás Brandão. Mesmo porque a lira 58, em que o poeta diz que “os teus cabelos são uns fios d’ouro”, não passa de readaptação de uma outra lira mais antiga ao que parece, dirigida não a Marília, mas a uma Nise, talvez um dos amôres portugueses do poeta. Talvez fôsse loura essa outra musa e como o ouro do cabelo já rimava com tesouro, o poeta não quiz dar-se ao trabalho de modificar totalmente os versos, dirigidos agora a quem tinha cabelos negros, fiado que estava nas liberdades poéticas, que

operam, "in anima nobile", metamorfoses muito mais completas do que as dos nossos modernos institutos de beleza.

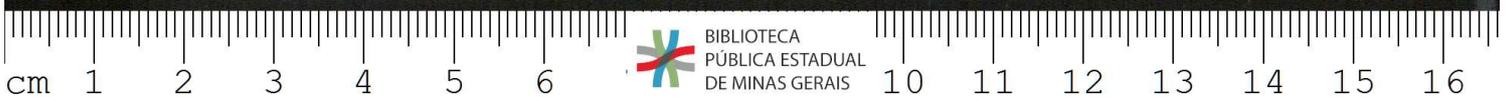
Aliás, atentando-se na lira 40, em que se fala de "fino cabelo louro" e não apenas em fios d'ouro, verifica-se que foi mesmo a necessidade de rimar que obrigou o poeta a dar colorido diferente aos cabelos de sua amada. Dirceu começa a lira descrevendo Eulina, a amada do poeta Glauceste. Essa, sim, tinha cabelo louro. E o poeta acompanha cada estrofe da lira com um estribilho:

"Ah! que a tua Eulina, vale,
vale um imenso tesouro!"

Ao chegar, porém, à estrofe final e ao ter de opor a beleza de Marília e sua natureza mansa e amorável, à "febreza" da ingrata Eulina, que tão mal tratara a Glauceste, o "fino cabelo negro", a que já se referia em outras liras, não rimava de modo algum com "tesouro." Que fazer? Mudar a lira inteira só por causa duma rima? Pois não é a poesia um disfarce, com que o poeta pode dar expansão aos seus sentimentos mais íntimos? Que mal, portanto, haveria em que uma vez dissesse que eram louros os cabelos de Marília? Ele sabia que sua Marília tinha cabelos negros. Que lhe importava que, séculos depois, os estudiosos de sua obra ficassem a esmiuçar tais miudezas? Mais mal fazem às cabeças das mulheres os tintureiros de hoje, que uma imagem de poeta enamorado.

Aquêles recado ao passarinho cremos que elucida perfeitamente o caso. Não se compreenderia um juiz, como era Gonzaga, dando informações erradas a um oficial de justiça, despachando a intimar um réu ou testemunha. O poeta-juiz, ao enviar o passarinho recadeiro, só poderia também descrever com exatidão os caracteres somáticos da pessoa procurada. A questão passa, pois, em julgado, pelo próprio poeta: um dos traços pessoais e inconfundíveis de D. Maria Doro-téia eram os cabelos negros.

Que as louras se consolem. A heroína do poema de Gonzaga, a sua musa, a sua inspiração, não era loura. Mas se quiserem imitar a famosa beldade mineira do século XVIII, o remédio está bem à mão. Disquem para o cabeleireiro mais perto e submetam-se a essa fácil metamorfose de louro em negro, que não sabemos se o poeta Ovídio cantou.



Uns Versos de Guerra Junqueiro *

João Dornas Filho

Folheando uns números de 1888 da “Revista Ilustrada”, de Ângelo Agostini, encontrei três lindos poemas de Guerra Junqueiro, poemas que suponho não tenham sido ainda incluídos nas suas obras completas. E cabiam êles perfeitamente na Musa em férias, pelo tom do lirismo e a leveza de mão, que era êste um dos mágicos segredos da sua poética. São êstes os poemas:

IDIÍLIO

A terra produz o feto
imenso do seu amor;
a larva dá-nos o inseto,
a campá dá-nos a flôr.

Nas imundícies leprosas,
nas podridões verde-negras,
há frescas moitas de rosa
e ninhos de toutinegras.

Da terra mais corrompida
rebenta a planta mais forte;
a raiz — bôca da Vida,
mama nos peitos da Morte.

(*) Este trabalho foi a última contribuição de João Dornas Filho, para esta revista, enviado em novembro de 1959.

Os insetos deslumbrantes,
inflamados como brasas,
são ametistas, diamantes,
são carbúculo com asas.

Uns, feitos para a batalha
tendo a guerra por destino,
vestiram cotas de malha
de aço, e bronze e doiro fino.

Outros, artistas mimosos,
têm librés resplandecentes
dos veludos mais preciosos
das rendas mais transparentes.

Não sei que orgia incorpora
embebeda o pensamento...
A natureza é uma glória,
o azul um deslumbramento.

Tudo ri, e brilha e canta
nesse divino esplendor,
o orvalho — o néctar da planta,
o aroma — a língua da flor.

Enroscam-se aos troncos nus
as verdes cobras da hera;
radiosos ninhos de luz
cintilam pela atmosfera.

Entre os loureiros das matas,
que crescem para os heróis,
dá o luar serenatas
com bandas de rouxinóis.

É a terra um paraíso.
E o céu, profundo, lampeja
com o inefável sorriso
da noiva ao sair da igreja.

E o homem — verme do asfalto,
que traz Deus na consciência;
o homem que está no alto
da montanha da existência,

que faz entre as harmonias
dêste esplendoroso assombro?

— Vai ouvir as cotovias
levando a espingarda ao ombro!...

CONSELHOS ACADÊMICOS

Procurai, com todo o esmêro,
a sobriedade, o aticismo:
um gigante é um exagêro
e um vulcão um gongorismo.

Ó águias, para sofrerdes
do sol o vivo clarão,
deveis pôr lunetas verdes
como o meu tabelião.

A luz demais causa dano: --
emudece o rouxinol;
Vá lá cima o Quintiliano
pôr um *abat-jour* no sol.

O estilo rico e brilhante,
feito de alvoradas de ouro,
é como as mãos de um marchante
tintas no sangue de um touro.

Não mergulheis a palhêta
no arco da aliança, artistas;
fêz Deus essa tabuleta
como reclame aos droguistas.

A doida orquestra — a procela,
rebenta, estoira, assobia,
venha um mestre de Capela
dar-lhe lições de harmonia.

E êsse cantor arruinado,
rouco, epilético — o mar,
precisa um tiple castrado
para aprender a cantar...

CARTA A MINHA FILHA

Eu desejava, açucena,
para te escrever a ti,
que alguém me desse uma pena
da asa dum colibri.

E fôsse uma cotovia
por essa amplidão sonora
molhar-ma, ao romper do dia,
na tinta fresca da aurora.

Tinta vermelha e doirada,
com que Deus fêz de improviso,
há séculos, a alvorada,
e há meses, o teu sorriso.

Depois, quando à tarde o sol
mergulha na imensidade,
pediria a um rouxinol
da minha antiga amizade.

A um rouxinol que em junho
vem sempre aqui de visita,
que me escrevesse um rascunho
duma carta tão bonita,

tão mimosa e tão saudosa,
que tu julgasses ao lê-la,
que era dum anjo a uma rosa
que era dum lírio a uma estrêla!

Ah, como a palavra zomba
da idéia! Desisto, amor.
É o môcho a escrever à pomba,
é o verme a escrever à flor...

Quisera palavras cérulas,
com a inocência infantil,
e o mimo doce das pérolas
e a graça tenra d'abril.

Quisera versos, harpejos,
e rimas doiro a cantar
como um trinado de beijos
num jasmineiro ao luar...

Quisera expressões e frases
dum sentimento extra-humano,
cheirando a orvalho, a lilases
e a rosas de todo o ano;

Expressões duma inocente
candura intata d'arminho,
virgens como a água corrente
e azuis como a flor do linho...

Mas, não há verso nem rima,
nem arte alguma, Mimi,
que do fundo d'alma exprima
o amor que te tenho a ti...

Pois como hei-de eu encerrar
esta saudade, esta mágoa
num verso? Como há-de o mar
cabrer numa gôta d'água?...

Ó, é tal esta saudade
e é tão grande o desejo
de te ver, que, na verdade,
a tôda a hora eu te vejo.

Quando no azul transparente,
envolta em cálido véu,
assoma divinamente
a aurora — o pudor do céu,

lembram-me essas sentinosas,
mimosas faces vermelhas,
que dariam sangue às rosas
e mel doirado às abelhas.

Quando vou pelos caminhos,
verdes como madrigais,
e oiço o murmúrio dos ninhos
gorjeando entre os sincerais,

eu cuido que és tu, Maria,
e essa ilusão não me espanta: —
um berço que balbucia
é igual a um ninho que canta!

Se vejo (cabeça louca:)
as frescas rosas singelas,
confundo-as com a tua bôca
e vou-me aos beijos a elas...

Quando passa uma criança
— contradição singular! —
vens-me tu logo a lembrança
e fico a rir e a chorar...

Entre as silvas e os abrolhos
há miosótis de cetim,
que eu julgo serem teus olhos
que estão a olhar para mim...

Nunca de ti me separo,
quer ande longe, quer perto: —
tu és o sol sempre claro
e eu o olhar sempre aberto...

Trago nalma o teu retrato,
filha, nunca de lá saís...
Nem há fotógrafo exato
como o coração dos pais!...

Tôda a minha alma se enleva
só nesta recordação...
Pois como havia de eu — treva,
não pensar em ti — clarão?...

Ah, que abençoada existência,
ah, que porvir cristalino,
vendo o azul dessa inocência,
a rir sôbre o meu destino!

Em tudo quanto nos salva
de tudo o que é baixo e vil,
no horizonte — a estrêla-d'alva,
nos campos — a flor d'abril;

Em tudo o que a amar convida,
em tudo que nos seduz,
na infância — aurora da vida,
na aurora — infância da luz;

Em tudo vejo disperso
o teu retrato, Mimi:—
Deus espalhou no universo
o amor — e reuniu-o em ti!...

Êstes versos cristalinos e puros inspirou-os a filha Maria Isabel, que os recompensou piedosamente, mais tarde, promovendo a transformação da sua casa em santuário de veneração e de beleza...

Figura central daquele brilhante e inquieto grupo que êles mesmos denominavam, sem muita convicção, os "Vençidos da Vida" — Eça, Ramalho, Pindela, Fialho etc., houve um momento em que, parece, um ligeiro declínio de saúde, em 1888, o aproximou do sentido literal do nome desse rancho de homens de espírito e de dinheiro. Pelo trecho desta

carta de abril daquele ano, percebe-se-lhe o ânimo um tanto abatido e vacilante, apesar de esgrimir ainda aquêlê rude sarcasmo, que foi a marca saliente do seu gênio:—

“...Cada vez pior. Perdi a esperança. Sinto-me escorregar silenciosamente, sem energia de reação, por um declive tenebroso. Trago a alma de compota numa calda sonolenta de melancolia negra.

Mais quinze dias de experiência... E se as melhoras não forem radicais, aposento-me. Tratarei de arranjar, aqui no Pôrto, um asilozinho todo doirado de sol, com horta e flôres, aconchegando-me, resignadamente, nesse *in pace* virgiliano, a tanger a lira.

Que coisa imoral, que coisa infame é um artista! Penso na morte a todo o instante, como numa coisa próxima e irremediável; e quando lanço os olhos para trás, suponho que vou partir, vejo a minha mulher adorada e as minhas filhas vestidas de luto, chorando a um canto com o coração despedaçado, e, amando-as eu com um amor supremo e inextinguível! — ó vaidade cívica, vaidade literária! — não me lembro só delas, nesse momento trágico e derradeiro: — lembro-me também e com ânsia pudentíssima, dos dez milhares de versos que vivem no meu cérebro e que deviam estar, há muito, na minha gaveta, se não fôsse o meu desleixo imperdoável...

E consolam-me menos os beijos de minhas filhas, do que me consola rimar cinqüenta versos, compor um trecho de poema, que eu naturalmente hei de ver publicado! Interrompo a minha dor à busca de uma imagem e suspendo o meu pranto à procura de um esdrúxulo!

Sou como a Ópera Cômica, a arder. (1) Os meus espectadores, isto é, as duas mil odes que trazia cá dentro, ao verem-me envolto em labaredas, gritam asfixiadas, ululam

(1) Alusão, possivelmente, ao incêndio do Teatro Baquet, do Pôrto, na noite de 21 de março de 1888, no qual pereceu, entre outros, o brasileiro Guilherme Louzada Marcenal, estudante da Escola Politécnica daquela cidade.

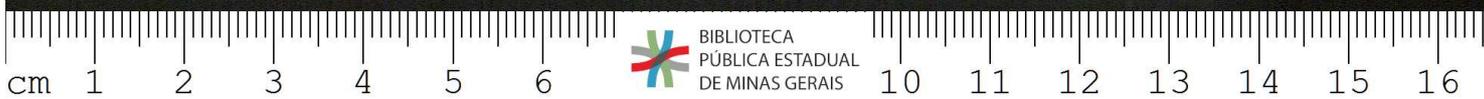
de angústia, contorcem-se de pavor, e atropelando-se e envolvendo-se furiosamente, atiram-se, desgrenhadas pelas janelas, dependuram-se das cornijas vertiginosas, ficando, crispando as unhas de aço no mármore em brasa, a estalar, e enquanto umas rebentam clamorosamente de roldão pelas portas estreitas, outras caem mortas, carbonizando-se dentro da fornalha enfumarada.

Algumas há dessas odes épicas, que andam pelo telhado, com grandes gestos, muito magras e em camisa, a pedir que as salvem...

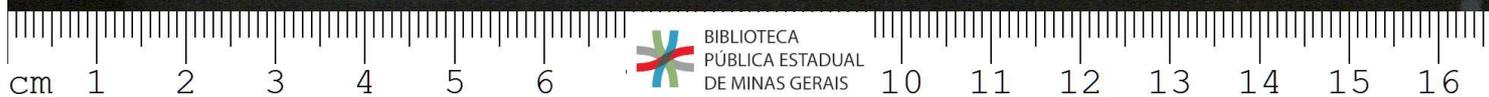
Quando o incêndio fôr definitivamente apagado, com quatro pás de terra, é que poderá calcular-se com exatidão o número das vítimas.

Tudo isto, meu amigo, para lhe dizer que me é impossível ir agora à sua Lisboa..."

A influência que a grande obra de Junqueiro exerceu em várias gerações do Brasil não é inferior a de Eça, que teve no Sr. Viana Moog o seu maior biógrafo. É pena que o lírico inimitável de Freixo d'Espada-à-Cinta não tenha ainda encontrado a lucidez e a compreensão do sarcastade "Novas Cartas Persas" para traçar-lhe definitivamente o perfil literário e humano...



**ATIVIDADES DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS
DE 1959 a 1964**



ALBUM DE FOTOGRAFIA DO INSTITUTO DE FÍSICA
DE SÃO CARLOS



Biênio 1959-1960

Eleito presidente para o biênio 1959-1960, o acadêmico Djalma Andrade tomou posse do cargo a 8 de janeiro de 1959. Exerceu o pôsto até setembro do referido ano, quando entrou em licença por seis meses, renunciando em seguida, tácitamente, ao pôsto. Assumiu a direção da Academia o acadêmico Mário Matos, Vice-Presidente.

Durante a administração do Presidente Djalma Andrade, começaram os preparativos para a comemoração do cinquentenário de fundação da Academia. Deu-se início também à discussão da proposta do acadêmico Martins de Oliveira para a admissão da mulher na Academia, mediante um quadro suplementar que, decorrido certo tempo, mediante vagas alternadas, se extinguiria, retornando a casa ao número normal do quadro efetivo. Pelo parecer oferecido pelo Acadêmico Aires da Mata Machado Filho ficou, entretanto, entendido que não havia necessidade de quadro suplementar, porque, pela própria letra dos Estatutos, em interpretação rígida era possível o ingresso da mulher. A matéria teve solução definitiva na sessão de 3 de setembro de 1959, por dezesseis votos favoráveis contra nove votos.

ELEIÇÃO E POSSE DO ACADÊMICO VIVALDI MOREIRA

Eleito a 5 de março de 1959 para a cadeira n.º 38, patrocinada por Beatriz Brandão, o acadêmico Vivaldi Moreira, em sessão solene realizada a 2 de julho de 1959, foi empossado na condição de membro efetivo da Casa. Foi saudado, na forma da praxe, pelo acadêmico Oscar Mendes. O acadêmico Vivaldi Moreira fez o elogio de seu antecessor Honório Armond.

*FALECIMENTO DOS ACADÊMICOS BRANT HORTA E
ABÍLIO BARRETO*

A primeiro de junho de 1959, faleceu no Rio de Janeiro, hoje capital do Estado da Guanabara, o acadêmico Brant Horta, fundador da cadeira n.º 10, patrocinada por Cláudio Manuel da Costa. A Casa tributou-lhe homenagens especiais na sessão de 4 de junho, através da palavra do acadêmico Mário Matos.

A 17 de julho de 1959, verificou-se o óbito do acadêmico Abílio Barreto, sucessor de Estêvam de Oliveira na cadeira n.º 18, patrocinada por Silva Alvarenga. A 6 de agosto, em sessão especial foi recordada a figura do companheiro por vários acadêmicos. À beira do túmulo, disse o adeus da Academia o acadêmico Martins de Oliveira.

*CINQUENTENARIO DA FUNDAÇÃO DA ACADEMIA
MINEIRA*

Com a presença do Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. José Francisco Bias Fortes, Secretário de Estado das Finanças e da Segurança Pública, Doutôres Tancredo de Almeida Neves e Celso Porfírio de Araújo Machado, Magnífico Reitor da Universidade de Minas Gerais, Professor Pedro Paulo Penido, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Dr. Copérnico Pinto Coelho, numerosas personalidades do mundo oficial, professôres, magistrados, universitários, realizou a Academia Mineira solene sessão comemorativa do cinquentenário de fundação. A sessão teve curso no dia 13 de maio de 1960, data escolhida para as comemorações, em substituição da data exata, 25 de dezembro de 1959, visto ter recaído em dia dedicado à cristandade. Estiveram presentes à sessão os seguintes acadêmicos: Aires da Mata Machado Filho, Dom Antônio de Almeida Morais Júnior, Artur Versiani Veloso, Augusto de Lima Júnior, Cônego Bueno de Sequeira, Djalma Andrade, Gilberto de Alencar, Heli Menegale, João Etienne Filho,

José Osvaldo de Araújo, Mário Casasanta, Mário Matos, Mário Mendes Campos, Martins de Oliveira, Oscar Mendes, Sales Oliveira, Salomão de Vasconcelos, Vivaldi Moreira e Wellington Brandão. Organizada a mesa, o presidente Mário Matos passou a presidência ao Governador Bias Fortes. A primeira parte da solenidade constou da entrega das medalhas comemorativas da fundação a diversas personalidades, instituições, aos acadêmicos, aos laureados da Academia em diversos concursos literários, às viúvas dos acadêmicos fundadores e aos sócios beneméritos da instituição. O ponto alto da solenidade foi a entrega da medalha à viúva de Alphonsus de Guimaraens, dona Zenaide Guimaraens, que se achava acompanhada dos filhos. Em nome da Academia, pronunciou notável discurso o acadêmico Mário Casasanta, sob o título *A Função das Academias*. O senhor Governador, encerrando a sessão, disse algumas palavras de agradecimento, louvando a posição da Academia no cenário cultural de Minas. Dirigiu palavras especiais ao acadêmico Mário Matos, Vice-Presidente da Academia, em exercício.

As solenidades comemorativas da fundação da Academia tiveram início pela manhã com uma solene missa votiva, celebrada pelo acadêmico Sr. Cônego Bueno de Sequeira, na Martiz de São José, às dez horas. Em notável sermão gratulatório, falou Dom Antônio de Almeida Morais Júnior, membro da Academia e Arcebispo de Niterói. O templo estava repleto de personalidades, entre as quais se achava o Exmo. Sr. Desembargador Amilcar de Castro, Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

FALECIMENTO DO DR. OTACÍLIO NEGRÃO DE LIMA

A 2 de julho de 1960, faleceu nesta Capital o Dr. Otacílio Negrão de Lima, primeiro sócio benemérito da Academia. Grande benfeitor da instituição, prestou-lhe a Casa, em sessão solene, as homenagens a que fazia jus. Por ocasião dos funerais do ilustre mineiro, falou no Cemitério do Bonfim o acadêmico Martins de Oliveira.

PRÊMIO "OTHON L. BEZERRA DE MELLO"

Em 1958, a Academia concedeu o prêmio da epígrafe à professora Maria Luiza Ramos pelo seu livro "Psicologia e Estética de Raul Pompéia". Recebida em sessão solene, a 19 de novembro de 1959, foi em nome da Academia saudado pelo acadêmico Vivaldi Moreira. O premiado agras as homenagens.

Em 1959, a láurea coube ao escritor Vinícius de Moraes, pelo seu romance "Esse Meu Mundo Alheio". Em sessão solene, realizada a 3 de setembro de 1959, foi saudada pelo acadêmico Oscar Mendes. A laureada agradeceu deceu as homenagens da Casa.

*FALECIMENTO DOS ACADÊMICOS LUÍS DE OLIVEIRA
E PAULO REHFELD*

A 27 de julho, em Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo, onde residia, faleceu o último sobrevivente dos fundadores da Academia, Luiz de Oliveira, ocupante da cadeira n.º 30, patrocinada por Oscar da Gama. Reverenciou-lhe a Casa a memória na sessão de 4 de agosto do referido ano.

A 14 de agosto, verificou-se nesta Capital o passamento do acadêmico Paulo Rehfeld, sucessor de Heitor Guimarães, na cadeira n.º 22, patrocinada por Júlio Ribeiro. À memória de Paulo Rehfeld a Academia rendeu homenagens especiais na sessão de 18 de agosto. No momento em que baixaram à sepultura os restos mortais do companheiro, pronunciou o adeus da Casa o acadêmico Vivaldi Moreira.

ELEIÇÃO DO ACADÊMICO FÁBIO LUCAS

A 17 de novembro de 1960, foi eleito para a cadeira n.º 22, como sucessor de Paulo Rehfeld, o professor Fábio Lucas, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade de Minas Gerais.

CURSO DE LITERATURA BRASILEIRA

Em 1959, durante o mês de maio, funcionou normalmente o Curso de Literatura Brasileira, dedicado ao estudo das personalidades mais ilustres da vida literária de Minas, entre os mortos. O Curso foi desdobrado em doze (12) conferências, a cargo dos Acadêmicos Aires da Mata Machado Filho, Emílio Moura, Djalma Andrade, Mário Casasanta, Martins de Oliveira, Mário Matos e Escritores especialmente convidados, Professôras Maria Luíza Ramos, Ângela Vaz Leão, Professôres Mello Cançado e Poetisa Henriqueta Lisboa. A matrícula de alunos atingiu a 307. Verificou-se a solenidade de encerramento, com distribuição de diplomas.

A parte alta do Curso foi a comemoração do centenário de nascimento de Augusto de Lima, Presidente de Honra da Academia. Foi orador oficial o Acadêmico Aires da Mata Machado Filho.

Em 1960, com matrícula de 346 alunos, no mesmo mês de maio, realizou-se o Curso de Literatura, sob programa especial, na forma seguinte: Poesia — Conceito Geral (Pe. Orlando Vilela); Poesia Popular (Aires da Mata Machado Filho); A poesia no período colonial (Rodrigues Lapa); A poesia romântica, 1.^a fase (Oscar Mendes); A poesia romântica, 2.^a fase (Maria Luíza Ramos); A poesia romântica, 3.^a fase (Fábio Lucas); Os poetas parnasianos (Bueno de Sequeira); A poesia simbolista (Martins de Oliveira); Augusto de Lima, o prosador (Mário Casasanta); Arte poética (Martins de Oliveira); A Semana da Arte Moderna (J. Etienne Filho); Augusto de Lima, o poeta (Aires da Mata Machado Filho); Mário de Andrade e outros (Henriqueta Lisboa); Manuel Bandeira e outros (Wilton Cardoso); Carlos Drummond de Andrade (J. Etienne Filho); e Jorge de Lima e outros (Oscar Mendes).

Em sessão solene, foram distribuídos diplomas de frequência.

Biênio 1961-1962

Sob a presidência do Acadêmico Mário Casasanta, na ausência do titular Mário Matos, que se achava em viagem, tomou posse do cargo de Presidente para o biênio 1961-1962 o Acadêmico Martins de Oliveira.

POSSE DO ACADÊMICO OILIAM JOSÉ

A 19 de janeiro de 1961, em sessão solene, empossou-se na cadeira n.º 30, como sucessor de Luiz Oliveira, o Acadêmico Oiliam José, eleito a 20 de outubro de 1960. Pronunciando na forma da praxe o elogio de seu antecessor, o recipiendário foi saudado pelo Acadêmico Bueno de Sequeira.

FALECIMENTO DO ACADÊMICO GILBERTO DE ALENCAR

A 4 de fevereiro de 1961, em Juiz de Fora, onde residia, faleceu o Acadêmico Gilberto de Alencar, fundador da cadeira n.º 21. Além de homenagens tributadas ao companheiro, através de delegações especiais remetidas a personalidades de Juiz de Fora, a Academia se reuniu em sessão especial, a 16 de fevereiro de 1961, para a recordação do mestre.

POSSE DO ACADÊMICO FABIO LUCAS

A 19 de outubro de 1961, em sessão solene, empossou-se na cadeira n.º 22, como sucessor de Paulo Rehfeld, o Acadêmico Fábio Lucas. Segundo o estilo da Academia, o

recipiendário fez o elogio de seu antecessor, aludindo às personalidades de Heitor Guimarães e Júlio Ribeiro, este patrono da cadeira e aquêlê fundador dela. Fez a saudação ao nôvo companheiro o acadêmico Emílio Moura.

ELEIÇÃO E POSSE DO ACADEMICO NELSON DE FARIA

Eleito por expressiva votação, a 4 de maio de 1961, como sucessor de Gilberto de Alencar, na cadeira n.º 21, foi recebido solenemente a 16 de novembro de 1961 o acadêmico Nelson de Faria, prosador, laureado pela Academia Brasileira de Letras, pelo livro de contos "Tiziu". Após o discurso de praxe, em que fez o elogio do seu antecessor, o acadêmico Nelson de Faria foi saudado por João Dornas Filho.

PRÊMIO "OTHON L. BEZERRA DE MELLO" DE 1960 e 1961

Coube ao escritor Valdemar Versiani Veloso o Prêmio "Othon L. Bezerra de Mello" referente ao ano de 1960, pelo seu livro "Jornal da Serra Verde". Em sessão solene, realizada a 17 de maio de 1962, foi-lhe entregue o prêmio. O acadêmico Oscar Mendes leu na ocasião o discurso de saudação, redigido pelo acadêmico João Etienne Filho, que por motivo de fôrça maior não pôde comparecer à sessão. Em agradecimento, o laureado pronunciou belo discurso.

O prêmio referente ao ano de 1961, coube à Professôra Ângela Vaz Leão, da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, pelo seu livro "História de Palavras". Recebida em sessão solene, realizada a 6 de setembro de 1962, foi saudada em nome da Academia pelo acadêmico Fábio Lucas. A professôra Ângela Vaz Leão em delicado discurso agradeceu as homenagens da Casa.

CURSO DE LITERATURA BRASILEIRA DE 1961 e 1962

Em agosto e setembro de 1961, realizou-se integralmente o Curso de Literatura Brasileira com a matrícula de 469 alunos. Embora se achasse o País envolvido numa onda de greves em virtude da renúncia do Presidente Jânio Quadros, o Curso não teve esmaecimento. Encarregaram-se das conferências os acadêmicos Oscar Mendes, Mário Casasanta, João Camilo de Oliveira Torres, Aires da Mata Machado Filho, Martins de Oliveira, Vivaldi Moreira, Nelson de Faria, João Etienne Filho e Fábio Lucas. Como convidados especiais, pronunciaram conferências a professora Maria Luíza Ramos e Saumir Saunal. Em sessão solene, realizada a 17 de setembro, foram entregues os diplomas de freqüência. A todos os alunos foi feita farta distribuição de livros, de autores nacionais e estrangeiros, oferecidos pelas livrarias da Capital e por alguns acadêmicos.

O Curso de 1962 realizou-se em maio. Teve a matrícula de 350 alunos. Obedeceu ao seguinte plano: Padre Vieira (Aires da Mata Machado Filho, em substituição a Mário Casasanta); Tomás Antônio Gonzaga (Cônego Bueno de Sequeira); Gonçalves Dias (Emílio Moura); José de Alencar (Oscar Mendes); Castro Alves (Nelson de Faria); João Francisco Lisboa (Vivaldi Moreira); Machado de Assis (Mário Matos); Olavo Bilac (Djalma Andrade); Euclides da Cunha (Fábio Lucas); Rui Barbosa (Aires da Mata Machado Filho); Alphonsus de Guimarãens (Martins de Oliveira) e Mário de Andrade (João Etienne Filho). Foram entregues os diplomas de freqüência em sessão solene.

CENTENARIO DE NASCIMENTO DE ARDUINO BOLIVAR

Na sessão de 16 de agosto de 1962, a Academia comemorou a passagem do centenário de nascimento de Arduino Bolívar. Falaram na ocasião os acadêmicos Martins de

Oliveira, José Osvaldo de Araújo, João Etienne Filho, Oscar Mendes e Cônego Bueno de Sequeira. Estêve presente à sessão a viúva do grande humanista, Dona Angelina Bolivar, acompanhada de seus filhos.

FALECIMENTO DE JOÃO DORNAS FILHO

A 11 de dezembro de 1962, verificou-se o óbito do acadêmico João Dornas Filho, ocupante da cadeira n.º 12, patrocinada por Alvarenga Peixoto. Na sessão de 20 de dezembro, foram tributadas à memória do extinto as homenagens acadêmicas. Falaram Martins de Oliveira, Nelson de Faria, Moacir Andrade e João Camilo de Oliveira Torres.

MORTOS ILUSTRES

A Academia Mineira tributou homenagens especiais a Paulo Machado, brilhante escritor, a Júlio Dantas, grande poeta e polígrafo português, a Eustergio Wanderley, Ministro Gabriel Passos, ao Ex-Presidente Carlos Coimbra da Luz, a Vital Francisco Passos, ensaísta e poeta satírico, autor de notável estudo sôbre as "Cartas Chilenas".

SESSÕES DA ACADEMIA

BIÊNIO 1963-1964

Durante o biênio, realizaram-se quarenta e quatro (44) sessões de rotina e quatro (4) solenes. Excluem-se dessas atividades nitidamente estatutárias as que se prendem a interesses de difusão cultural em setor diverso e em colaboração com entidades oficiais. Assim é que, conforme será exposto em lugar próprio, foram levadas a cabo doze (12) conferências para a comemoração do centenário do nascimento de Coelho Neto e do falecimento de Gonçalves

Dias, cinco (5) para a celebração do IV centenário de nascimento de William Shakespeare e nove (9) para a comemoração do 250º aniversário de fundação do Sêrro. Além dessas reuniões, verificaram-se duas (2) sessões de encerramento do Curso de Literatura Brasileira. Feitas tôdas as contas, chegam-se a um total de setenta e duas (72) reuniões, ou a três (3) sessões mensais, durante o biênio. Como fâcilmente se percebe, o número indica o fecundo labor da Casa. Cumpre assinalar que às sessões de rotina sempre estêve presente razoável número de acadêmicos, e as sessões solenes tiveram alto cunho social, ao lado da atividade artística e literária.

TRABALHOS DE EXPEDIENTE

Foi bem grande o volume de expediente da Academia. Entre cartas comuns, cartões de convite, ofícios, rádios e telegramas, verificou-se montante superior a quatro mil (4.000) unidades. Recebeu a Casa perto de duas mil (2.000) cartas, além de ofícios e vários telegramas. Foi mantido, na medida do possível, assíduo contato com tôdas as entidades culturais e oficiais do País.

REPRESENTAÇÕES OFICIAIS

Participou a Casa, pela presidência, de reuniões do Conselho da Medalha da Inconfidência, do Conselho da Medalha de Santos Dumont e da Comissão de Plano das Normas Reguladoras do Hino Oficial de Minas Gerais. Tomou parte direta, em representação do acadêmico Moacir Andrade, do II Festival de Letras, promovido pela Academia Teresopolitana de Letras, e das Comemorações Euclidianas, em São José do Rio Pardo (Est. de S. Paulo) pelo acadêmico Fábio Lucas.

CURSO DE LITERATURA BRASILEIRA

Fundado em 1957, sob a inspiração e orientação do Acadêmico Oscar Mendes teve, infelizmente, interrupção em 1963, por força da situação em que se achava o País, totalmente convulsionado por sucessivas greves. Até 1962 realizaram-se normalmente seis (6) ciclos de conferências, sob temário diverso, com extraordinária freqüência de alunos, oriundos na maioria dos meios universitários. Em 1964, o Curso de Literatura retomou as atividades com grande brilho. É que foi desdobrado em dois ciclos. O primeiro, nos meses de abril e maio, adquiriu relêvo especial com a comemoração do centenário de nascimento do grande romanista Coelho Neto e do centenário de falecimento de Gonçalves Dias. O segundo ciclo, realizado em setembro, foi dedicado ao IV centenário de nascimento de William Shakespeare. O primeiro ciclo constou de doze (12) conferências, pela seguinte ordem: Comemoração de Coelho Neto: 1ª. aula) Paulo Coelho Neto; 2ª.) Martins de Oliveira; 3ª.) Oscar Mendes; 4ª.) Zita Coelho Neto; 5ª.) João Etienne Filho; 6ª.) Aires da Mata Machado Filho; 7ª.) Prof. Mello Cançado. Comemoração de Gonçalves Dias: 1ª. aula) Oscar Mendes; 2ª.) Martins de Oliveira; 3ª.) Emílio Moura; 4ª.) Oscar Mendes e 5ª.) Oscar Mendes. Comemoração de William Shakespeare: 1ª. aula) Oscar Mendes; 2ª.) Professôra Solange Ribeiro de Oliveira; 3ª.) Neil R. da Silva; 4ª.) Paula Pontes e 5ª.) Martins de Oliveira.

COMEMORAÇÕES DO 250.º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DO SÊRRO

Deliberou a Academia celebrar condignamente o 250º aniversário de fundação da antiga Vila do Príncipe, hoje Município do Sêrro, berço de numerosas notabilidades, muitas das quais ligadas à Casa, quer no patrocínio de cadeiras (José Elói Otôni, José Sena, Presidente João Píneiro), quer na condição de fundadores dela (Costa Sena,

Nelson de Sena). Realizaram-se nove (9) conferências, a última das quais veio coincidir exatamente com o bicentário de nascimento de José Elói Otôni, de que se dará notícia em outro lance. As conferências tiveram a seguinte ordem: dia 14 de novembro: Artesanato no Sêro, Prof. Saul Martins. Dia 18: Festa do Rosário, Prof. Orvilo Colombo de Centi. Dia 20: Presidente João Pinheiro, Acadêmico João Camilo de Oliveira Torres. Dia 23: Dr. Vieira Andrade, Dr. Luís Advíncola. Dia 25: Leopoldo Pereira, Acadêmico Aires da Mata Machado Filho. Dia 26: Ministro Pedro Lessa, Universitário Aurípedes de Souza. Dia 27: Dr. Cristiano Otôni, Dr. Dermeval José Pimenta. Dia 30: Teófilo Otôni e Ministro Edmundo Lins, Acadêmico Martins de Oliveira. Dia 2 de dezembro: José Elói Otôni e Nelson de Sena, Acadêmico Oscar Mendes.

Tôdas as conferências foram patrocinadas pela Academia Mineira, em colaboração com a Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular de Minas Gerais, sempre sob a presidência do titular da Academia.

OUTRAS COMEMORAÇÕES

Esporadicamente, durante o biênio, no final de sessões, outras datas foram comemoradas: centenário de nascimento de Sebastião Fleury Curado, antigo sócio correspondente da Academia em Goiás; cinquentenário de falecimento de Mamede de Oliveira; 20.º aniversário da morte de João Alphonsus. 20.º aniversário da morte de Lúcio José dos Santos; centenário de nascimento de Avelino Fóscolo. Para realçar a memória de Avelino Fóscolo, ficou deliberado que o primeiro prêmio a ser concedido sob a designação "Academia Mineira de Letras", terá com subtítulo o nome do saudoso romancista.

SÓCIOS CORRESPONDENTES

O quadro de sócios correspondentes da Academia nos Estados do Brasil estava totalmente vago. Penosas pesqui-

sas, através de correspondência, deram como resultado a certeza de que os intelectuais de diversos Estados, eleitos, vai para quarenta anos, haviam falecido, há muito. Não se buscou, entretanto, a fórmula de preenchimento de vagas. Optou-se por um plano mais amplo, pelo qual se buscasse o prestígio da Academia pela concessão da láurea a notabilidades várias. Os Estatutos, bem como o Regimento Interno, parecem indicar que cada Estado da Federação deva ter apenas um representante. Percebe-se a tempo o acanhado da exigência, que, aliás, desconvinha aos interesses da política literária. É sabido que a Academia Brasileira de Letras, ao que parece, mantém em Portugal dez (10) representantes. Não se compreende que Estados populosos, de intensa atividade intelectual, como São Paulo, Pernambuco e outros passassem a ser representados por um só intelectual. Sob a influência dêsse reparo, o quadro foi ampliado consideravelmente, e está assim constituído até à presente data: *Pará* — Cécil Meira e Bruno de Menezes; *Piauí* — Clemente Fortes e João Soares; *Ceará* — Braga Montenegro, Fran Martins e Cruz Filho; *Rio Grande do Norte* — Luiz da Câmara Cascudo e Virgílio Gama e Melo; *Paraíba* — Ademar da Cunha Miranda e Nilo Pereira; *Pernambuco* — Mauro Mota, Luiz Delgado e Waldemar de Oliveira; *Alagoas* — Jaime de Altavila e Teo Brandão; *Bahia* — Altamirando Requião; *Espírito Santo* — Solimar de Oliveira e Santos Neves; *Rio de Janeiro* — Prado Kelly e Antônio Calado; *Guanabara* — Alceu Amoroso Lima e Ivan Lins; *São Paulo* — Aureliano Leite, Fernando de Azevedo, Nelson de Palma Travassos e José Ferreira Carrato; *Paraná* — Rosário Paranhos Mansur Guérios, Corrêa de Azevedo e Temístocles Linhares; *Santa Catarina* — Nereu Corrêa, Altino Flôres e Wilson Martins; *Rio Grande do Sul* — Moisés Vellinho e Manoelito de Ornelas; *Goiás* — João Acioli; *Mato Grosso* — M. Cavalcanti Proença. Estão sendo estudados os nomes para a representação da Academia no *Acre*, *Amazonas*, *Maranhão* e *Sergipe*.

Em cartas sumamente delicadas, algumas de enternecedora beleza, todos os agraciados aceitaram a representação. Apenas os indicados para o Estado do Piauí é que não deram respostas. Possível é não tenham recebido a comunicação que lhes foi enviada, via postal.

PRÊMIO "OTHON L. BEZERRA DE MELLO"

Em 1963, coube a láurea, acima mencionada à Professora Maria José de Queirós, da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, pelo livro "Do Indigenismo ao Indianismo", publicado em 1962. A 17 de outubro de 1963, em sessão solene, recebeu o diploma correspondente ao Prêmio, tendo sido saudada pelo Acadêmico Aires da Mata Machado Filho.

Em 1964, a láurea coube ao escritor e poeta Ataliba Lago pelo livro de poesias "Na Esteira do Tempo", publicado em 1963. Recebeu o diploma a 15 de outubro de 1964, tendo sido saudado pelo Acadêmico Vivaldi Moreira.

PRÊMIO "ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS"

Em julho de 1964, foi a Academia agradavelmente surpreendida pelo Acadêmico Nelson de Faria e sua excellentíssima esposa, dona Anália Ferreira de Faria, com a doação de cinco mil (5.000) ações do Banco da Lavoura, S.A. no valor de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000), destinados, através dos dividendos, à distribuição de prêmios a trabalhos literários, publicados ou inéditos. Inicialmente, o prêmio será de cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$.... 150.000). Em virtude do próximo aumento do capital do Banco, as ações ficarão triplicadas, possivelmente no valor total de quatro milhões de cruzeiros, mais ou menos (Cr\$. . 4.000.000), correspondente a vinte mil ações (20.000), mais ou menos. Verificado o aumento, poderá a Academia distribuir prêmios mais amplos. O instrumento de doação das ações foi lavrado em julho do corrente ano, e as normas

reguladoras do prêmio já se acham aprovadas. A láurea terá a designação "ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS". Nos diplomas que forem expedidos, serão recordados, em subtítulo, de acôrdo com o gênero de trabalho premiado, acadêmicos falecidos, os quais terão elogio obrigatório, ao ensejo da entrega do prêmio, em sessão solene.

FALECIMENTO DE MARIO CASASANTA

A 30 de março de 1963, faleceu o eminente companheiro Mário Casasanta. Presidente da Academia no biênio 1943-1944, foi reeleito para o biênio 1945-1946. Reconduzido para o pôsto no biênio 1951-1952, foi reeleito para o biênio 1953-1954. Grande amigo da Casa, que nêle encontrava um dos sustentáculos mais ferventes, deixou grande e profunda saudade. Foram-lhe prestadas as homenagens a que fazia jus. Pronunciou o adeus da Academia à beira do túmulo o acadêmico Aires da Mata Machado Filho.

POSSE DO ACADÊMICO ALBERTO DEODATO

Eleito para a cadeira n.º 12, como sucessor de João Dornas Filho, tomou posse da poltrona, patrocinada por Alvarenga Peixoto, o acadêmico Alberto Deodato Maia Barreto, que foi saudado pelo acadêmico Moacir Andrade. A solenidade teve excepcional brilho, não apenas pelo valor dos discursos que se pronunciaram, mas pela presença da intelectualidade mineira e de tôdas as entidades culturais e científicas da Capital.

ELEIÇÃO DE HENRIQUETA LISBOA

Em pleito renhidíssimo definidor das tendências da Academia para a admissão da mulher em seus quadros, foi eleita a poetisa Henriqueta Lisboa, como sucessora do acadêmico Mário Casasanta, na cadeira n.º 26, patrocinada por Evaristo Ferreira da Veiga.

São conhecidos os esforços do acadêmico João Dornas Filho no sentido de ser admitida a mulher na Academia. Apresentou êle um projeto de reforma dos Estatutos, em 1950. Vencido na preliminar em virtude de interpretação regimental, não retornou à luta. Em 1951, o acadêmico Martins de Oliveira apresentou projeto que, sem alterar o quadro existente, admitia um suplementar, o qual se esgotaria, à medida que se verificassem vagas no quadro efetivo. O projeto, cujos originais, se acham no arquivo da Casa, nunca teve andamento. Renovando as tentativas, viu a matéria correr sob aspecto inteiramente adverso, através de estrita interpretação dos Estatutos, com a vitória, porém, da proposta.

A entrada da mulher nos quadros da instituição repercutiu agradavelmente no País.

SITUAÇÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

Em trabalho perseverante e longo junto dos poderes públicos, quer federais, quer estaduais, no propósito de dêles alcançar tratamento condigno em relação à maneira por que se comportam em favor de entidades congêneres ou similares (algumas raramente aquinhoadas de dotações), pôde a diretoria obter as primeiras verbas entre as muitas que se acham fixadas no Orçamento da União. As verbas estaduais, expressamente determinadas por lei (Lei n.º 1.187, de 23 de janeiro de 1955), foram pagas até o ano de 1963. Resta receber as de 1964.

O atraso de recebimento das dotações federais deveu-se ao fato de a Academia não ter sido registrada no Conselho Nacional de Serviço Social. Sòmente a 19 de maio de 1964, pelo Processo n.º 16.893/64, é que se verificou a importante formalidade.

Pelo Relatório, acompanhado de contas, verifica-se que, se a instituição se não encontra pròpriamente em situa-

ção privilegiada, está inteiramente em condições de algum desafôgo, embora lhe pesem fundamentamente no orçamento compromissos avultados. Tôdas as despesas se acham pagas.

EFEMÉRIDES DA ACADEMIA

Com o objetivo de facilitar a pronta recordação das datas importantes da Casa e da vida dos acadêmicos, além de referências a setores diversos, ligados a Minas, na esfera intelectual, foram organizadas as Efemérides da Academia. Em tôdas as sessões, na primeira parte da ordem do dia,

PRÊMIO "OTHON L. BEZERRA DE MELLO"

Instituído pelo industrial pernambucano Dr. Othon L. Bezerra de Mello, o prêmio, que guarda o seu nome, vem sendo distribuído desde 1947. Sòmente no ano de 1957 é que não foi conferido a ninguém, em virtude de dificuldades de tramitação do processo, através de incidentes vários. Eis a ordem da concessão do prêmio até o ano corrente: 1.º Murilo Rubião ("O Ex-Mágico"), 1947; 2.º Bueno de Rivera ("O Mundo Submerso"), 1948; 3.º Henriqueta Lisboa ("Flor da Morte"), 1949; 4.º Wilton Cardoso ("Origem da Lírica Medieval Espânica"), 1950; 5.º Edison Moreira ("Cais da Eternidade"), 1951; 6.º Lúcia Machado de Almeida ("Passeio a Sabará"), 1952; 7.º Afonso Ávila ("Açude e Outros Poemas"), 1953; 8.º Waldemar Diniz Pequeno ("O Ouro do Cuieté e outras Histórias"), 1954; 9.º Bárbara de Araújo ("Uma Flor Sôbre o Muro"), 1955; 10) Maciel de Oliveira ("Luz Efêmera"), 1956; 11) Não foi distribuído o Prêmio relativo a 1957; 12) Maria Luiza Ramos ("Psicologia e Estética de Raul Pompéia"), 1958; 13) Vinícius de Carvalho ("Êsse Meu Mundo Alheio"), 1959; 14) Waldemar Versiani dos Anjos ("Jornal da Serra Verde"), 1960; 15) Ângela Vaz Leão ("História de Palavras"), 1961; 16) Maria José de Queiroz ("Do Indianismo ao Indigenismo"), 1962; 16.º Ataliba Lago ("Na Esteira do Tempo"), 1963; 17) Cleonice Rainho ("O Chalé Verde"), 1964.

Notas Bibliográficas

AIRES DA MATA MACHADO FILHO, *Português fora das Gramáticas*. Edição Siderosiana, Belo Horizonte, 1964, 234 p.

Português fora das gramáticas, de AIRES DA MATA MACHADO FILHO, compõe-se dos artigos que o conhecido filólogo escreveu para o *Estado de Minas*, em 1958 e 1959, na seção que lá vem mantendo há algumas dezenas de anos, sob o título "Escrever Certo". Assim se chamou, aliás, o seu primeiro livro de Filologia Portuguesa, publicado em 1935, e ao qual vários outros se seguiram.

Nasceram os artigos de consultas feitas por leitores. Tratam, assim, de assuntos que constituem dificuldades da língua para o brasileiro de cultura mediana. E isso diz da utilidade do livro.

Mas, se a maioria das dúvidas são as que assaltam o leitor ou falante médio, já o modo de resolvê-las é de um filólogo superior. Muitas das lições, embora de cunho prático, revelam a atitude de um lingüista perfeitamente à vontade dentro da sua ciência, a par do que ela tem de mais moderno, sem, por isso, sentir-se obrigado a desprezar a boa tradição que lhe serve de base. Seja exemplo o critério de correção idiomática que o autor claramente enuncia em vários passos (p. 13, 70, 125, 147), ou que se adivinha por trás das soluções dadas a cada problema concreto: "Para alcançar a correção idiomática requerem-se êstes requisitos: a preferência dos melhores autores, a correspondência ao bom uso presente e a aceitação geral. Resultam, respectivamente, dos fatores que, em ação solidária, firmam o critério definidor da boa linguagem: o estético, o cronológico e o sociológico" (p. 70).

Reconhecendo a pluralidade de normas lingüísticas (p. 13), coloca-se o nosso filólogo a igual distância do purismo estreito que enxerga êrro por tôda parte e da afetada condescendência que tudo desculpa. É assim que o vemos fazer a defesa de *recauchutar*, galicismo necessário (p. 21), depois de haver condenado, com razão, o indesejável espanholismo *frente a* (p. 12).

Outra posição do autor que merece ser salientada é a importância que dá à língua viva, a observação das suas tendências, como no caso do desaparecimento progressivo da mesóclise (p. 160) ou da evolução da regência de *atender* (p. 143).

Várias páginas revelam ainda opiniões pessoais do autor em relação ao ensino da língua. São lições que aproveitarão a qualquer professor de português. Tomemos, como exemplo, as referências ao processo da correção de textos, que condena repetidas vêzes: "O método é prejudicial. Contribui para a fixação do êrro, tolhe a naturalidade, pois leva a ver imperfeições por tôda a parte, induz à invenção de frases impossíveis, de tão mal escritas que são"... "Mesmo depois de corrigidas, as frases dêsse tipo continuam ruins. É um dos males dêsse malfadado processo: dar a entender que a correção gramatical é tudo" (p. 216/217).

Nos capítulos referentes à análise sintática, não se cansa de apontar as falhas do ensino, os exageros e os excessos (p. 94, 97, 108, 110, 114 e 122), que chegam a transformar em fim único aquilo que é meio, e apenas um dos meios: "Analise-se bem o essencial. É quanto basta (p. 108).

A orientação didática é, como se vê, a melhor possível.

O livro contém numerosas repetições. Citemos algumas: regência de *chamar* (p. 104 e 218), regência de *atender* (p. 143 e 150), regência de *assistir* (p. 100 e 221), uso de *até* ou *até a* (p. 144, 146 e 156), uso impróprio de *colocar* em vez de *pôr* (p. 58 e 63), concordância do verbo com o

sujeito *um dos que* (p. 124 e 128), formas de tratamento (p. 126 e 137). Tais repetições se explicam, entretanto, pelas próprias necessidades dos leitores, já que elas se fizeram em função das consultas. Têm aliás, a vantagem de mostrar, pela freqüência de certos assuntos, onde se acham as reais dificuldades da língua. E depois não trazem monotonia ao livro, como se poderia crer: disso o autor o salva, pelo senso de humor, pela vivacidade, pela ironia. Usa, pois, a repetição deliberadamente, como “arma de professor” (pág. 210).

Os capítulos do livro se sucedem segundo um plano, parecendo ordenar-se em 4 partes: a) Léxico — O autor faz algumas histórias de palavras. Trata de problemas de evolução semântica. Estuda neologismos, estrangeirismos, termos de línguas especiais, locuções etc. b) Análise sintática — Estuda alguns problemas complexos, como a análise da oração reduzida de infinitivo ou de expressões do tipo *mandou fazer, ouvi dizer*, que o autor considera, como SAID ALI, locuções verbais (p. 91 e 92), confessando que já foi “noutras águas”. Diga-se de passagem que noutras águas navegam muitos. O assunto comporta discussão, dependendo tudo do conceito de locução verbal que se tenha. E o conceito de locução não é simples, como tem mostrado o lexicógrafo espanhol JÚLIO CASARES em vários passos de sua obra, especialmente em *Introducción a la Lexicografía Moderna*. c) Sintaxe — Encara a sintaxe no seu tríplice aspecto: a concordância, a regência e a colocação. Trata de casos de flexão do infinitivo e de colocação dos pronomes pessoais átonos. Ocupa-se da regência de verbos usuais. Condena o uso de *lhe* por *o*, tendência que já encontrou o seu estudioso em ANTENOR NASCENTES e que por êle foi batizada “o lheísmo”. d) Ortografia — Responde a dúvidas relativas ao uso do *h* inicial, de *s* e *x*, de *g* e *j*. Trata do uso das maiúsculas e das minúsculas. E — o que é melhor — comenta desfavoravelmente o bizantinismo da diferenciação de certos homônimos homógrafos por acento diacrítico como *portuguêsa* e *portuguesa*, *prêto* e *preto*, *môça* e

moça e nêle e nele, dêle e dele, aquêle e aquele etc. (p. 170, 173, 178 e 186).

Apresentado o livro assim, de maneira geral, cumpre mencionar-lhe particularmente os capítulos mais interessantes.

Três histórias de palavras são modelares: as de *candango* (p. 17 seg.), *biombo* (p. 35 seg.) e *rêmora* (p. 40 seg.).

As páginas dedicadas a *história* e *estória* (p. 32 seg.), além de trazerem doutrina correta, revelam, mais uma vez, atitude correta. Se bem que considere a distinção desnecessária e artificiosa, convicção que se estriba na própria história da palavra, o autor observa que as duas grafias se vão firmando. Registra a tendência, apesar de seu desacerto. EVANILDO BECHARA, nos *Primeiros Ensaios sobre Língua Portuguesa* (Livr. S. José, Rio, 1954), já havia dedicado 9 páginas ao estudo do assunto. AIRES DA MATA MACHADO FILHO não só apresenta maior número de dados para a discussão do problema — o que é natural, pois 10 anos separam as duas publicações — como também tem uma atitude menos intransigente diante do direito que têm os escritores de inovar. E a ressurreição de um arcaísmo é uma forma de inovação.

Com relação à análise sintática, dois capítulos merecem relêvo especial: o primeiro, “As orações e os conectivos” (p. 95 seg.), mostra, segundo pensamos, o caminho certo para o estudo do assunto e não pode deixar de ser lido por nenhum professor de Português; o segundo, “Análise da conjunção *porque*” (p. 111 seg.) trata da difícil distinção entre a coordenativa explicativa e a subordinativa causal. Depois de passar em revista as discriminações estabelecidas por filólogos brasileiros, o autor examina as diferenças entre *cor* e *parece que*, na língua francesa, e passa a mostrar que idêntica diferença fez o português arcaico entre *ca* e *porque*. É notável que, em vez de repetir a diferenciação de caráter lógico que se encontra na maioria dos nossos livros, o nosso autor tenha chegado a uma distinção de caráter antes

de tudo fonético: tonicidade do vocábulo coordenador, particularidades rítmicas da coordenação. E mais notável ainda é que depois de 11 páginas tão cheias de saber filológico, o autor enuncie um conselho que é apenas o de uma didata desprezencioso: "A importante distinção, porém só deve ser exigida quando o aluno tiver dominado os fundamentos da análise sintática" (p. 122).

Aliás, tôdas as lições do livro são ministradas com simplicidade. Foi *Pascal* quem nos ensinou que "la vraie éloquence se moque de l'éloquence". Poderíamos parodiá-lo, dizendo que a verdadeira erudição desconhece a erudição. E isso se aplicaria ao livro de *Aires da Mata Machado Filho*, que, em linguagem acessível, trata de problemas complexos, e dêles trata profundamente. O mesmo notara *Lúcia Miguel Pereira*, a respeito de suas outras obras, aludindo a "essa arte de ser erudito, sem cair no preciosismo, apanágio dos espíritos realmente cultos."

O que deixa a desejar ao livro é a parte tipográfica: erros de revisão que sobem a algumas dezenas; títulos de livros que se lêem ora em versal ora em itálico; paginação mal feita, como no caso do capítulo cujo título se acha no fim da pág. 189 e cujo texto se inicia na página seguinte.

O autor, que cita o *Dicionário de Artes Gráficas*, de *Frederico Porta* e que conhece as normas para a publicação de trabalhos filológicos, certamente corrigirá essas ninharias, na 2ª edição.

Angela Vaz Leão

**Patronos, Fundadores, Sucessores e Membros Efetivos
Atuais (1964)**

1 VISCONDE DE ARAXÁ (1776-1881)

1910 — Albino Esteves
1943 — Ciro dos Anjos

2 ARTUR FRANÇA (1881-1902)

1910 — Aldo Delfino
1946 — José Oswaldo de Araújo

3 AURELIANO LESSA (1828-1861)

1910 — Alphonsus de Guimaraens
1921 — Moacir Chagas (renunciou)
1923 — Agripa Vasconcelos

4 FREI CONCEIÇÃO VELOSO (1740-1811)

1910 — Alvaro da Silveira
1946 — Alphonsus de Guimaraens Filho

5 AZEVEDO JÚNIOR (1865-1909)

1910 — Amanajós de Araújo
1932 — Zoroastro Passos
1945 — Cristiano Martins

6 BERNARDO DE VASCONCELOS (1795-1850)

1910 — Arduino Bolivar
1952 — Salomão de Vasconcelos

124 REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

7 LUIS CASSIANO (1886-1903)

1910 — Avelino Fóscolo

1944 — Eduardo Frieiro

8 BATISTA MARTINS (1868-1906)

1910 — Belmiro Braga

1937 — Wellington Brandão

9 JOSAFÁ BELO (1870-1907)

1910 — Bento Ernesto Júnior

1943 — João Alphonsus

1944 — Djalma Andrade

10 CLAUDIO MANUEL DA COSTA (1729-1789)

1910 — Brant Horta

1959 — João Etienne Filho

11 FREI SANTA RITA DURÃO (1722-1784)

1910 — Carlos Góis

1934 — Lúcio dos Santos

1945 — Cônego Bueno de Sequeira

12 ALVARENGA PEIXOTO

1910 — Carlindo Lellis

1945 — João Dornas Filho

1963 — Alberto Deodato

13 XAVIER DA VEIGA (1846-1900)

1910 — Carmo Gama

1937 — Godofredo Rangel

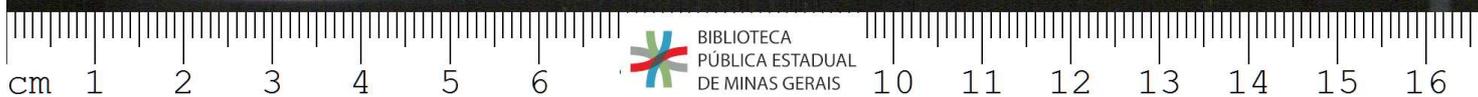
1951 — Dom Antônio Moraes de Almeida Júnior

14 JOSÉ SENA (1847-1901)

1910 — Costa Sena

1923 — Almeida Magalhães

- 15 BERNARDO GUIMARÃES (1825-1884)
1910 — Dilermando Cruz
1935 — Moacir Andrade
- 16 FRANCISCO DE PAULA CÂNDIDO (1802-1850)
1910 — Diogo de Vasconcelos
1928 — Mário Matos
- 17 CONDE PRADOS (1815-1882)
1910 — Eduardo de Menezes
1924 — José Antônio Nogueira
1947 — Abgar Renault
- 18 SILVA ALVARENGA (1749-1814)
1910 — Estêvão de Oliveira (renunciou)
1926 — Abílio Barreto
1959 — Artur Versiani Veloso (não empossado)
- 19 PADRE CORRÊA DE ALMEIDA (1820-1905)
1910 — Francisco Lins
1933 — Mário Mendes Campos
- 20 ARTUR LOBO (1875-1901)
1910 — Franklin de Magalhães
1935 — Emílio Moura
- 21 FERNANDO DE ALENCAR (1857-1910)
1911 — Gilberto de Alencar
1961 — Nelson de Faria
- 22 JÚLIO RIBEIRO (1845-1890)
1910 — Heitor Guimarães
1937 — Paulo Rehfeld
1961 — Fábio Lucas



- 126 REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS
- 23 JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS (1828-1895)
1910 — Dom Joaquim Silvério de Souza
1934 — Martins de Oliveira
- 24 BARBARA HELIODORA (17..?-1819)
1910 — João Lúcio Brandão
1948 — Cláudio Brandão
- 25 AUGUSTO FRANCO (1877-1909)
1910 — João Massena
1957 — Paulo Pinheiro Chagas (não empossado)
- 26 EVARISTO DA VEIGA (1799-1837)
1910 — José Eduardo da Fonseca
1934 — Mário Casasanta
1963 — Henriqueta Lisboa (não empossada)
- 27 CORRÊA DE AZEVEDO (1856-1909)
1910 — José Paixão
1953 — Augusto de Lima Júnior
- 28 AMÉRICO LOBO (1841-1903)
1910 — José Rangel
1941 — Guilhermino César
- 29 AURELIANO PIMENTEL (1830-1903)
1910 — Lindolfo Gomes
1953 — Milton Soares Campos (não empossado)
- 30 OSCAR DA GAMA (1870-1900)
1910 — Luís de Oliveira
1960 — Oíliam José

- 31 LUCINDO FILHO (1847-1894)
1910 — Machado Sobrinho
1938 — Sales Oliveira
- 32 MARQUÊS DE SAPUCAÍ (1793-1875)
1910 — Mário de Lima
1937 — Heli Menegale
- 33 EDGARD MATA (1878-1908)
1910 — Mário de Magalhães
1936 — Aires da Mata Machado Filho
- 34 TOMÁS ANTÔNIO GONZAGA (1744-1810)
1910 — Mendes de Oliveira
1919 — Noraldino Lima
1951 — Nilo Aparecida Pinto
- 35 JOÃO PINHEIRO (1860-1908)
1910 — Navantino Santos
1946 — Eugênio Rubião
1946 — Afonso da Silva Guimarães
1956 — Orlando M. Carvalho
- 36 JOSÉ ELÓI OTONI (1764-1851)
1910 — Nelson de Sena
1953 — Oscar Mendes
- 37 BASÍLIO FURTADO (1826-1903)
1910 — Olímpio de Araújo
1923 — Anibal Matos
- 38 BEATRIZ BRANDÃO (1779-1868)
1910 — Paulo Brandão
1930 — Honório Armond
1958 — Vivaldi Moreira

128 REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

39 BASÍLIO DA GAMA (1740-1795)

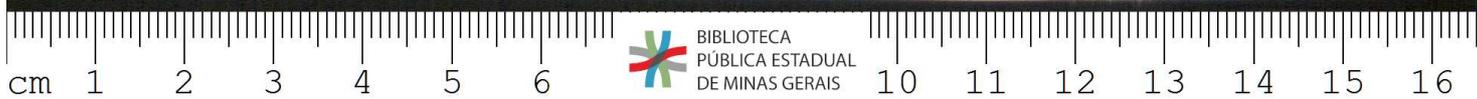
1910 — Plínio Mota

1953 — João Camilo de Oliveira Torres

40 VISCONDE DE CAETÉ (1766-1838)

1910 — Pinto de Moura

1924 — Afonso Pena Júnior



Quadro dos Acadêmicos por Ordem de Antigüidade (1964)

- 1 — Almeida Magalhães (1919).
- 2 — Agripa Vasconcelos (1923).
- 3 — Anibal Matos (1924).
- 4 — Afonso Pena Júnior (1924).
- 5 — Mário Matos (1928).
- 6 — Mário Mendes Campos (1933).
- 7 — Martins de Oliveira (1934).
- 8 — Moacir Andrade (1935).
- 9 — Emílio Moura (1935).
- 10 — Aires da Mata Machado Filho (1936).
- 11 — Heli Menegale (1937).
- 12 — Wellington Brandão (1938).
- 13 — Sales Oliveira (1938).
- 14 — Guilhermino César (1941).
- 15 — Ciro dos Anjos (1943).
- 16 — Djalma Andrade (1944, setembro).
- 17 — Eduardo Frieiro (1944, dezembro).
- 18 — Bueno de Sequeira (Cônego) (1945, maio).
- 19 — Cristiano Martins (1945, dezembro).
- 20 — Alphonsus de Guimaraens Filho (1946, março).
- 21 — José Osvaldo de Araújo (1946, maio).
- 22 — Abgar Renault (1947).

- 23 — Cláudio Brandão (1948).
24 — Dom Antônio de A. Moraes Júnior (1951).
25 — Nilo Aparecida Pinto (1951).
26 — Salomão de Vasconcelos (1952).
27 — Oscar Mendes (1953).
28 — Augusto de Lima (1953).
29 — Milton Campos (1953).
30 — João Camilo de Oliveira Torres (1953, outubro).
31 — Orlando M. Carvalho (1956).
32 — Paulo Pinheiro Chagas (1957).
33 — Vivaldi Moreira (1958).
34 — João Etienne Filho (1959).
35 — Artur Versiani Velloso (1959).
36 — Oílham José (1960).
37 — Fábio Lucas (1960, novembro).
38 — Nelson de Faria (1961, maio).
39 — Alberto Deodato (1962).
40 — Henriqueta Lisboa (1962).

BELO HORIZONTE
1965

